

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

A indumentária como elemento de distinção social e de identidade nas elites angolanas, 1975-2002

Elídio Sozinho Manuel

Mestrado em História Moderna e Contemporânea

Orientadora:

Doutora Maria João Vaz, Professora Associada
Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2021



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de História

A indumentária como elemento de distinção social e de identidade nas elites angolanas, 1975-2002

,

Elídio Sozinho Manuel

Mestrado em História Moderna e Contemporânea

Orientadora:

Doutora Maria João Vaz, Professora Associada
Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2021

*Alberto Manuel, sempre serás o pai que nunca
tive. “Em memória”*

*Mãe, ainda que não tivesses o pouco que tens,
Sempre serias a minha mãe...! “Tia Joana”*

Agradecimentos

A Deus!

A Ti devo tudo que vivi para chegar até aqui e concluir com êxito este Mestrado. A caminhada não foi fácil! Muito Obrigado, por sempre me iluminares nos momentos mais difíceis.

Aos meus Familiares, obrigado pelo vosso suporte incondicional, tia Joana, tia Suzeth Miguel, minhas mamãs, que carinho!

Ednelia Manuel, Idalicia Manuel, obrigado minhas filhotas pelas vossas palavras de encorajamento e pelos vossos sorrisos embora distantes, mas sempre tão presentes.

Rodrigues António e Florinda Campos muito obrigado pelos vossos ensinamentos e incentivos e de estarem sempre presentes na minha vida, esta dissertação é, também, vossa!

Amintas, obrigado meu irmão o nosso amor, amizade são divinos e serão eternos!... *thanks bro for everthing!*

Ao Professor Doutor Noé Sozinho (kota Beloy) obrigado “mo kota”, por sempre me acompanhar nesta vida.

Vladimir Sozinho “Lara”, esta dissertação, também, é tua! A tua existência sempre me inspirou! Muito obrigado!

Hermínia Vapor muito obrigado por seres a minha confidente e amiga em todos os momentos, minha Maninha!

Um bem-haja, a todos irmãos que não citei, mas, também fizeram parte deste percurso!

Em seguida, quero agradecer a todos os professores do ISCTE que direta ou indiretamente contribuíram com os seus ensinamentos e com as suas experiências para que eu pudesse concluir esta dissertação.

Em particular os meus cordeias agradecimentos, à Professora Doutora Ana Pina pelo seu suporte, disponibilidade e paciência desde o primeiro ao último dia desta caminhada. Aos, Professor Doutor Paulo Miguel Martins, Professor Doutor Paulo Teodoro e Professor Doutor Marcelo Moriconi o meu muito obrigado!

À Professora Doutora Maria João Vaz quero agradecer de forma especial, pelos seus ensinamentos, incentivos e por ser minha tutora neste trabalho de final de curso, um grande bem-haja!

Ao ISCED-Luanda, em Angola, quero agradecer especialmente, ao Professor Doutor Luís de Barros, ao Professor Doutor Dominique e ao Professor Doutor João Lourenço pelos conselhos e incentivos que me deram antes de ter saído de Angola para abraçar este desafio.

Extensivamente os meus agradecimentos para os órgãos de comunicação social e organizações que direta ou indiretamente contribuíram para que este trabalho fosse possível, em especial á LUSA e a *Global Media Group*.

Ao estilista Rui Lopés, em Angola, que muito contribuiu para obtenção de informações acerca do Presidente Agostinho Neto.

Aos meus colegas e amigos da comunidade ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Alzira Diogo por tudo que fizeste, ao Mamadú Nanque, à Rebeca, à Ana José, ao José e ao Cesar Jurante, por aceitarem incondicionalmente o desafio de ficarem, por vezes, longe de tudo para juntos caminharmos neste mestrado, a todos o meu muito obrigado!

De um modo particular e especial, aproveito o ensejo para me dirigir ao responsável da residência universitária do ISCTE, amigo Rui Banha, o meu Muito obrigado!... Pelos seus serviços prestados sempre de forma honrosa. Um outro elemento no qual reservo a minha máxima consideração, é ao pessoal de limpeza da residência, o meu muito obrigado pelo vosso suporte e em especial a Dona Dina já aposentada, a Dona Ana Maria e a Dona Arminda obrigado por tudo.

Aos meus camaradas Professor Doutor Mateus Chabai, Gabriel Edwins, Mário Mendes, Eliseu Serqueira, Henrique Cabula e Fonseca Nanque, obrigado por, também, fazerem parte deste grupo restrito.

Para finalizar quero agradecer de forma, mais singela a alguém que aqui não consigo o descrever... Eu e Deus sabemos como te descrevemos! O Meu Muito Obrigado!

Jorge Lumbangila “Prof. Tó-Zé” sempre serás lembrado.

Resumo

Pretendemos com o presente trabalho fazer uma análise sobre a forma como a indumentária foi utilizada enquanto elemento de distinção social pelas elites políticas angolanas no período de 1975-2002. Através do levantamento e análise de uma fonte particular, as imagens fotográficas captadas e difundidas no período em análise, procura-se definir e descrever as indumentárias escolhidas pelas elites angolanas para se apresentarem em público, tendo em conta que o “vestuário é um elemento fundamental na representação de identidades sociais (Altaf, Troccoli, & Moreira, 2013, p.p. 2, 3)”. Procuramos compreender o posicionamento da elite política angolana, saída do processo de independência concretizado em 1975, a forma como se afirmava e se queria ver representada perante o mundo, considerando a observação de fatores que remetem para o simbolismo, a identidade, para os grupos de pertença, tendo em conta que as opções pelo uso de determinadas indumentárias são reveladoras de valores socioculturais, políticos e económicos. Estes fatores constituirão os pontos fundamentais de análise nesta dissertação.

Assim sendo, ao longo da dissertação são apresentadas e exploradas diversas imagens fotográficas, com início no primeiro ato cerimonial público, concretizado no dia 11 de novembro de 1975, marcado por ser a primeira aparição oficial de Angola para o mundo como uma nação independente. Entende-se que a partir deste momento inaugural, a elite governamental angolana foi sendo exposta e marcou presença em diversas aparições públicas, tanto a nível nacional, como a nível internacional. Procura-se aqui descrever e analisar como e de que forma a indumentária foi utilizada como estratégia de manifestar a sua identidade nacional e a sua cultura, ou ainda de que forma foi afirmando a sua pertença social através do traje com que escolhia para se apresentar em público.

Palavras-chave: Identidade, Moda, Indumentária, Angola, Elite Política, Fotografia

Abstract

With this work, we intend to analyse the way in which clothing was used as an element of social distinction by the Angolan political elites in the period 1975-2002. Through the survey and analysis of a particular source, the photographic images captured and disseminated in the period under analysis, we seek to define and describe the clothing chosen by the Angolan elites to present themselves in public, taking into account that "clothing is a fundamental element in the representation of social identities (Altaf, Troccoli, & Moreira, 2013, pp 2, 3)". We seek to understand the positioning of the Angolan political elite, as a result of the independence process implemented in 1975, the way in which it asserted itself and wanted to see itself represented before the world, considering the observation of factors that refer to symbolism, identity, to groups of belonging, bearing in mind that the options for the use of certain garments reveal sociocultural, political and economic values. These factors will constitute the fundamental points of analysis in this dissertation.

Thus, throughout the dissertation, several photographic images are presented and explored, starting with the first public ceremonial act, carried out on November 11, 1975, marked by being the first official appearance of Angola to the world as an independent nation. It is understood that from this inaugural moment, the Angolan government elite has been exposed and has been present in various public appearances, both nationally and internationally. The aim here is to describe and analyse how and in what way clothing was used as a strategy to express its national identity and culture, or how it was asserting its social belonging through the costume with which it chose to present itself in public.

Keywords: Identity, Fashion, Clothing, Angola, Political Elite, Photography

Índice

Agradecimento	iii
Resumo	vi
Abstract	viii
Lista de acrónimos	
Lista de figuras	
Capítulo 1. Introdução	1
1.1. Estado da arte	6
1.2. Apresentação do tema e definição da natureza de pesquisa	9
1.3. Apresentação dos critérios e seleção das fontes	12
1.4. Definição da problemática	13
1.5. Relevância e recorte temporal	15
1.6. Apresentação da metodologia	16
1.7. Apresentação das fontes	16
1.8. Apresentação da estrutura do trabalho	19
Capítulo 2. Contextualização teórica e histórica	21
2.1. A génese do simbolismo como elemento de dominação entre classes sociais	22
2.1.1. Caracterização do simbolismo como elemento de dominação	25
2.1.2. Classes e espaço social: uma análise do ponto de vista sociológico	26
2.2. O vestuário como signo de representação simbólica	28
2.2.1. Tendências no vestuário	29
2.2.2. O vestuário e a expressão de identidade	30
2.3. A sociedade angolana entre 1975-2002	32
2.3.1. Característica da sociedade angolanas	32
2.3.2. A estrutura demográfica	33
2.3.3. A estrutura sociopolítica	37
2.3.4. A indústria têxtil em Angola	39
2.3.4.1. As principais unidades têxteis	39

2.3.4.2. Os níveis de produção têxteis	40
Capítulo 3. O poder social da elite angolana, vestuários, identidade e simbolismo 1975-2002	43
3. O poder social da elite angolana, vestuários, identidade e simbolismo	43
3.1. Identidade, representação social das elites 1975-1989	43
3.1.1. O vestuário enquanto elemento identitário e de vinculação de ideais	57
3.1.2. A representação do vestuário feminino e masculino	59
3.1.3. A distinção simbólica nas elites angolanas	71
3.2. O poder social da elite angolana, vestuário, identidade e simbolismo 1989-2002	76
3.2.1. Simbolismo e identidade do vestuário no feminino no exterior do país e no interior de Angola	85
Capítulo 4. Considerações finais	89
Fontes e Bibliografia	101
Anexos	

Lista de acrónimos

CIAM – Centro de Imprensa Aníbal de Melo.

COFIANG – Companhia de Fiação e Cordoarias de Angola.

COTONANG – Companhia Geral de Algodão de Angola.

FIB - Fábrica Imperial de Borracha.

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola.

INE - Instituto Nacional de Estatística.

MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola.

ONU – Organização das Nações Unidas.

PIB - Produto Interno Bruto.

SATEC – Sociedade Angolana de Tecidos Estampados Comerciais.

TEXTANG – Indústria Têxtil de Angola

RDC – República Democrática do Congo.

UNITA – União Nacional para Independência Total de Angola.

UPA – União das Populações de Angola.

UPNA – União dos Povos do Norte de Angola.

Lista de figuras

Figura n. °1 - Mapa político de Angola.

Lista de Anexos

Anexo n. °1 – Comprovativo de solicitações.

Anexo n. °2 – Comprovativos de autorizações.

CAPÍTULO 1

Introdução

A presente dissertação insere-se no Mestrado em História Moderna Contemporânea, especialização em Relações Internacionais, do Departamento de História (Escola de Sociologia e Políticas Públicas), do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, sendo este o trabalho final do curso para a obtenção do grau de Mestre. Esta investigação tem como objeto de estudo a utilização da indumentária como elemento de distinção social e de afirmação da identidade por parte das elites governamentais angolanas desde a independência do país, em 1975, até 2002.

O ponto de partida para este trabalho foi a constatação da forma como alguns angolanos gastam parte do seu dinheiro na aquisição de roupas, tecidos e acessórios no exterior do país, bem como, bem como pelo facto de geralmente as elites governativas optarem por vestuário mais ao estilo ocidental, usando o fato, a gravata e tecidos com padrões neutros. Estes panos e estas opções cromáticas fazem parte do quotidiano dos angolanos, em detrimento dos panos tradicionais, das cores garridas que compõem o tradicional traje africano que tanto caracterizam estas populações.

Atualmente, estamos inseridos num mundo cada vez mais complexo e interdependente, em que as decisões individuais do quotidiano adquirem uma dimensão e relevo que não se conjecturavam até há algum tempo atrás. No entanto, este facto não se relaciona com um comportamento mais ativo e consciente dos cidadãos, englobando as dimensões; política, económica e social. Este comportamento abrange as vidas de cada um, mas estas escolhas têm também implicações na comunidade local, a nível regional, nacional e mesmo internacional.

O ato de vestir sempre foi utilizado e representou, também, uma forma de contestação em sociedade. Por exemplo, o movimento feminista, do século XIX, propôs a alteração no modo como as mulheres se indumentavam introduzindo o uso de calças que até então eram exclusivas do género masculino. Outro exemplo está relacionado com os povos colonizados que, por vezes, alguns não abdicavam das suas indumentárias africanas como forma de protesto diante dos colonizadores manifestando, assim, a sua vontade de resistir e a luta pela liberdade. Esta forma de expressão através do vestuário demonstra que na falta de outras formas de reivindicar e de exercer poder, a roupa é utilizada para expressar ideias e ideais, mas de modo não-verbal.

É, também, nos meados do século XIX que Charles Frederick Worth, primeiro costureiro e conhecido como o “pai da alta-costura”, abre caminho para a moda moderna. Criava e

desenhava peças de vestuário para a alta burguesia. Inicialmente, mais direcionado para a alfaiataria masculina, mas mais tarde dedicou-se também à criação de vestuário feminino. Este período ficou conhecido como “A Moda dos Cem Anos” ou “Moda de Classes”.

Lipovetsky (1991) refere-se a este período como um sistema bipolar. O primeiro polo, estava direcionado para as criações de luxo e sob medida, já o segundo estava mais voltado para a industrialização do vestuário, para uma produção em massa que se baseava, essencialmente, na cópia integral dos modelos de alta-costura, que se replicavam em grande escala. Porém, o autor supracitado salienta que a industrialização aproximou maneiras de se vestir, como proporcionou a difusão em todas as classes do gosto pelas novidades, o consumo em massa, pelo que, democratizou a moda (Lipovetsky, 1991, p. 78).

Mesmo com a democratização das indumentárias, as classes sociais procuram diferenciarse. A classe social mais elevada recorre à Alta-Costura que não está ao alcance das classes médias e dos trabalhadores populares. Neste sentido, a forma como as pessoas se indumentam é indicador, também, da classe social a que pertencem, refletindo assim uma expressão identitária. Esta forma de expressão identitária, também, faz parte do período anteriormente caracterizado a “Moda Dos Cem Anos”, porém, cada vez mais o consumo de vestimentas é entendido como estruturador do universo cultural e como um importante mediador das relações sociais. Por outras palavras, as pessoas não consomem o vestuário pelo que ele é em si só, mas sim pela expressão identitária que ele pode permitir representar ou significar.

Já Lima (2018) diz que as indumentárias são elementos que desempenham funções, que poderão ser de utilidade e decência, outras de indecência, de ornamentação e filiação social (Lima, 2018, pp. 8-12). Aqui, o autor salienta a importância das vestimentas no sentido de conterem padrões culturais, serem reveladoras dos valores sociais de uma sociedade, bem como o facto de permitirem identificar inequivocamente um grupo.

Neste sentido, apresentamos um estudo que irá incidir sobre o simbolismo do vestuário enquanto elemento comunicativo e identitário no quadro das elites angolanas no período de 1975 a 2002. As elites que nos referimos emergem na sociedade angolana em 1975, aquando da independência e, por conseguinte, formaram o governo de transição composto pelos representantes dos três movimentos de libertação: o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) (da Silva, 2018, p. 5 e Matias, 2018, p. 5).

Um outro elemento que também integra as elites são as entidades tradicionais conhecidos como Sobas que, em conformidade com a Constituição da República de Angola, no seu capítulo III, Instituições do Poder Tradicional, art.º 223, têm esse reconhecimento.

Consideramos que a indumentária ou o traje são um fenômeno significativo para análise social, por estar presente na organização da vida social e não só pelas suas especificidades na vida individual. Além disso, a indumentária assume um papel mediador nas relações entre grupos e classes sociais.

Para realizarmos este estudo, dentro do recorte temporal definido, recorreremos a imagens iconográficas da época. A fotografia, como fonte documental, permite ter uma percepção social, espacial e temporal do homem perante a vida em sociedade.

Assim, desde a década de 70, no que diz respeito às fontes iconográficas, os estudiosos têm vindo a debater questões acerca da utilização da fotografia enquanto fonte documental para a História. Ferdinand de Saussure, um linguista e filósofo, cujas elaborações teóricas propiciaram o desenvolvimento da linguística enquanto ciência autónoma, tinha como objeto de estudo os signos. O autor supracitado analisava as mudanças e a significação tanto das palavras, como das ideias, que sofriam alterações tanto no espaço como no tempo, designando por Semiologia.

Baseado na teoria proposta por Saussure, Charles Sanders Peirce propõe a análise da fotografia a partir de três categorias: primeiro o signo, que manifesta uma ordem de importância e dependência relativamente aos outros; o segundo o ícone, que é uma representação qualitativa de um objeto; o terceiro o índice, que caracteriza um signo que se refere ao significante pela causalidade ou pela contiguidade.

Fontanari (2010) tal como Barthes, estruturalista, propõe a análise da fotografia como uma chave dialógica que implica a criação de conceitos tais como a conotação e a denotação. A conotação, no sentido conotativo, trata-se de uma associação subjetiva, cultural e emocional; já a denotação não produz emoção, é comum, habitual e precisa.

Um dos legados da teoria barthesiana foi o conceito de “índice”, baseado na noção semiótica, trazendo o seu referente para uma conexão profunda. Assim, a “boa fotografia simplesmente coloca diante do olhar do *spetador* um passado (ça a été), um presente (o sujeito fotografado é lá em forma de *spectum*), mas, ao mesmo tempo, anuncia uma verdade (c’est ça) e um futuro (a iminência da morte)” (Fontanari (2010, p. 73).

Neste sentido, reforça a conceptualização de que as fotografias, enquanto fontes documentais, são uma mais-valia para a História e tê-las como fonte é sempre um elemento profícuo para a comunidade académica.

Mauad (1996) realça a necessidade de os historiadores pesquisarem novos temas que são pouco trabalhados pela historiografia tradicional, pelo que, levou-os a ampliar o seu universo de fontes, bem como permitiu desenvolver abordagens pouco convencionais, à medida em que,

a História, se aproxima das demais ciências sociais em busca de uma história total (Mauad, 1996, p. 2).

Porém, Gonçalves & Duarte (2005) referem que a responsabilidade do historiador ao manusear a fotografia, enquanto fonte, tem um duplo desafio. O primeiro, reconstituir o processo gerador do artefacto, compreender os seus elementos constitutivos e por fim, determinar os elementos icónicos que compõem o registo fotográfico (p. 177).

José D'Assunção Barros (2010) acrescenta dizendo que existe uma inter-relação, entre as fontes históricas e, a produção de estudos realizados pelo historiador. Aqui, estamos a aludir para o contexto historiográfico, onde o homem produz conhecimento e, através dos meios que utiliza, as fontes históricas serão estudadas de modo dialético e, escritas pelo historiador num lugar, num mundo social e num tempo diferente (Barros, 2010, pp. 72-74).

Neste sentido, Assunção Barros (2012) volta a referir que uma fonte histórica pode de igual modo ser produzida tanto voluntariamente como involuntariamente (Barros, 2012, p. 140). Contudo, queremos aqui apelar aos estudiosos que refutam a ideia do uso da fotografia como fonte histórica que não fiquem reféns das suas ideias, mas sim que procurem buscar bibliografias sobre diferentes teorias que afirmam e validam a fotografia enquanto fonte histórica.

O nosso trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro, iremos fazer um breve enquadramento do tema em estudo e apresentaremos a natureza da pesquisa e os critérios de seleção das fontes. Definiremos, também, o problema em estudo e, simultaneamente, enunciaremos as hipóteses. Seguidamente, apresentaremos a relevância do estudo e o seu recorte temporal, segue-se a metodologia e a apresentação das fontes.

No segundo capítulo, iremos iniciar com a contextualização teórica e histórica, onde espelharemos a situação geográfica, social, política, assim como abordaremos o estado da indústria têxtil, por forma a justificar a proveniência dos têxteis consumidos em Angola.

No terceiro capítulo procuraremos analisar dois momentos temporais relativos à escolha da indumentária pela elite angolana. O primeiro, será o período de 1975 a 1989 e o segundo o intervalo temporal de 1989 a 2002. Para analisarmos estes dois momentos, recorreremos a imagens fotográficas das elites angolanas, como base em encontros políticos, económicos e socioculturais realizados quer internamente ou externamente, tendo em conta os elementos de distinção simbólica da indumentária utilizada por pelos participantes.

Por fim, no quarto e último capítulo concluiremos apresentando a discussão dos resultados, onde iremos confirmar ou infirmar as hipóteses por nós formuladas. Será ainda apresentada uma síntese dos principais resultados, mostrando algumas asserções que possam a vir ser úteis

para a sociedade angolana e, em geral, para as sociedades africanas, em particular para as ciências sociais. A título conclusivo, exporemos as limitações, obstáculos encontrados e traçaremos alguns caminhos para futuras investigações.

Concluindo esta nossa introdução, salientamos que procurarmos com este trabalho trazer e explicar o ato de vestir como um todo, que engloba a imagem, as mudanças, os discursos, ideologias, identidade, cultura e valores sociais. Um facto social total, que poderá ser simultaneamente, artístico, político, sociológico, económico e que ainda inclui a expressão da identidade social.

1.1. Estado da arte

Podemos considera a Moda como a expressão de um comportamento numa época histórica. Em sentido estrito, refere-se especificamente aos diversos estilos de indumentária que prevalecem numa sociedade num dado período temporal.

No campo da ciência, a Moda, é estudada como um fenómeno sociocultural que manifesta os valores de uma sociedade, tais como os seus usos, hábitos e costumes num determinado tempo.

Immanuel Kant, considerado como um dos principais filósofos da era moderna, e referenciado por Lima (2018), diz que todas as modas são na sua génese, modos mutáveis de viver, realçando os vários aspetos da nossa vida quotidiana (Lima, 2018, p. 8).

Neste sentido, o estudo sobre as diferentes formas de representação com base no traje ou indumentária tem sido objeto de pesquisas nas mais diversas áreas do saber. Roland Barthes considerado como um dos fundadores desta área de estudo apresenta a existência de diferentes perspetivas de vários ramos do conhecimento sobre a Moda: a Semiologia, a História, a Sociologia, etc. (Lima, 2018, pp. 10-12)

O autor destrinçou a diferença entre o conceito de indumentária e o traje. O primeiro, está alicerçado na construção social que vai para além da pessoa; já o segundo é um ato individual que remete para o ato de vestir através do qual a pessoa utiliza a indumentária para demonstrar a sua aparência. Esta destrinça fundamenta-se no conceito semiológico da língua e da fala, pelo que a indumentária se aproxima da língua, pela sua gregaridade, conectando-se ao todo através daquilo que se veste. Já, o traje relaciona-se mais com a fala, manifestando-se pela forma como cada ser humano se expressa através da sua aparência individual inserido num o contexto social.

Neste sentido, a perspetiva semiológica defende que a indumentária deve ser observada como um texto, em que através dos seus tecidos, cores, texturas podemos ler múltiplos discursos que vão desde os anseios pessoais, à expressão da personalidade, à influência da sociedade sobre o indivíduo, bem como a sua postura política. Deste modo, a indumentária é concebida como elemento identitário, influenciador num determinado período de tempo.

Neste seguimento, Piva (2013) refere que o vestuário, seja ele um constituinte da Moda ou um traje popular e/ou mesmo um figurino cénico, abarca consigo uma carga emblemática repleta de elementos culturais e mensagens ocultas que se constroem através da chamada linguagem do vestuário. Enquanto elemento que comunica o vestir, também, retrata parte da

cultura e deve ser considerado como tal, outorgando o ato de vestir é, também, um ato de significação (Piva, 2013, p. 2).

Estas asserções são o ponto de partida da nossa dissertação e serão aprofundadas ao longo da mesma. Um outro elemento fundamental que trazemos para o debate está relacionado com a utilização da fotografia como fonte documental. Neste sentido, Barthes diz o que se fotografa por uma vez, já mais voltará a ser fotografado. A fotografia reproduz um infinito no nosso imaginário, repete-se mecanicamente, e já mais poderá ser repetida (Barthes, 1984). O autor, considera que não existe uma fotografia sem alguém ou alguma coisa e, por conseguinte, são inclassificáveis. Demonstrou também que uma fotografia é sempre uma imagem do imaginário porque não é a realidade do que vemos, uma vez que a sua interpretação está condicionada ao viés cognitivo (Longen, 2008, pp. 8-11). Entretanto, é indispensável que a mesma apresente alguma estética de forma a que o seu significado possa ser percebido. Assim, nada adiantaria, existir fotografias com estética e sem significado.

O autor supracitado também diz que a linguagem fotográfica deve compreender duas perspectivas: a expressiva e a crítica. A linguagem expressiva compreende o sentido da imagem, já a linguagem crítica envolve a aprovação ou censura e estética. Demonstrou também que as fotografias causam impacto e são geradoras de emoções positivas como negativas (Longen, 2008, p. 14).

Kossoy (1999) refere que a imagem fotográfica fornece provas, indícios, funciona sempre como documento iconográfico acerca de uma dada realidade. Considera ser um testemunho, que contém evidências sobre algo (Kossoy, 1999, p. 33). A fotografia reflete uma realidade passada, que se alicerça na bidimensionalidade, num espaço – tempo. Constitui, portanto, a prova o que foi fotografado realmente esteve lá, legitimando-a como um certificado de uma determinada cena.

Já Kossoy havia referenciado que apesar de toda a crítica interna e externa que a metodologia estabelece para os documentos, existe sempre uma hipótese especial de deturpação. E conhecê-las é a obrigatoriedade dos críticos das fontes (Kossoy, 1983, pp.18-20).

De acordo com estas teorizações foram de igual modo surgindo novos argumentos que consideram a fotografia uma fonte documental que poderá ser um objecto-tema de uma pesquisa, simultaneamente um objeto de uma memória, uma vez que faz sobressair os laços de pertença entre o indivíduo a uma determinada sociedade.

Neste sentido, Lissovsky entende que a reflexão lógica que se tem sobre o entendimento do espaço, assim como do objeto, contribui bastante para a determinação do avanço metodológico da utilização da imagem fotográfica como uma verdadeira fonte histórica. A distribuição dos objetos no espaço não se entende como algo gratuito, tudo se posiciona no espaço, o que permite analisar as relações entre os mesmos (Lissovsky, 1983, pp. 118-119).

Entendemos que o uso da fotografia tem vindo a ser um elemento bastante explorado desde há algum tempo, permitindo documentar uma determinada época, bem como reviver, refazer, reconstruir, repensar, à luz do paradigma atual, as experiências do passado.

A fotografia e a História sempre se entrecruzaram, razão pela qual continua a ser um fator de relevância no campo académico, permitindo cada vez mais perpetuar a ideia de que as fotografias constituem fontes da história e tê-las como fonte é sempre uma mais-valia.

Gonçalves & Duarte (2005) referem que a responsabilidade do historiador no manuseamento da fotografia, enquanto fonte documental da História, é reconstituir o processo gerador do artefacto, compreender os seus elementos constitutivos e por fim, determinar os elementos icónicos que compõem o registo fotográfico (Gonçalves & Duarte, 2005, p. 177).

Assim, entendemos que constitui uma responsabilidade acrescida para o historiador quando utiliza a imagem fotográfica como fonte documental, pois terá que decompor todos elementos que possam ser considerados comprometedores para a execução do seu trabalho.

Um outro elemento que nos propomos analisar está relacionado com o conceito de classes sociais e elites. Entendemos classes sociais como sendo um conjunto de pessoas que tem um status social semelhante segundo diversos critérios, mas tendo como principal critério o económico. Apoiando-nos na teoria das elites, retrata estas como sendo um grupo de pessoas que, por razões específicas, se destaca da massa da população, formando uma elite, que está envolvida nas grandes decisões sociais. A “elite” de Pareto, a “classe política” de Mosca e os “líderes organizados” de Michels, são conceitos que representam pessoas no poder.

Neste sentido, identificamos a elite angolana, no período de 1975-2002, integrada nos três principais movimentos políticos sendo: Movimento Popular de Libertação de Angola, doravante designado por (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), bem como as entidades tradicionais, os sobas, que em conformidade com a Constituição da República de Angola no seu Capítulo III – Instituições do Poder Tradicional, Artigo 223.º (Reconhecimento), refere no “1. O Estado reconhece o estatuto, o papel e as funções das instituições do poder tradicional constituídas de acordo com o direito consuetudinário e que não contrariam a Constituição”; “2. O reconhecimento das instituições do poder tradicional obriga as entidades públicas e privadas a respeitarem, nas suas relações com aquelas instituições, os valores e normas consuetudinários observados no seio das organizações político-comunitárias tradicionais e que não sejam conflitantes com a Constituição nem com a dignidade da pessoa humana”;

No Artigo 224.º (Autoridades tradicionais), “As autoridades tradicionais são entidades que personificam e exercem o poder no seio da respectiva organização político-comunitária tradicional, de acordo com os valores e normas consuetudinários e no respeito pela Constituição e pela lei”;

E, por fim, no seu Artigo 225.º (Atribuições, competência e organização) "As atribuições, competência, organização, regime de controlo, da responsabilidade e do património das instituições do poder tradicional, as relações institucionais destas com os órgãos da administração local do Estado e da administração autárquica, bem como a tipologia das autoridades tradicionais, são regulados por lei”.

Esta breve explanação são os pontos essenciais que iremos discorrer ao longo da nossa dissertação. No próximo ponto iremos fazer a apresentação do tema e definiremos a natureza da nossa pesquisa.

1.2. Apresentação do tema e definição da natureza de pesquisa

O interesse pelo presente tema surge da observação empírica e na minha experiência ao longo de dez anos enquanto modelo. Foi nessa posição que pude observar os avanços e recuos na aceitação dos trajes tipicamente africanos em detrimento do uso da indumentária mais europeizada.

O primeiro passo para o entendimento mais profundo do tema, foi em 2019, aquando da defesa pública da minha monografia de Licenciatura, no Instituto Superior de Ciências da

Educação de Luanda, que têm como título “Breve reflexão sobre a Moda em Angola: 1961-1975”.

Neste trabalho, verificamos que entre as décadas de 1950 e 1960, Angola era uma das colónias portuguesa onde a condição da indumentária era determinante para a ascensão social, bem como para a inclusão social dos nativos na comunidade. A adoção do vestuário europeu chegou a ser uma condição *sine qua non* para que o indígena obtivesse a qualidade de cidadão na plenitude os seus direitos.

Estes pressupostos foram instituídos através do “Estatuto dos indígenas portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique” pelo Decreto-Lei n.º 39.666, de 20 de Maio de 1954, que previa no seu capítulo III da condição de indígena e da aquisição da cidadania, do art.º. 56.º referia que pode perder a condição de indígena e adquirir a cidadania o indivíduo que prove satisfazer cumulativamente a alguns dos requisitos como o da alínea d-), determinando que era necessário se ter bom comportamento e ter adquirido a ilustração e os hábitos pressupostos para integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses¹.

Neste sentido, a aculturação permitia ao nativo o estatuto de assimilado. Verificamos, que a indumentária terá um impacto preponderante, na medida que era a forma mais perceptível para demonstrar a apreensão dos hábitos e costumes do colonizador. Não obstante, e como forma de protesto contra o poder colonial, muitos nativos resistiram à alteração das suas vestes tradicionais, bem como os hábitos e costumes sociais.

Percebemos que a política de assimilação foi uma tentativa de Portugal destruir a tradição cultural das suas colónias africanas e, através da europeização, formar uma elite privilegiada que colaborasse com os colonizadores.

Deste modo, o vestuário enquanto elemento de moda, e dentro da narrativa da História, tem vindo a ganhar um papel de destaque, bem como tem contribuído para o conhecimento da sociedade. Segundo Borges, influência sobre a história (...) e esta, tem uma larga dimensão que originalmente podemos destacar uma parte da história é o produto da moda, uma vez que o seu significado é fonte para o conhecimento da identidade histórica das relações sociais e de género (Borges, 2013, p. 623).

¹ *Estatuto dos indígenas portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique* Ministério do Ultramar. In: Diário do Governo n.º 110/1954, Série I de 1954-05-20, Decreto-Lei n.º 39.666. p. p 199-221

Porém, a tendência de abordagens sobre o vestuário não é por si só algo novo, mas é no século XX que se notabiliza a sua larga expansão, tal como descreve Cláudia (2002), este período vai ser marcado por uma grande transformação nos costumes, principalmente no feminino, que se caracterizou pela revolução sexual, sendo um forte símbolo de transformação nos costumes e principalmente na moda (Cláudia, 2002, p. 3).

Neste sentido, estudarmos que os trajes, indumentárias ou vestuário são de especial interesse, na medida em que também contribuem para explicar o Homem através das suas relações com a sociedade e com a cultura.

Para estudarmos “A indumentária como elemento de distinção social ...”, recorreremos a imagens fotográficas da época enquanto fonte documental histórica. De acordo com Assunção Barros (2010) este refere que a historiografia, é equivalente a qualquer parte da produção historiográfica, contempla um conjunto de escritos acerca de um tema ou período histórico específico utilizando os mais diversos instrumentos como fonte documental (Barros, 2010, pp. 3-5). A frase popular de Seminovos (1901), “sem documento não há história”, foi o ponto de partida para situar a fonte documental histórica como o princípio da operação historiográfica. A frase seria contraposta, algumas décadas mais tarde, por Febvre (1953), “Sem problema não há História”, contudo, o autor queria mostrar que a operação historiográfica principiava na verdade com a formulação de um problema.

Conquanto a imagem fotográfica seja polissémica, na medida em que poderá ser lida sem regras predeterminadas (Luciana, 1993. p. 3), a sua leitura depende do contexto ao qual a fotografia pertence. Mas, se esse contexto, for desconhecido, o leitor pode criar significados e inseri-los numa nova corrente de sentido.

Neste sentido, Hissashi, Souza & Pellegrino (2009) reforçam dizendo que toda imagem fotográfica contém múltiplas significações, permitindo a liberdade de interpretação e a utilização de quem a observa e analisa (Hissashi, Souza & Pellegrino, 2009, pp. 465-466).

Entendemos que a utilização da imagem fotográfica, nesta dissertação, inscreve-se na linha de pensamento de Roland Barthes e todos outros que dedicaram o seu tempo a propor iniciativas de utilização da imagem fotográfica como uma fonte de pesquisa e pelo facto de não existir material escrito que pudesse dar sustentabilidade ao nosso trabalho. Porém, consideramos que ao registarmos a História do vestuário em Angola utilizando a prova iconográfica, tal irá permitir trazer uma nova visão sobre a moda e o vestuário e o Homem e a sociedade num dado período de tempo.

Esta investigação, não tem como finalidade uma generalização a todo o universo das elites as análises que aqui realizamos, porém, avocamos este estudo como uma ferramenta capaz de contribuir para o debate sobre o tema da importância da indumentária como um elemento de distinção de classes, inserida num contexto mais amplo da compreensão do mundo político, económico e social. Pretendemos, também, salientar a importância da identidade cultural para a conquista de melhores desempenhos num mundo político, social e económico cada vez mais complexo e em constante transformação.

No próximo ponto iremos fazer a apresentação dos critérios e seleção das fontes.

1.3. Apresentação dos critérios e seleção das fontes

As imagens fotográficas constituem a nossa principal fonte documental, embora saibamos que parte dos arquivos físicos estão localizados em Angola, mas há também outros localizados em Portugal. Todavia e dado o contexto restritivo que nos encontramos, motivado pela situação pandémica da Covid-19, não foi possível consultar todos arquivos físicos na sua totalidade tal como havíamos planeado.

Assim sendo, entendemos que a solução passaria pela busca dos arquivos em diferentes *links* utilizando o motor *Docs.google.com* e *Scholar.google.com*, tendo em observação a vários critérios na seleção dos arquivos.

Tonaél, Catarino, Valentim, de Almeida, O.F & da Silva (2001) referem que é de extrema importância fazer avaliação dos conteúdos que são disponibilizados na Internet, porém para quem os utiliza, também, deve ter em atenção os elementos que garantam a fiabilidade da fonte filtrando por critérios de avaliação que analisem tanto o conteúdo, quanto a apresentação da informação (p.p. 4, 6).

Assim sendo, entendemos dedicar a nossa pesquisa em fotografias que reflitam especificamente os anos de 1975 a 2002 correspondem ao período em estudo, tendo em conta os quatro principais grupos pertencentes a elite angolana “MPLA”, “UNITA”, “FNLA” e as entidades Tradicionais (Sobado) constituintes da elite social.

1.4. Definição da problemática

Para Prodanov e Freitas (2013) a “formulação do problema prende-se ao tema proposto, ela esclarece a dificuldade específica com a qual nos deparamos e que pretendemos resolver por intermédio da pesquisa. Assim sendo, a problemática deve ser enunciada de forma mais simples possível tornando facilitada a sua compreensão. Para sua elaboração, o investigador, deve evitar as perguntas de retóricas, especulativas e afirmativas ou valorativas por não serem consideradas questões científicas” (Prodanov e Freitas, 2013, p. 121).

Descreve ainda Silva que a “pesquisa é baseada de uma forma metodológica construída com o propósito de esclarecer ou resolver um problema, sendo o problema visto como o ponto de partida da pesquisa” (Silva, 2011, pp. 10-18).

Neste sentido, queremos referir que o presente trabalho se inscreve no campo da História Política e Social Contemporânea, pretendendo fazer um retrato analítico com base na indumentária das elites e cronologicamente fundamentado da história social e contemporânea de angolana. Acreditamos que ao compreender o passado, podemos entender o presente, e perspetivar um futuro.

Sabemos que no período colonial e para os nativos, a indumentária era tida como um elemento diferenciador, bem como a adoção dos mesmos modos vividos dos colonizadores, pelo que a questão central do nosso trabalho é: Qual será a identidade demonstrada pelas indumentárias das elites angolanas no período pós-colonial, entre 1975-2002?

Assim sendo, entendemos por sua vez fazer o levantamento das hipóteses e simultaneamente fazermos a apresentação dos objetivos em estudo. No que diz respeito às hipóteses, entendemos que são, uma suposição que colocamos na tentativa de explicar o problema (Prodanov e de Freitas, 2013, p. 121) bem como, são suposições que apresentamos como respostas plausíveis e provisórias para o problema inerente à nossa pesquisa, porém, com o desenrolar da pesquisa, elas podem ser confirmadas ou infirmadas, pelo que são apresentadas como provisórias (Silva, 2011, pp. 10-18).

Desta forma, e através de um único problema, podemos levantar várias hipóteses que poderão ter possíveis soluções para a sua resolução.

Os autores supracitados referem que as hipóteses são classificadas por Básicas e Secundárias. A primeira recai sobre a suposta afirmação que escolhemos para responder à nossa problemática e a última são as afirmações complementares e significam outras possibilidades de resposta ao problema.

Ora, em conformidade com a questão identificada na problematização desta temática, levantamos as seguintes hipóteses:

Hipótese Básica

Depois do período de transição do poder em 1975, emerge uma elite política, social e governamental em Angola. Será que a identidade da indumentária das elites angolanas foi inspirada nas vestes europeias, nomeadamente a de origem portuguesa?

Hipótese Secundárias

H₁- A indumentária foi muitas vezes utilizada, e continua a sê-lo, como um elemento de identidade nacional. Será que em Angola, as elites emergentes passarão a apresentar-se com peças ou vestimentas tipicamente tradicionais angolanas?

H₂- As mulheres pertencentes as elites emergentes passaram a apresentar-se com peças ou vestimentas tipicamente angolanas?

H₃- A indumentária foi sempre um elemento diferenciador no mundo e tido como um indicador representativo das mais variadas classes sociais. O facto de Angola ter a necessidade de adquirir vestes no exterior, será que surgirá um novo intercâmbio nas relações internacionais de Angola?

H₄- No tempo colonial o ato de vestir à europeu constituía um elemento fundamental para obter a qualidade de cidadão em pleno gozo dos seus direitos e deveres. Será que através da indumentária a elite emergente se quer mostrar ao mundo como civilizada²?

Depois de apresentada a questão de partida e levantadas as hipóteses surge a necessidade de enunciar os objetivos:

Objetivo geral:

- Compreender com base no vestuário qual a identidade espelhada pela indumentária das elites angolanas no período de 1975-2002, tendo como critérios e os fatores políticos, económicos e sociais.

Objetivos específicos:

- Analisar com base em imagens fotográficas a tipicidade dos vestuários que as elites angolanas usavam em eventos e visitais oficiais no exterior,

² (...) que é próprio de uma sociedade evoluída; que revela desenvolvimento social, económico, cultural e/ou tecnológico; que age de modo urbano ou cortês; polido (...); [civilizado | Definição ou significado de civilizado no Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa \(infopedia.pt\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Civilizado)

- Entender o posicionamento fotográfico das elites angolanas,
- Perceber de que forma o vestuário se torna num elemento fundamental na representação da identidade cultural de um povo.

No próximo ponto abordaremos a relevância do estudo e o seu recorte temporal.

1.5. Relevância e recorte temporal

No que tange à relevância do estudo, o mesmo está intrinsecamente relacionado com três pertinências: a pessoal, a científica e a social. A pessoal está relacionada com a minha experiência profissional, como já foi referido no ponto 1.2. deste trabalho, e com a minha área de formação. Na pertinência social destacamos o facto das indumentárias, os trajes e as vestimentas remeterem-nos para a cultura de uma sociedade numa dada época. A questão central não está relacionada com as peças vestidas, mas com as relações que estabelecem com tudo o que está em seu redor. Neste sentido, Braudel (2005) salienta que o vestuário em História, não poderá ser abordado como uma mera descrição de diferentes silhuetas, mas sim como um elemento de cultura material, no qual se encontram misturadas questões económicas e valores culturais (Braudel, 2005, p. 258).

Por fim, a pertinência científica. Julgamos trazer um olhar diferente na abordagem das questões em África, nomeadamente em Angola. A academia está repleta de estudos sobre os massacres, escravagismo, colonialismo, guerras, fome, etc., que este continente tem passado, e é neste sentido que avocamos este tema para que possamos contribuir para o aumento de conhecimento das questões socioculturais em África, particularmente em Angola. Acreditamos também que poderemos incentivar mais académicos africanos e de outras nacionalidades a dar continuidade ao tema em estudo.

Relativamente, ao intervalo temporal em estudo, 1975 consagrada a Independência de Angola e 2002 o ano que se silenciaram as armas, a paz, permitindo a livre circulação de pessoas e bens, bem como a proliferação das tecnologias de informação. Este ano de 2002, identificamos como um marco determinante pelo facto de ter implicação na formação da atual elite político-económica, social e governamental angolana.

No próximo, ponto iremos fazer a apresentação da metodologia.

1.6. Apresentação da metodologia

No que diz respeito a abordagem metodológica Prodanov e Freitas (2013) evidenciam que a investigação científica é totalmente dependente de uma conjuntura para que os objetivos sejam alcançados. Esta dependência passa por procedimentos técnicos e intelectuais. Porém, o método científico é uma conjuntura operacional de processos mentais que devemos empregar na investigação. É fio condutor adotado no processo de pesquisa (Prodanov e Freitas, 2013, pp. 121-122).

Este trabalho está alicerçado na metodologia de produção historiográfica. A historiografia consiste no conjunto de provas documentais acerca de um tema ou de um período histórico específico e que até então não recebeu relevo por parte de historiadores, na medida em que não existem muitas fontes documentais que proporcionem fazer a abordagem histórica que se pretende investigar.

Neste sentido, propusemos estudar as indumentárias das elites angolanas no sentido de perceber o seu impacto na sociedade, bem como documentá-las e analisá-las através de provas fotográficas.

Para isso, recorreremos aos mais variados métodos de pesquisa, tais como: o bibliográfico, à identificação e seleção das fontes, a análise e interpretação de dados, tendo em conta a crítica histórica. Numa primeira fase, identificamos os mais diversos acervos com conteúdos relativamente ao interesse do nosso estudo, numa segunda criamos uma base de dados com elementos definidos tendo em conta a fiabilidade das fontes.

Por fim, entendemos que fosse primordial verificar, validar e adequar os conteúdos programáticos para a redação final da dissertação. Quanto à possibilidade de enquadramento de novas metodologias, entendemos, que o nosso trabalho fica em aberto.

Seguidamente, iremos apresentar as fontes.

1.7. Apresentação das fontes

As fontes para a pesquisa consistem num conjunto de materiais que utilizamos para documentar e assegurar a origem de informação. Prodanov e Freitas (2013) referem que quanto à definição do tema o investigador deve percorrer a um amplo levantamento de fontes, quer sejam livros, monografias, teses, artigos científicos ou periódicos com o intuito de constituir a elaboração da

contextualização do problema em estudo. Para a Historiografia, e para fins de investigação a origem da informação é um factor fundamental. As fontes ou documentos históricos são sinónimos em seio historiográfico. Considera-se fontes ou documentos históricos tanto os textos escritos, como fotografias, objectos de cultura material ou quaisquer outros conteúdos e materiais que os historiadores utilizam (Prodanov e Freitas, 2013, pp. 121-122).

Desta forma, no que tange ao quadro de suporte teórico para contextualização do tema em discussão, destacamos três autores que consideramos que as suas perspetivas irão ajudar a fundamentar e enriquecer o problema em estudo; são Roland Barthes, José Barros D'Assunção e Carlos da Rocha Dilolwa. O primeiro, e por ter dedicado essencialmente aos estudos ligados à fotografia, por ser o expoente máximo quando abordamos temas inerentes à linguagem iconográfica. O segundo, por utilizar uma abordagem interdisciplinar que estabelece diálogos entre diversos campos do saber, inclusivamente no que concerne às relações da História com as demais ciências sociais e humanas, bem como com os mais diversos campos expressivos como o cinema, a literatura, as artes visuais e a música. Por fim, o terceiro, pelo facto, dentro do contexto angolano, ser uma referência no estudo sobre a indústria têxtil que, por conseguinte, é um dos sectores mais importantes da moda.

Assim sendo, iremos utilizar a fotografia como fonte documental. Entendemos que a imagem fotográfica permite ter uma perceção social, espacial e temporal do homem perante a vida em sociedade. A técnica fotográfica é fruto de um contexto.

Segundo Barthes (1984) a fotografia remete para um referente, mas não se torna exclusivamente simbólica, na medida em que ela também é um recorte de um espaço temporal, bem como, do tempo do ato fotografado, simultaneamente representa uma acção no meio social que está inserida (Barthes, 1984, pp. 15-16). Neste sentido, a imagem fornece provas, indícios, e funciona sempre como documento iconográfico acerca de um contexto passado onde aconteceu tal facto.

Uma outra perspetiva sobre a fotografia é a de Sarraipo (2016) que realça que no campo jornalístico a fotografia tem uma importância muito elevada e indispensável em comparação ao restante teor jornalístico. Uma grande parte dos órgãos de comunicação necessita e recorre a esta ferramenta para relatar a informação de forma mais direta e realista. A palavra tem o poder de descrever o assunto da forma mais detalhada e é fundamental como transmissor de informação (Sarraipo, 2016, pp. 19-20). No entanto, a imagem, nomeadamente a fotografia, transmite graficamente o mesmo assunto de forma mais fácil e direta, encaminhando o leitor a fazer uma observação mais concreta e mais atrativa do conteúdo.

Barthes (1990) e Sarraipo (2016) estão em concordância em conceberem que a imagem fotográfica carrega consigo sempre uma mensagem, porém alertam para a limitação humana no que toca à sua interpretação. Esta limitação está intrinsecamente relacionada com as aprendizagens da pessoa ao longo da vida, proporcionado, por vezes, um viés cognitivo.

Neste sentido, Kossoy (1999) sugere trabalhar com duas proposições metodológicas a “análise iconográfica” e a “interpretação iconológica”. A análise iconográfica, sugere a necessidade em fazer a separação de todos os elementos constituintes da imagem, decompondo-a em duas partes. A primeira, será a “reconstituição do processo que originou o artefacto”, determinando os seus “elementos constitutivos: assunto, fotógrafo, tecnologia”, como também espaço e tempo. A segunda, remete para a “identificação dos detalhes icônicos que compõe o conteúdo” (Kossoy, 1999, p. 58).

Após a recolha destas informações, segue-se a fase da “interpretação iconológica”. Aqui, o investigador centra-se no contexto passado do documento obtendo informações sobre a sua natureza, data, local onde este se encontra, e das demais informações.

O autor supracitado propõe também dois caminhos de investigação pela decifração. O primeiro, pretende resgatar na medida do possível, a história do assunto, já o segundo, procura desmontar as condições de produção tais como: o processo de criação que resultou na representação (p. 59). Estes princípios de análise e interpretação do documento fotográfico, também são encontrados noutros autores.

Ora, no que diz respeito as fotografias de arquivo utilizadas para este trabalho, queremos referir que existiram insuficiências de imagens fotográficas. Nomeadamente em fotografias que dariam realce à figura da imagem feminina, dos sobas, assim como de Holden Roberto. Esta quase inexistência de fotografias que nos referimos serão constatadas no capítulo três.

Porém, entendemos que ausência de imagens femininas se justifica muito pelo facto de não existir neste período uma emancipação feminina propriamente dita. Isso era visível, por exemplo; através da composição do governo da época, que se constituía na sua maioria por membros do sexo masculino.

Relativamente à falta de imagens fotográficas dos sobas, entendemos que estará relacionada com o facto de na altura não existir tecnologias suficiente para reportar na íntegra estas entidades, até porque o acesso à livre circulação de pessoas e bens estava condicionada.

Constatamos também que esta ausência de imagens tenha sido extensiva a Holden Roberto líder do partido Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), assim como dos seus correligionários de partido.

Porém, entendemos que esta ausência de e nos arquivos fotográficos se prende ao facto de que o período correspondente a 1989-2002 ter sido uma época em que Holden Roberto passou grande parte da sua vida exilado na República Democrática do Congo, devido às perseguições políticas que o mesmo sofreu em Angola.

Em suma, podemos dizer que um investigador deverá munir-se de uma metodologia criteriosa e concreta de análise, para não cair no enviesamento ou até mesmo numa ficção documental.

Seguidamente, e no próximo ponto, iremos apresentar a estrutura do trabalho, que terminará primeiro capítulo da dissertação.

1.8. Apresentação da estrutura do trabalho

O presente trabalho está organizado em quatro capítulos:

No primeiro capítulo fizemos um breve enquadramento do tema em estudo, apresentamos o tema e a natureza da pesquisa, os critérios e seleção de fontes, definimos o problema em estudo e neste ponto enunciamos também as hipóteses. Seguidamente, apresentamos a relevância do estudo e o seu recorte temporal, seguiu-se a metodologia e a apresentação das fontes. Por fim, enceramos este capítulo com a apresentação da estrutura do trabalho.

No segundo capítulo iniciaremos com a contextualização teórica e histórica do tema em estudo. Irá incidir na revisão de literatura, onde espelharemos a situação geográfica, social, política, assim como abordaremos o estado da indústria têxtil, por forma a justificar a proveniência dos têxteis consumidos em Angola, dentro do intervalo temporal em estudo.

No terceiro capítulo abordaremos as questões centrais do nosso trabalho. Pretende-se caracterizar a elite angolana quanto ao vestuário, identidade e simbolismo, em dois momentos que consideramos fundamentais. O primeiro é o período de 1975 a 1989, que reflete a ascensão das elites do poder. E, no segundo momento, de 1989 a 2002, é um período que vai ser marcado por vários conflitos internos, o que terá reflexo na dimensão política, económica e social, culminando numa guerra civil. O país ficou dividido entre as forças partidárias do MPLA, da UNITA e da FNLA. Este período também vai ser marcado pela intensificação da diplomacia externa com o objetivo de recolher apoios e reconhecimento junto da comunidade internacional.

Por fim, no quarto e último capítulo apresentaremos uma síntese dos principais resultados obtidos e algumas asserções que possam a vir serem úteis para a sociedade angolana e, em geral, para as sociedades africanas, bem como para as ciências sociais. A título conclusivo, exporemos

as limitações e obstáculos encontrados e traçaremos alguns caminhos para investigações futuras.

Em seguida, faremos apresentação do capítulo da contextualização teórica e histórica.

CAPÍTULO 2

Contextualização Teórica e Histórica

Para uma melhor compreensão do tema em estudo, é necessário fazermos uma separação entre o quadro teórico e histórico. Neste sentido, iremos apresentar duas perspectivas. A primeira está mais direcionada para o contexto teórico, no que versa às questões da indumentária, e a segunda mais direcionada para o contexto histórico da sociedade angolana.

Assim, ao abordarmos o contexto teórico, trazemos a relação dialética da indumentária e a sua expressão simbólica e, enquanto objeto de estudo, a indumentária é suportada através da utilização da imagem fotográfica como fonte documental. Quanto à contextualização histórica, trazemos o quadro explicativo da demografia da sociedade angolana e seus constituintes, e finalizaremos este capítulo com apresentação do sector da indústria têxtil em Angola.

Relativamente ao contexto teórico, os estudos de Aguiar e Caldas (2006) conceptualizam a indumentária, moda e adereços como “constituintes dos sistemas de significação no qual, se constroem e se comunica uma ordem social” (Aguiar e Caldas, 2006, pp. 2-4). Todavia, a indumentária não se desassocia da moda. Stefani (2005) por sua vez, enfatiza que a moda é um elemento ligado à vida de todas as sociedades. Porém, até mesmo os que dizem não serem aficionados ou até mesmo seguidores, acabam de algum modo, estarem sujeitos a estas variações dos modismos (p. 10).

Malinowski e Cortazar (1984) descrevem o elemento cultural, como sendo um conjunto completo que consiste nos mais diversos agrupamentos; estes podem ser entendidos através das manifestações de crenças, ideias e normas, que dirigem os grupos sociais (pp. 1-2). Este modelo inclui a representação de signos pelo vestuário ou indumentária. Porém, os signos representados pelo vestuário ou indumentária ao serem captados por uma câmara fotográfica, tornam-se num elemento que pode ser designado como a representação fotográfica da imagem do vestuário captada num determinado tempo, espaço e cenário.

Vidal e Abdala (2005) enfatizam que ao contemplarmos uma fotografia é sempre na maioria das vezes identificado como um momento prazeroso. Contudo, a fotografia não esgota sua utilidade ou função pela simples contemplação estética, excetuando-se algumas fotografias artísticas. Não é o belo que prende a nossa atenção, mas as probabilidades de conhecer e entender o real (p. 178).

Kossoy (1983) considera que o Historiador tem um duplo desafio em seu trabalho com a representação da imagem fotográfica como fonte da História. Esse desafio está intrinsecamente ligado à reconstrução temporal, espacial e cronológica do processo gerador do artefacto, permitindo a compreensão dos seus constituintes e, por conseguinte, auxilia na determinação dos elementos icónicos que compõem o registo visual (pp. 22-24).

Deste modo, percebemos a existência técnicas de rigor que auxiliam o investigador na extração das variantes simbólicas da fonte documental que, por si só, a fotografia carrega, promovendo, assim, a imparcialidade do investigador. Todavia, essa neutralidade não passa pela exclusão dos valores éticos e sociais indispensáveis na pesquisa científica, mas na sua inclusão nos lugares apropriados.

No próximo ponto, iremos discorrer sobre a génese do simbolismo como elemento de dominação de classes.

2.1. A génese do simbolismo como elemento de dominação de classes sociais

Os seres humanos são os únicos capazes de criar elementos simbólicos que manifestam e comunicam através das suas aptidões e/ou habilidades. O homem criou a linguagem verbal, produziu arte, desenvolveu sistemas como a escrita, gerou mitos e lendas, fez ciência; ao criar símbolos, este cria cultura (Corso, 2005, pp. 51-58).

Neste sentido, podemos dizer que o Homem se humaniza produzindo o seu mundo, gerando a sua marca cultural e produz diferentes manifestações culturais. A cultura espelha o meio em que está envolvido. Recria o mundo natural e o criado, gerando um novo significado e novas formas de recriar as realidades já existentes.

Corso destaca alguns destes elementos que estão na génese do simbolismo, enfatizando que o homem não nasce com os elementos simbólicos, “Tábula rasa”, porém a cultura permite ao homem criar simbolismo.

A formação do simbolismo entendemos ser o elemento determinante, é um poderoso instrumento para construção da identidade cultural. Porém, pretendemos realçar a sua importância enquanto símbolo agregador de uma comunidade e identificador de uma cultura.

Entendemos que a identidade cultural é constituída por um conjunto de símbolos que tendem a construir um determinado padrão dentro das sociedades, como se formasse nuvens culturais específicas que se tornam representativas das diversas culturas.

A identidade cultural é, justamente, o padrão que identifica uma produção cultural de um certo grupo social. Por exemplo, podemos associar certos tipos de indumentárias e ritmos musicais a um determinado grupo social. Ressalvamos que os grupos sociais são constituídos por pessoas que interagem de modo sistemático entre si. Desempenham, também, papéis recíprocos em conformidade com normas, interesses e valores com vista à prossecução de objetivos comuns. Já as classes sociais são um grupo dentro de uma sociedade que se distinguem dos outros pelas suas características económicas, políticas ou culturais. A classe social é constituída por pessoas que ocupam uma posição próxima na escala da produção e do consumo, por isso têm em comum o mesmo padrão de vida, hábitos culturais, poder de influência, mentalidade e interesses.

As classes sociais dominantes, designadas também por elites, caracterizam-se essencialmente pelo poder económico, assim estas determinam os signos nos mais variados espaços sociais (Bresse, 2018, pp. 17-21).

Marx fazia referência aos detentores do poder capitalista, aludindo que as classes sociais detentoras do poder económico são as que ditam as regras e as demais classes devendo simplesmente a obediência (Bresse, 2018, pp. 4-12).

Nesta linha de pensamento, Lebrun (2017) descreve o poder económico como sendo, desde os tempos mais remotos, o principal elemento diferenciador das classes sociais, ou seja, quem tem ordena e quem não tem cumpre.

Carreirão (2006) chama a atenção para o facto de que o poder económico exerce a sua influência. A essa influência ele designou como pacto ideológico, sendo este um elemento fundamental, por exemplo nos governantes que passam a comungar dos mesmos rituais, crenças e determinações das elites.

Neste seguimento, Bourdieu (2013) diz: constatamos que os grupos sociais, e nomeadamente as elites, existem de algum modo duas vezes. A objetividade de primeira ordem, apela para o registo da distribuição das propriedades materiais e, a segunda aquela que remete para as classificações e representações contrastantes que são produzidas pelos agentes, na base do conhecimento com que manifestam os seus estilos de vida. Essas as duas ordens de existência não são independentes, ainda que as representações tenham uma certa autonomia em relação às distribuições (Bourdieu, 2013, pp. 105-115).

No entanto, ao verificarmos as diversas observações relativas às classes sociais, percebemos a pertinência de se fazer um estudo sobre a simbologia do traje ou indumentaria, por ser entendida também como elemento de “representação”, “distinção” e “simbolismo” (Barbosa e Walkiria, 2008, pp. 4-7 e Bourdieu, 2007, pp. 95-03).

Apresentados estes conceitos, é possível começar a delinear e a descrever a génese do poder dominante nas mais diferenciadas classes sociais, considerando que os vários elementos pertencentes aos signos se tornam pré-reconhecidos pelas massas.

Bourdieu (1989) entende que o poder simbólico é o poder que visa a construção da realidade, que normalmente estabelece uma cronologia gnosiológica: no sentido imediato do mundo, e de uma forma particularizada no universo social. Enfatiza, também, que este elemento foi motivo de estudo para Durkheim, designando-o como “conformismo lógico”, na edificação de uma conceção homogénea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância da vida em sociedade (Bourdieu, 1989, pp. 9-10).

Neste sentido, foi possível identificar nos escritos do autor supracitado que os símbolos são as ferramentas por excelência da integração social, enquanto elementos ou instrumentos de conhecimento e de comunicação.

Deste modo, Monteiro (2014) considera que a tradição marxista privilegia as funções políticas dos sistemas simbólicos, em detrimento da sua estrutura lógica e da sua função gnosiológica (pp. 126-132). Normalmente, este interesse é predominante nas classes dominantes, pelo que se entende que as ideologias apresentadas em sociedade servem na realidade a claros interesses particulares, mas que tendem por normalidade a serem apresentadas como elementos que complementam os interesses de todas as classes sociais.

Bourdieu (1989) considera que os elementos constituintes das culturas dominantes também contribuem para integração real das classes na sociedade. É de realçar que a comunicação ocupa um papel preponderante ganhando assim uma distinção sob as classes dominadas.

Importa referir que a classe dominante tem no seu âmago o capital económico, o que lhe permite pôr em ação os seus símbolos dominantes, sendo este o resultado de uma escolha ideológica e política por parte destas mesmas classes, vulgo elites. Promovem, também, os seus símbolos e influenciam na construção da identidade cultural de uma sociedade.

Neste sentido, é por meio da produção simbólica que, de facto, a identidade cultural angolana foi alcançada, graças ao desenvolvimento de um conjunto de símbolos, mas sobretudo, através da vontade das elites e de um Estado centralizador.

Salientamos, também, que existem correntes ideológicas classificadas como conservadoras, que colaboram e se dedicam a servir os interesses dessas elites (Netto, 2014, pp. 6-11).

Será inclusive o simbolismo como elemento de dominação que iremos explorar no próximo ponto.

2.1.1. Caracterização do simbolismo como elemento de dominação

Bourdieu parte da premissa de que o poder simbólico é um sistema comunicante, tendendo a estabelecer um sentido imediato no mundo social, sendo este um contributo fundamental para a ordem social.

Neste sentido, entendemos que o poder do simbolismo é um elemento assente em “equações pragmáticas”, “domínios absolutos” e “vítimas cúmplices” como este último é descrito por Moriconi (2009).

As equações “pragmáticas” ou “pragmatizadas” constituem um principal suporte na representação dos ideais simbólicos. Por exemplo, a forma de vestir das elites são as que ditam as indumentárias do topo e constitui uma prática que remota já há algum tempo;

Frings (2012, p. 14) e Pinto e Sousa (2015, pp. 52-54) referem que as elites quando surgem com um determinado visual, este, é sempre calculado um risco para sua aceitação.

No que diz respeito aos “domínios absolutos”, estes estão relacionados com elementos notabilizados nas articulações das dominações das massas. São apresentados normalmente em consonância com o poder governamental e com os objetivos de impor ou construir uma realidade regularmente idealizada. Por exemplo, no que se refere à indumentária, as tipologias com que os membros das elites se fizerem representar é percebido pelas massas como o ponto mais alto de representação social.

Por fim, a ideia das “vítimas cúmplices” segundo descreve Moriconi (2009) está relacionada com a representação das elites e o conceito de norma, ou seja, estas interiorizam os signos das entidades máximas, por forma a afastarem-se do rótulo do fracionismo, representando assim uma parte do todo (p. 126).

Moriconi acrescenta que, para legitimar o processo de interiorização, por exemplo, no caso de um território, primeiramente há necessidade de definir e promulgar “isso é meu”, para seguidamente, obter a resposta massiva do “que é seu”. Neste contexto, nasce a dicotomia da “vítima cúmplice”.

Porém, Moriconi segue referindo que para legitimar o processo de cercar um território e promulgar "isso é meu", é necessário obter a resposta massiva de "que é seu". Nesse contexto, nasce a lógica da “vítima cúmplice”. Sem legitimidade não haveria dono e a ganância daqueles que se aproximam (que no final são os vencedores) não é tão importante, mas a ignorância daqueles que aprovam, porque provavelmente também são seduzidos pela possibilidade de cercar.

Monteiro (2014) dá especial atenção aos processos de simbolização, colocando a noção de “representações coletivas”. Neste sentido, destaca como primeiro elemento as formas de representação religiosas. Não forçosamente numa religião que crê num Deus pré-estabelecido, mas sim, pela crença que se tem por uma determinada causa (pp. 126-132).

Neste sentido, o autor, refere que esta crença tem muito a ver com as normas estabelecidas que levam as massas acreditarem no pré-estabelecido, seguindo obedientemente tal como no confucionismo.

Em suma, a caracterização do simbolismo como elemento de dominação acontece num determinado tempo e espaço social, onde impera a afetividade, emoções próprias das inter-relações humanas, onde as pessoas são os próprios agentes mobilizadores. O poder simbólico firma-se exclusivamente no reconhecimento.

No próximo ponto, iremos abordar a perspectiva sociológica do conceito de classes e espaço social, com o objetivo de melhor entendermos as características das classes sociais num espaço social.

2.1.2. Classes e espaço social: uma análise do ponto de vista sociológico

Podemos definir classes sociais conforme os autores Boito e Berringer (2013, pp. 31-34) e Costa, Mauritti, Martins, Machado e Almeida (2000, pp. 28-30), como um grupo de pessoas cujo padrão de vida é semelhante em termos económicos, culturais, políticos, etc., mas em que a condição económica é o elemento diferenciador. Dentro da sociologia, o espaço social refere-se às inter-relações que acontecem entre as pessoas. O espaço social contém as interações que são estabelecidas entre o lugar e o social e o cultural. Todavia, não se trata de um conceito com estruturas fixas, mas onde estas podem ser modificadas com a cultura.

Neste sentido, este conceito permite a apreensão de dinâmicas hierárquicas e das diferenças sociais, pelo que as relações são interligadas e móveis. E, esta mobilidade é influenciada pelas relações de proximidade ou distância entre os agentes envolvidos. Assim, a sociedade atua num campo de forças onde as pessoas estão socialmente posicionadas, umas em relação às outras, como se criassem dimensões sociais. Porém, este conceito pode ser aplicado para compreender as relações entre grupos, classes sociais, e as suas representações através do espaço físico.

Entendemos o espaço físico como um elemento substancial e real que existe mesmo sem a presença da humanidade. Neste sentido, o espaço físico é definido pela exterioridade recíproca

das partes, o espaço social é definido pela exclusão mútua (ou distinção) das posições que o constituem, ou seja, como estrutura de justaposição de posições sociais.

Nestas estruturas são visíveis e latentes as relações de força entre as pessoas socialmente posicionados em lugares distintos e pelas que ocupam o mesmo lugar social. Segundo Pierre Bourdieu, as distâncias espaciais entre os diferentes grupos manifestam as distâncias sociais existentes, sobressaindo os mecanismos de segregação.

De acordo com o autor supracitado, o espaço social é o lugar onde se constroem as identidades individuais, estão intrinsecamente relacionados com a percepção das diferenças no posicionamento social. Outro fator do processo da construção das identidades num espaço social está relacionado com ausência ou abundância dos diferentes tipos de capitais, tais como o capital social, cultural e económico. O capital social diz respeito ao valor ou prestígio que as pessoas possuem ou adquirem através das relações sociais; o cultural está intimamente ligado ao conjunto de conhecimentos adquiridos pelas pessoas; o económico diz respeito aos bens materiais, dinheiro e posses adquiridos e acumulados pelas pessoas.

Bourdieu também sistematizou o conceito de espaço social propondo as seguintes características: multidimensional, relacional e dinâmico. O primeiro propõe que ao analisarmos os agentes envolvidos nos processos sociais, estes podem ser observados em inúmeras dimensões, na medida em que é possível identificar as diferentes camadas dentro do mesmo grupo e examinar as relações que são estabelecidas entre as pessoas. Já a característica relacional, diz que as posições e valores que elas ocupam são determinados pelo contexto, não se expressão num valor absoluto. Deste modo, trazem consigo a mobilidade conforme o contexto que estão a ser observadas. A terceira característica, a dinâmica, está alicerçada nos processos de reclassificação e redefinição posições num espaço social.

Já Estanque (1997) refere que as classes sociais podem ser observadas através das suas consciências, observando assim a hegemonia que determinados conjuntos de consciências individuais podem adquirir no seio de um grupo e, por conseguinte, esse grupo fica refém das suas influências ideológicas.

Deste modo, Estanque e outros autores, tais como Costa, Mauritti, Martins, Machado e Almeida (2000) estabeleceram um elemento em comum, nomeadamente quando se referem à formação dos signos ideológicos e a sua relação entre o fator económico e poder, que são essenciais, inclusive, para a formação das elites numa sociedade.

Relativamente, ao contexto Angolano, sabemos que, por exemplo, o poder político, o poder empresarial e até o poder associativo se fundem numa só elite, a elite governamental. Esta, por sua vez, tem sido a principal gerador e criadora dos signos sociais da sociedade. Deste modo,

sobressai a perspectiva de que os poderes económicos e políticos têm uma preponderância hegemónica na construção dos ideais e que, por conseguinte, estes são aceites e reconhecidos socialmente pelos demais.

Esta poderosa elite estabelece padrões que se tornam imagens de marca no seio das classes dominadas, proporcionando facilmente o seu reconhecimento e consumo repetitivo dos seus elementos simbólicos.

Será inclusive o vestuário, os adornos e o luxo que, no próximo ponto, iremos abordar a importância e a sua representação simbólica.

2.2. O vestuário como signo de representação simbólica

Baseado no princípio da semiologia de Ferdinand Saussure, Barthes (2009) identifica três tipologias de vestuário: primeiro, o “vestuário imagem”, reflete um desenho ou uma veste fotografada; o segundo, o “vestuário escrito”, o tal convertido em linguagem conforme o seu corpo verbal e, por fim, o “vestuário real” relacionado a constituição tecnológica, este está intrínseco o fabrico.

Nesta linha de pensamento, (Nacif, 2007, pp. 1-5) definiu o vestuário como sendo um conjunto formado de peças que compõem o traje e os acessórios que servem para fixar. O autor refere também que o vestuário tem múltiplas funções e, por exemplo, é utilizado como uma interface entre o homem, o meio natural e cultural, sendo que estas funções simbólicas são inseparáveis.

Santos (2017) apresenta a dimensão simbólica dos bens. Defende que estes apresentam uma estrutura dicotómica e a primeira dimensão é física, enquanto a segunda vertente é intangível (pp. 2-5). O vestuário não é exceção, pelo que a roupa possui duas componentes distintas: uma real, associada à respetiva produção, e uma imaginária, assente no seu consumo. Desta forma, para além de possibilitar o cumprimento de uma função utilitária como a proteção do corpo, viabiliza a criação de uma mensagem, dado o simbolismo que lhe é atribuído.

Neste sentido, Nacif diz que o vestuário apresenta uma dupla origem simbólica e instrumental. Como uma prática significativa, o vestuário faz parte do domínio da cultura material. Deste modo, o carácter significativo do vestuário sobrepõe aos seus aspetos estético e funcional, como afirma Burgelin, enfatizando que a origem do vestuário não é a manifestação artística ou ornamental, mas sim a necessidade de manifestar um significado.

Neste seguimento, Paiva (2013) refere quer seja o vestuário um elemento de moda, um traje social ou um figurino cénico, traz consigo uma carga simbólica repleta de elementos culturais e mensagens ocultas que se constroem através da chamada linguagem do vestuário. Enquanto elemento que comunica, o vestir também retrata parte da cultura e deve ser considerado como tal, levando-o a considerar que o ato de vestir é, também, um ato de significação (p. 2).

Nesta ordem de pensamento, deixa transparecer que o vestuário é um elemento simbólico de extrema importância, pois merece diferentes abordagens para salvuardarmos a sua relevância ou importância. Percebemos ainda que o vestuário é um elemento simbólico expressivo de signos culturais. Porém, Pereira (2015) diz que o vestuário pode ser entendido como um conjunto de trajes e de acessórios, pois é considerado na maior parte das sociedades como um sector da cultura, e caracterizado por técnicas, ritos e costumes com significados próprios (pp. 3-9).

Neste contexto, entende-se que nas mais variadas perspectivas enunciadas sobre a questão do vestuário definem o vestuário como um signo simbólico e que, por vezes, é unificador de laços culturais. Em suma, o vestuário obedece a regras do tempo, na medida em que vai mudando de forma natural e a essa mutação designa-se por tendências (Campos e Gomez, 2014, pp. 187-209).

No próximo ponto iremos abordar as tendências no vestuário.

2.2.1. Tendências no vestuário

Num determinado intervalo temporal, o vestuário é tido como uma tendência. Essa tendência, é representada como um signo e, assente na premissa de que a indumentária é um elemento de poder, dominação de classes e influências sociais. Gomes (2019) enfatiza que em sociedades de elevada objetificação do capital como é o caso das sociedades modernas, a dominação de classe tende a deixar de ter o carácter de uma dominação directa e violenta para assumir a forma de uma impessoalidade cujos mecanismos são mais sofisticados e mais difíceis de identificar (pp. 226-228).

Neste sentido, Júnior e Becker (2020) referem que a “indumentária para além de ser um elemento que caracteriza o ato de vestir, é também um elemento utilizado para “dominação de classes” (p.1).

Assim sendo, considera-se que o vestir seja um ato gerador de influência e de exercício de poder, conforme (Aguiar e Caldas, 2006, pp. 2-4). Mendes e Carvalho (2015, p.10), num estudo efetuado no período relativo à segunda metade do Século XIX, no Brasil, sobre indumentária,

verificaram que estas quando eram confeccionadas com a mistura de elementos externos da cultura local, eram mais apelativos para os imigrantes estrangeiros e aqueles que detinham algum poder económico. Acontecia, tanto na forma de vestir, como no modo de falar.

Estas influências foram encontradas em diversos sectores culturais, mantendo resquícios de tal participação na cultura brasileira até aos dias de hoje, numa senda das influências dos países mais modernizados, nomeadamente a França que passou a ser a maior influenciadora e precursora de novos estilos no vestuário no Brasil e no mundo, tal como revela (Pollini, 2018, p. 15). Neste sentido, as vitrinas estavam repletas de manufactos de origem francesa, roupas, calçados, perfumes e tecidos. Neste último período, os mais preteridos encontravam-se os crepes da China, o chiffon, a musseline de soe (musselina de seda), além do tule e outros tecidos que vinham de Porto Alegre e Inglaterra que tiveram bastante influência na transformação social.

Massarotto (2008) descreve em gesto de concordância com os demais autores referenciados que fundamentalmente a moda marcou a segunda metade do século XIX, assim como o século XX. A moda, também, era sinónimo de artigos de luxo, voltada especialmente para as elites (p. 14).

Neste sentido, percebemos que a forma como as pessoas se vestem, desde os tempos mais remotos, passou a ser entendida como uma forma de representação identitária e de distinção entre classes sociais.

Monteiro, Ferreira e Freitas (2005) descrevem que nas diversas sociedades, a indumentária além de protegerem o corpo e destacarem a beleza, estabelecem hierarquias que se tornam símbolos identitários por meio dos quais é possível refletir sobre os valores socioculturais de determinados grupos sociais (p. 382).

No próximo ponto iremos abordar o vestuário e a expressão da identidade.

2.2.2 O vestuário e a expressão de identidade

O vestuário enquanto expressão de identidade terá que ser compreendido no campo da interpretação semiótica, fundamentando-se nos estudos dos acontecimentos e linguagens culturais como fenómenos responsáveis pela formação de significados, (Mendes, 2013, pp. 19-22).

Nesta linha de pensamento, Nacif (2007, p. 4) e Quintela (2011, p. 15) comungam com Mendes, ao referir que a semiótica como ciência do conhecimento mostra as diversas formas

como o indivíduo atribui um significado a tudo que o circunda ou conhece, a tudo o que vê ou lhe é narrado. Neste sentido, é preciso referir que esta ciência tem como base de estudo qualquer sistema de signo, bem como, da construção do seu significado.

Lima (2018) enfatiza que toda indumentária carrega consigo um signo com tipologias de mensagens informativas estreitamente diferenciadas, entretanto, estas vestimentas são facilmente reconhecidas e associadas a uma identidade específica. Por exemplo, como podemos observar nas fardas militares e, outras indumentárias, nos remetem especificamente para um grupo social. As vestimentas utilizadas por estes elementos representam as classes sociais expressivas, são carregadas normalmente de conteúdos simbólicos que os distinguem diante de uma multidão (Lima, 2018, p. 1).

Por sua vez, esta identificação dos signos pode ser expressa por diferentes tipos de cores. A psicologia das cores compreende a influência das cores nas emoções e nos sentidos de quem as percebe. As cores carregam consigo e de forma associada um sentimento e uma simbologia (Heller, 2013, p. 1). Neste sentido, a representação da cor no vestuário é facilitadora e diferenciadora permitindo identificar determinadas entidades.

Assim sendo, Mendes (2013) entende que o Homem consegue comunicar e expressar-se através das roupas que utiliza, fazendo parte da sua identidade. Porém, o vestuário detém um poder considerável no quotidiano do Homem, no seu crescimento e evolução como ferramenta de comunicação e distinção cultural (Mendes, 2013, p. 21).

Vasquez (2007) diz que a identidade visual é composta por um sistema de signos, organizados e dispostos segundo critérios e princípios que visam representar e comunicar uma identidade conceptual. Através dos processos cognitivos, o invisível torna-se visível, com a criação de um nome e, a incorporação de um design, onde se materializa a identidade conceptual (Vasquez, 2007, pp. 204-206). Desta forma, e por meio desses elementos visuais possibilita a vinculação de uma personalidade à marca, fazendo com que ela se diferencie das outras. Assim sendo, percebemos que a identidade visual é um elemento que proporciona unidade e identidade a um determinado grupo.

Neste sentido, e seguidamente iremos caracterizar a sociedade angolana entre 1975 e 2002, tendo em conta os aspetos territoriais, demográficos e sociopolíticos.

2.3. A sociedade angolana entre 1975 e 2002

Para a caracterização da sociedade angolana no período em estudo, entendemos ser fundamental trazer para este trabalho os três elementos que permitirão conhecer as características da sociedade, são eles: os territoriais, demográficos e sociopolíticos.

O primeiro, permitirá fazer uma analogia do espaço territorial tendo em conta a sua geografia. O segundo, entendemos que será a condição *sine qua non* para o ponto de partida dos objetivos que nos propusemos, uma vez, conhecendo a localização geográfica da população e a sua distribuição poderá indicar, determinar facilmente a localização das elites bem como, o estatuto económico de cada grupo social.

O terceiro e último elemento está relacionado com as estruturas sociopolíticas. Através deste elemento poderemos compreender e diferenciar as classes dominantes das classes dominadas, bem como, entender a formação das elites.

2.3.1. Caracterização da sociedade angolana

Entre os povos africanos o conceito de fronteiras não tinha o mesmo grau de importância que nos países europeus, para os quais a noção de territorialidade era uma questão cimeira para a sobrevivência dos poderes instituídos. No contexto dos estados, reinos, impérios que, um pouco por todo lado floresciam como expressão máxima do poder e do seu exercício, tinha-se em conta, quase sempre, o controlo sobre os homens e os seus bens. O território é tido como uma pertença de todos, que não se restringe ao grupo³. Deste modo, entendemos que a dominação dos diferentes espaços geográficos impostos pelas elites detentoras do poder viria desde sempre a condicionar o liberalismo das classes de rendimentos mais baixos.

Para se conhecer as vastas regiões do território de Angola, organizaram-se expedições militares, comerciais e científicas, instalam-se missões religiosas e estabeleceram-se núcleos de portugueses que apoiavam e animavam as incursões no sertão do território (Amaral, s. d., p. 16). Foram assinados vários acordos, mas é quando se deu a ocupação de facto, que se determina o reconhecimento geográfico das fronteiras de Angola.

³A evolução das fronteiras de Angola, Luanda, arquivo histórico nacional, 1997, p. 12

De acordo com os dados extraídos do Instituto Nacional de Estatística de Angola, de 31 de dezembro de 1973, Angola possuía uma superfície territorial aproximada de 1.246.700 km² sendo, 16 distritos, 120 concelhos, 37 circunscrição, 487 o número de postos, 34 o número de freguesias, 71 câmaras municipais, 48 comissões municipais e 34 juntas de freguesias⁴.

Dentre dos distritos, Moxico era o maior em extensão territorial, com uma área estimada de 223.023 km², e com a menor extensão territorial surgia o distrito de Cabinda, com uma área estimada de 7.270 km². Já o distrito do Uíge com o maior número de concelhos 16; com o menor número de concelhos tínhamos o distrito de Cabinda, totalizando apenas 4.

Assim, foi organizada a divisão administrativa de Angola no período em estudo.

No ponto seguinte, apresentaremos a estrutura demográfica de Angola correspondente ao intervalo de tempo entre 1975 e 2002.

2.3.2. A estrutura demográfica

A partir da identificação de quem eram, como estavam repartidos e onde estavam localizados, salvaguardamos que, por mais escassas que sejam as análises da época estaremos em condições para afirmar que, o sector que pretendemos estudar tinha de facto alguma nitidez (do Carmo, 2003, p. 16). Dentro do intervalo temporal em análise, entendemos que seria pertinente analisar os censos populacionais realizados entre 1960 e 1970. Apenas estes dois foram realizados perto da data determinada para o início deste estudo.

Em conformidade com o censo de 1960, observamos que o distrito do Huambo tinha uma área de 29.827 km² e uma população estimada em 598.441 habitantes. O distrito de Benguela com uma área de 38.648 km² tinha uma população estimada em 487.871 habitantes. O distrito do Cuanza-Sul tinha uma área de 52.747 km² e uma população estimada em 405.012 habitantes; o distrito de Moçâmedes com uma área de 55.947 km² e uma população estimada em 43.393 habitantes; o distrito da Huíla uma área de 166.348 km² e uma população estimada em 592.451 habitantes; os distritos do Bié e Cuando-Cubango tinham uma área de 263.949 km² e uma população estimada em 567.253 habitantes. O distrito de Cabinda tinha uma área de 7.270 km² e uma população estimada em 58.453 habitantes; o distrito do distrito do Cuanza-Norte tinha uma área de 27.106 km² e uma população estimada em 263.101 habitantes; os distritos do Uíge e Zaire (Congo) tinham uma área de 95.948 km² e uma população estimada em 503.178

⁴ *Anuário estatístico*, I.N.E, Luanda, I.N.E, 1973, p. 19

habitantes; o distrito de Malanje com uma área de 110.629 km² e uma população estimada em 451.719 habitantes.

O distrito da Lunda tinha uma área de 167.786 km² e uma população estimada em 247.449 habitantes; o distrito do Moxico com uma área de 199.786 km² e uma população estimada em 267.079 habitantes; o distrito de Luanda tinha uma área de 30.709 km² e uma população estimada em 347.173 habitantes. O total populacional em 1960 era de 4.830.449 habitantes, sendo que 4.604.362 eram pretos, 172.529 brancos e 53.392 mestiços (166 outros).

do Carmo (2003) refere que este censo corresponde ao maior período de imigração portuguesa dentro do território de Angola. A população repartia-se de forma desigual no território, sendo o Huambo o distrito mais populoso com um índice habitacional de 598.441 e com o menor número habitacional, o distrito de Cuando-Cubango com uma média de 0,59 habitantes por km², a média era inferior a 4 habitantes por km². O censo realizado em 1960 demonstrou que 30% da população branca encontravam-se na região de Luanda um pouco mais de 40% espalhados por Benguela, Huambo, Huíla e Namibe e os outros 30% cobriam irregularmente o resto do território (do Carmo, 2003, pp. 14-17).

Já o censo realizado em 1970, segundo os dados disponíveis no Instituto Nacional de Estatística de Angola, revelam que existiu um aumento populacional, cujo total era de 5.646.166 habitantes, sendo o distrito do Huambo com o maior número de habitantes, com 821.213 habitantes, e Moçâmedes o que tinha o menor número de habitantes, com 51.718 habitantes.

A realização deste censo retratou a dimensão das cidades e vilas de Angola. No entanto, podemos antever como irá ser delineado o quadro económico de Angola, tendo em conta o total populacional.

A base da economia de um país é determinante para a composição e para a formação de classes sociais (Boito e Berringer, 2013, p. 131 e Costa, Mauritti, Martins, Machado e Almeida, 2000, pp. 10-16).

O funcionamento da economia em Angola, estava assente em dois pilares. O primeiro, direcionado para a imigração portuguesa que, em poucas décadas, e como se pode verificar através dos dados apresentados, teve um aumento populacional para mais de 100 000 efetivos. Esta imigração, tinha uma forte componente empresarial.

O segundo, estava assente na população nativa, que não tinha nem sequer direito à cidadania, na sua maioria. E por circunstâncias económicas e/ou por pressão administrativa, os nativos eram direcionados para trabalhos assalariados e geralmente mal pagos, com exceção

dos povos do Sul que eram encaminhados para os trabalhos agrícolas, sobretudo para a produção de produtos exigidos pelo colonizador (café, milho, sisal).

Luanda era o grande centro urbano, onde quase metade da população angolana vivia. Em 20 anos, Luanda registou um crescimento populacional de 268%, passando de 61.000 habitantes para quase 142.000.

Segundo os dados numéricos por habitantes, poderemos considerar uma representação dos principais e prováveis consumidores dos tecidos produzidos e comercializados em Angola. Naturalmente que os confeccionavam e comporiam as diferentes indumentarias encontradas nas diferentes classes sociais.

do Carmo refere que era nos espaços urbanos onde mais facilmente conviviam as pessoas de origens diferentes, que se cruzavam diferentes informações, culturas e influências ideológicas e que por isso são mais propícios para o desenvolvimento de novas tendências no vestuário.

Em suma, é importante referir que neste período a grande maioria dos recursos de Angola estavam alocados para o sustento da guerra civil. Naturalmente, que as questões ligadas à indumentária não eram de todo uma prioridade para a população em geral, porém verificamos que neste período os rostos que comandavam o conflito tinham uma preocupação no modo como se indumentavam e se apresentavam a sociedade e ao mundo.

Seguidamente, a figura 1 representa o mapa político de Angola, onde podemos verificar e compreender melhor a dimensão territorial do país. No próximo ponto iremos caracterizar a estrutura sociopolítica.

Fig. 1- Mapa Político de Angola



Map No. 3727 Rev. 4 UNITED NATIONS
August 2008

Department of Field Support
Cartographic Section

Fonte: <https://www.un.org/Depts/Cartographic/map/profile/angola.pdf>

2.3.3. A estrutura sociopolítica

Depois de termos feito uma reflexão sobre o contexto demográfico, surge a necessidade de abordarmos a estrutura sociopolítica e o contexto social, em Angola.

Neste sentido, antes da década 1960 e 70, segundo do Carmo (2003) Angola apresentava uma economia estrangulada. Estávamos no período ainda colonial, onde a política económica estava direcionada para o aumento da população portuguesa, com o intuito de dinamizar a economia, embora não privilegiassem a inclusão dos nativos (do Carmo, 2003, p.16). Bender ressalva o facto de grande parte dos brancos que se encontravam em território angolano não possuir habilitações académicas e/ou conhecimentos que lhes permitisse gerir de forma eficaz os recursos do território. Muitos destes emigrantes não tinham concluído o ensino básico, sendo que esta população migrante era um reflexo da realidade que se vivia em Portugal.

Simultaneamente, a população residente em Portugal vivia num regime ditatorial e num cenário onde imperavam dificuldades sociais e económicas. Este período foi marcado pelo impacto que teve nas condições de vida da população portuguesa. Ainda, sem estabilizar, e num contexto economicamente débil as dificuldades foram agravadas pelas limitações impostas na sequência da II Guerra Mundial. O elevado nível de desemprego, o racionamento, a escassez de alimentos e de combustíveis, os baixos salários, os elevados preços dos bens essenciais, tornavam ainda mais difícil a situação social em Portugal. Emigrar para as colónias, além de estimulado pelos governantes, era uma hipótese para melhorar as condições de vida. Neste sentido, justifica-se na década de 60 o aumento exponencial da população portuguesa e que, por conseguinte, irá ter repercussões negativas no processo de socialização dos nativos (Bender, 2009, p. 117).

Paralelamente, o artigo 73º da Carta das Nações Unidas obrigava os países membros a contribuir para o desenvolvimento das suas colónias, no sentido de se criar “autogoverno”, de forma a sustentar as aspirações dos povos e conceder o devido acompanhamento na progressão das suas livres instituições. Todavia, Portugal recusava-se em fornecer as devidas informações em conformidade, argumentando que não tinha colónias, apenas estas eram províncias ultramarinas.

Entre 1961 e os anos 70, verificou-se uma viragem na política colonial portuguesa, motivada pela pressão internacional, onde foram registadas profundas transformações, tanto na indústria extrativa como na transformadora.

No início da década de 1970, segundo Adelino (1983) a taxa de crescimento da economia angolana atingia níveis elevados e eram evidentes as modificações estruturais decorridas. A produção diversificara-se, o sistema bancário expandia-se, e o capital apresentava fortes indícios de concentração em vários ramos de atividade (Adelino, 1983, pp. 1101-1119).

Não obstante, neste mesmo período, foi iniciada uma política de integração dirigida aos nativos, embora ainda fosse escasso o número de africanos credenciados com um curso superior e que ocupavam cargos de responsabilidade. Verificamos também a particularidade de estes serem colocados para o exercício profissional fora das suas províncias natais. O sistema colonial não permitia o acesso à gestão dos nativos nos territórios de que eram originários, retirando assim a possibilidade de afirmação aos mesmos.

Neste sentido, irão surgir os primeiros atos de rebelião contra o poder colonial, tendo a sua primeira concentração, em Luanda, no dia 4 de fevereiro de 1961, data consagrada do início da luta armada. Esta concentração era composta por alguns grupos de patriotas angolanos, com mais de 200 homens munidos de catanas e facas, que estavam estrategicamente distribuídos em vários locais, onde foram realizadas várias ações revolucionárias.

Segundo de Ribeiro (2009), sob o “prisma da retórica do regime, o maior fracasso de Salazar ao longo das suas quatro décadas, no exercício dos seus poderes, terá sido a sua incapacidade de proteger a população não só a branca como os próprios pretos em Angola (Ribeiro, 2009, pp. 478-479).

Em 1961 inicia-se a guerra colonial nas plantações de café de Angola e não restam dúvidas que as forças portuguesas que controlavam estas regiões não estavam preparadas para a tarefa, deixando a população civil à mercê de combates ligados à União dos Povos de Angola.

O autor supracitado vai mais além e enfatiza que era notório que a guerra estava próxima e não poderia ser surpresa para qualquer um. Já se sabia que a República Democrática do Congo tinha mergulhado numa guerra civil para alcançar a sua independência e estes dois países estavam estreitamente ligados, o que reforçava a ideia dos angolanos de que seria possível lutar pela independência.

Todo este clima de tensão vivido entre 1961 e 1974, vai ter as suas repercussões quer no sector da indústria, como na vida social e política do povo angolano e que mais tarde irá culminar com a sua independência, em 1975.

Em suma, podemos dizer que a génese da estrutura sociopolítica de Angola foi tecida através do próprio processo de colonização, que trouxe consigo uma infraestrutura ideológica que tende a confundir dois aspetos: o económico/ecológico e o étnico/racial e, às vezes, a inverter a sua ordem de prioridade.

A título conclusivo, reforçamos que o tecido social de Angola ficou marcado pelo aumento das assimetrias, principalmente no acesso ao ensino, na medida em que este é um fator determinante para atenuar as assimetrias e confere as reais oportunidades de igualdade. A guerra civil que decorreu entre 1975 e 2002, também teve um grande contributo para o aumento das desigualdades sociais em todo o território Angolano.

No próximo ponto, iremos discorrer acerca da origem da indústria têxtil em Angola.

2.3.4. A Indústria têxtil em Angola

Ao longo da história que antecede o ano de 1961 a indústria têxtil não tinha uma grande expressão, devido a uma série de constrangimentos, que foram impostos pelo próprio sistema português. Deste modo, não podemos falar de uma indústria têxtil saudável devido às restrições na fabricação de tecidos nas colónias com o objetivo de estas não concorrem diretamente com os tecidos produzidos na metrópole, de acordo com Decreto n.º 33 924, de 5 de setembro de 1944, que era extensivo para Angola e Moçambique (Rocha, 2000, p. 251).

Os finais de 1961 corresponde a um período de viragem da ideologia portuguesa no que concerne aos novos planos de desenvolvimento no sector industrial angolano. O pacto colonial tradicionalmente aplicado pelo regime de Salazar, foi substituído por uma política de desenvolvimento que veio a resultar em profundas transformações quer para o próprio aparelho produtivo, quer para o sector industrial, particularmente para a indústria têxtil. Seguidamente, iremos apresentar as principais unidades têxteis.

2.3.4.1. As principais unidades têxteis

Rocha (2009) nos seus escritos, refere que até 1961 a Textang era a única unidade têxtil de Angola. O objetivo era impedir a concorrência dos tecidos portugueses. Mas, com viragem da ideologia portuguesa, no que concerne aos novos planos de desenvolvimento do sector industrial, onde foi incluído um novo regime de pagamentos externos, motivaram a liberalização do mercado têxtil, por conseguinte, começaram a surgir outras indústrias têxteis.

Neste período a produção têxtil em Angola, deu salto significativo. As principais unidades de tecidos em Angola, eram a Textang, a fábrica Imperial de borracha (FIB), em Luanda, e a SATEC no Dondo. No conjunto das indústrias têxteis, o descaroçamento e pesagem do algodão, era um sub-ramo mais importante, pois o valor bruto saltou de 276 para 476 milhares de escudos, o que representou um incremento de 73% em 1972/73, com o particular destaque para

o distrito de Malanje onde esta indústria tinha os seus feudos na COTONANG (8000 toneladas e 220 000 contos) e pela cooperativa agrícola de Malanje (Rocha, 2009, p. 251).

Rocha, evidencia que para garantir o funcionamento em pleno destas unidades, os colonialistas consideravam seis regiões de boa produtividade algodoeira que eram as seguintes: o distrito de Luanda, exceto o concelho da Quiçama, a região da Kissa, a região de Kwanza-Norte, incluindo o concelho do Libolo do distrito do Kwanza-Sul, a região de Malanje incluindo a circunscrição de Kapenda-Kamulemba, o distrito da Luanda e concelho de Mussende do distrito do Kwanza-Sul, a região do Kwanza-Sul com exceção dos concelhos de Libolo e Mussende e por fim a região do distrito de Benguela, Huila, Cunene e Moçâmedes.

O facto de as terras em Angola serem férteis permitiu que tão rapidamente fossem atingidos elevados níveis de produção. Este facto foi essencial para que a industrial têxtil angolana se tornasse uma referência a nível mundial sobre tudo na produção de algodão. Seguidamente, vamos apresentar a os níveis de produção de têxteis.

2.3.4.2. Os níveis de produção têxteis

De acordo com estudos apresentados por Adelino (1983), este referencia que a produção têxtil em Angola vai ganhar uma maior visibilidade com abertura dos investimentos nacionais e estrangeiros. Era visível uma nova era para o sector económico com a introdução do II e III Plano de Fomento, entre 1959-1964 e de 1968-1973, que consagrou grande parte dos investimentos previstos, as infraestruturas económicas, transportes, comunicações, indústrias extrativas e indústrias transformadoras (Adelino, 1983, pp. 1101-1102).

A publicação do Decreto-Lei n. º478/71, do mês de novembro do ano de 1971, espelha uma nova viragem da política portuguesa em Angola, pretendendo «solver o défice» da balança de pagamentos e «proteger» as indústrias transformadoras locais, para impulsionar um arranque equilibrado no sector económico, ainda que, num quadro da interdependência dos espaços económicos português.

Os primeiros passos no desenvolvimento industrial ocorreram entre 1960 e 1972, verificamos que vão ser consagrados na indústria extrativa com grande predominância nos três principais ramos: diamantes, ferro e petróleo.

Neste sentido, e de acordo com Adelino (1983), a taxa de crescimento das indústrias extrativas, no período de 1962 e 1968, foi de 170%, cerca de 20% por ano, com maior predominância do ferro com 702% e diamantes com 153%. Entre 1968 e 1969 existiu uma duplicação nas vendas do ferro e uma quadruplicação nas vendas do petróleo. Foi notório a atenção especial que as

indústrias extrativas tiveram no quadro do III Plano de Fomento, com a consagração de 11 599 500 escudos, cerca de 45,6% do orçamento correspondente. Nestes sectores encontram-se, essencialmente, os investimentos estrangeiros e de multinacionais e a sua maior expansão foi entre 1960-1972, correspondendo assim às expectativas da metrópole.

Já, as indústrias transformadoras, verificaram-se significativas transformações, muito pelo facto de o III Plano de Fomento português atribuir uma verba modesta, cerca de 3 360 600 escudos, o que corresponde a 13% do valor global disponível, quando comparadas com os 45,6% alocados às indústrias extrativas. O que nos leva a crer que o sector das indústrias transformadoras, em particular a indústria têxtil, não conseguissem atingir um maior nível de produção.

Ainda assim, é de realçar a forte expansão das indústrias transformadoras neste período. Olhando para 1960, a produção atingia 1% do valor total da produção bruta. Volvidos alguns anos, e em 1972, a produtividade ultrapassava os 10% do valor dos finais de 1960, pelo que o crescimento da indústria transformadora reflete a importância da indústria têxtil no crescimento do sector económico.

Após a declaração de independência verificou-se uma grande instabilidade militar, originando um abandono generalizado em inúmeras empresas pertencentes a todos os sectores da atividade económica. Neste sentido, tal como enumera Ferreira (2002) foi o terreno fértil para que se elaborasse a Lei n.º 3/76, de março de 1976, do Conselho da Revolução, que previa a nacionalização e o confisco (Ferreira, 2002, p. 20).

No final de 1980, com a reestruturação das empresas que ficaram sob o controlo estatal, foram implementadas medidas que perspectivavam contribuir de maneira mais eficaz para alcançar os objetivos de produção e desenvolvimento do país.

De ano para ano as dificuldades económicas agravaram-se, a economia angolana ficou mais tímida, nomeadamente a partir de 1982. O preço do petróleo caiu, a situação militar agravou-se e a produção nacional continuou a cair abruptamente, em simultâneo a dívida externa aumentou bastante. Os meios financeiros postos à disposição das empresas industriais estatais eram oriundos do Orçamento Geral do Estado e apenas cobriam os prejuízos financeiros, não permitindo fazer ou suportar qualquer tipo de investimentos. A ausência de crédito bancário no âmbito da política monetária, inviabilizou o recurso a este meio, por forma a que o governo pudesse investir neste sector (Ferreira, 2002, pp. 20-30).

Em 1992, a guerra civil agudizou-se e, por conseguinte, o desenvolvimento industrial ficou adiado, marcado pela instabilidade e pela guerra até 2002.

No próximo capítulo, abordaremos e caracterizaremos a elite angolana quanto ao vestuário, identidade e simbolismo, no período entre 1975- 2002. Apresentaremos a seleção das imagens fotográficas, em conformidade à delimitação temporal, e faremos a primeira abordagem dos conteúdos observados, tendo em conta, os elementos de distinção simbólica da indumentária utilizada pela elite angolana.

CAPÍTULO 3

O Poder Social da Elite Angolana, Vestuário, Identidade e Simbolismo 1975 – 2002

No presente capítulo procuraremos analisar dois momentos temporais relativos à escolha da indumentária da elite angolana. O primeiro, será o período de 1975 a 1989 e o segundo o intervalo temporal de 1990 a 2002. Para analisarmos estes dois momentos, recorreremos a imagens fotográficas, recolhidas por ocasião de encontros políticos, económicos e socioculturais, quer internamente ou externamente. Anteriormente, solicitamos a devida autorização para a utilização das imagens, como fonte, para a realização desta dissertação (Anexo 1).

3. O poder social da elite angolana, vestuário, identidade e simbolismo

Neste primeiro ponto iremos debruçar, essencialmente, sobre o recorte temporal de 1975 a 1989, relativamente a identidade simbolismo do vestuário das elites angolanas em ascensão.

3.1. Identidade, representação social das elites 1975-1989

Segundo Breakwell (1993) A teoria da identidade social, embora tente explicar as relações intergrupais, é um modelo que evoca as necessidades e as motivações individuais (a necessidade de uma identidade social positiva), como meio de explicar fundamentalmente as dinâmicas interpessoais e intergrupais (Breakwell, 1993, p. 2).

Neste sentido, entendemos ser pertinente analisar imagens fotográficas ligadas a períodos que antecedem a cronologia definida, com o objetivo de fazer um breve enquadramento histórico, seguidamente, apresentamos na fotografia 1.

Fotografia 1: Soba da Jamba Entidade Tradicional. Local: Bié 1925.



Arquivo: blogspot.com

Os sobas são líderes comunitários ancestrais. O grupo do sobado é chefiado pelo soba grande, aquele que lidera os outros sobas na comunidade. Estes têm como função a resolução dos problemas sociais e tradicionais das comunidades. Caso o soba não encontre a solução para dirimir o conflito, este recorre ao soba grande para juntos encontrarem uma solução. Em algumas províncias existe um Conselho de Sobas, que em concílio, nomeiam o seu representante junto da comunidade. Já noutras provinciais, mais a norte, a sucessão é feita através de linhagem, sendo que o filho da irmã é o seu sucessor natural aquando da sua morte.

Através da fotografia 1, podemos verificar como estes nativos já tinham cuidado com a forma que se apresentavam. Indumentavam-se com alguma distinção e as suas vestes refletiam a sua identidade social, bem como o grupo social que pertenciam.

Em baixo, apresentaremos as fotografias 2, 3 e 4, que antecedem à luta pela independência, iremos observar como se apresentavam os nativos, que outrora, estiveram envolvidos na luta pela independência e que, em grande parte, são os mesmos que também irão integrar as elites económicas, políticas e socioculturais e com poderes na governação e direção dos destinos do povo angolano.

Fotografia 2: Holden Roberto Político revolucionário angolano. Local: Kinshassa, julho de 1961.



Arquivo: Getty Images Foto: Ben Martin

Fotografia 3: Jonas Savimbi Político revolucionário angolano. Local: desconhecido, em 1966.



Arquivo: Alamy

Fotografia 4: António Agostinho Neto Político revolucionário angolano. Data: 11 de setembro de 1973.



Arquivo: Getty Images

As fotografias 2 e 4 são demonstrativas que o tipo de vestuário utilizado por estas individualidades está inserido num universo de códigos culturais europeus. Já a fotografia 3 apresenta um visual mais próximo do estilo militar e poderá ser ilustrativa do momento que Angola atravessava, a formação dos movimentos da luta pela libertação.

Neste sentido, a indumentária sempre representou um traço de individualidade, uma posição social e até mesmo uma ideologia. Ao longo do tempo, o traje sempre carregou, também, a representação de uma classe social, e de um grupo social. O vestuário sempre teve um carácter de marcar uma distinção entre os grupos.

Alexandre (2004) define a representação social como “um conjunto de conceitos, que jogam um papel fundamental na formação de condutas” (Alexandre, 2004, p. 10), ou seja, a representação social é consequência da interação social e são comuns a um determinado grupo.

Nesta linha de pensamento, procuramos dentro do nosso estudo destacar algumas personalidades que representam a interação social das elites angolanas e elegemos para iniciarmos a figura do primeiro presidente de Angola, Dr. António Agostinho Neto.

Procuramos realçar como o presidente Neto irá influenciar na forma como estas elites se indumentam e, por conseguinte, também exercerá influência no modo de vestir da população em geral. Antes, relembramos e não podemos descurar o facto de o presidente Agostinho Neto ter vivido parte da sua vida em Portugal, onde frequentou e desenvolveu os seus estudos académicos na área da Medicina. Sabemos que neste período estudar medicina ou uma outra qualquer ciência na Europa, em particular Portugal, não era um elemento comum para os nativos africanos.

Fonseca (2018) destaca, a partir dos anos 1950, o contributo de Agostinho Neto, dizendo: cujo curso de vida é relembada por um percurso marcado com o aprendizado colonial, assim como, a sua marca poética da Angolanidade na década de 40 e 50 e, também, é visto como um ativista anticolonial e um combatente pela liberdade (Fonseca, 2018, p. 138).

O mesmo autor ainda prossegue referenciando que Agostinho Neto integrou o grupo de atores de grande relevância para os povos africanos. Designadamente, Kwame Nkrumah no Gana, “*The Father of African Nationalism*”, Kenneth Kaunda na Zâmbia, Julius Nyerere na Tanzânia, com Samora Machel em Moçambique, assim como, com Nelson Mandela na África do Sul.

Deste modo, facilmente sobressai que a sua integração social, diante o mundo em geral, possa ser considerada de muito “bem-sucedida”. O presidente Neto é natural de uma pequena aldeia em Angola, “Kaxicane”, que dista aproximadamente 65 km, da capital de Angola, ainda assim não se deixou inibir, mas sim, procurou buscar sempre o melhor de si até atingir o auge das suas aspirações. Ora, se no passado o indumentar-se como os colonos era uma condição para que o nativo tivesse direito à cidadania portuguesa, tal como consta na carta do indigenato, entendemos que Agostinho Neto vai ter em conta particularmente este elemento para se afirmar e ser aceite pelas elites coloniais.

Não podemos também, deixar de referenciar que este período era vivido com uma forte segregação racial. No mesmo período temporal, nos Estados Unidos, reivindicava-se por liberdade, trabalho, justiça social e pelo fim da segregação racial contra a população negra, tendo culminado numa manifestação que ficou conhecida pela marcha sobre Washington e, mais tarde, em 1964, foi atribuído o Prémio Nobel da Paz, a Martin Luther King Jr., que liderou esta marcha. Estes dois acontecimentos, trouxeram uma visibilidade mundial para a causa afro-americana e, conseqüentemente, despertaram outras consciências no mundo.

É neste contexto que Agostinho Neto se afirma na sociedade como uma personagem carismática e com uma forte representação social, ao se distinguir na sociedade portuguesa. Acreditamos que a forma de se apresentar foi fundamental para a sua afirmação, também, no continente europeu chegando mesmo a contrair o matrimónio com a Dra. Maria Eugénia Neto, uma cidadã branca, de nacionalidade portuguesa, conhecida como escritora, poetisa e jornalista.

Agostinho Neto Agostinho morre em Moscovo, a 10 de setembro de 1979, no decorrer de complicações de saúde e foi substituído na presidência de Angola e do MPLA por Lúcio Lara, que ficou poucos dias na interinidade até à tomada de posse de José Eduardo dos Santos.

Entendemos ser necessário considerar estas descrições, tendo em conta que nos referimos a entidades africanas muito importantes da época. O presidente Neto representava a principal figura do país, por isso é pertinente estudarmos a sua forma de vestir enquanto elemento de representação simbólica, ou signo identitário.

A teoria da representação social, proposta por Breakwell (1993) refere que em contraste, as teorias das representações sociais descrevem como as pessoas interpretam e tornam o seu mundo significativo, é um modelo que enfoca os processos de comunicação interpessoal como os determinantes da estrutura e do conteúdo dos sistemas de crenças que são chamados de representações sociais (Breakwell, 1993, p. 2).

Neste sentido, olhando para a trajetória da principal figura de referência da elite angolana, no período que antecede o pós-colonial, procuramos transmitir através da sua indumentária as suas crenças, os seus valores e significado. Conforme podemos observar, nas fotografias 5 a 7, que apresentamos a seguir.

Fotografia 5: António Agostinho Neto, Líder do MPLA. Local: Lisboa, 8 de abril de 1975.



Arquivo: Getty Images Foto: Gysembergh Benoit

Fotografia 6: Agostinho Neto cumprimentando um variado grupo de sobas em Malange. Local: Malange-Angola, 1979.



Arquivo: Portal de Angola. Foto: D.R

Fotografia 7: Sobas em Malange. Local: Malange-Angola 1979



Arquivo: Portal de Angola. Foto: D.R

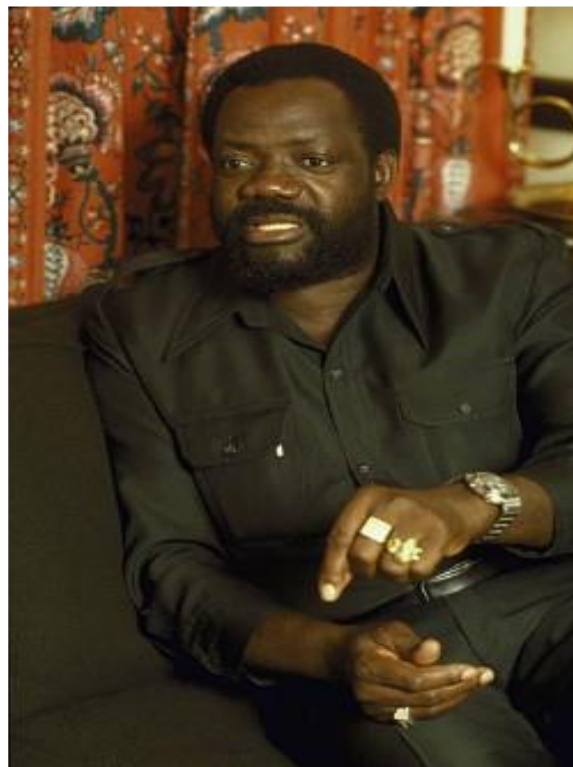
Ao observamos estas fotografias, constatamos que o líder máximo utiliza uma indumentária equiparável aos hábitos ocidentais deixando para atrás um estilo de vestuário característico dos africanos.

Andrade (2005) refere que cada momento requer um tipo de apresentação e atuação que se encontra normatizada pelo contexto social. Neste sentido, a emergência da nova elite angolana tem em Neto uma referência e uma representação social, e à sua semelhança também irão indumentar-se nesta conformidade. Entendemos que aderir ao traje típico ocidental não tenha sido embaraçoso, antes pelo contrário, acreditamos que esse modo de se vestir era tido como um elemento distintivo na recém-independente sociedade angolana (Andrade, 2005, pp. 3-5).

Um outro elemento que, também, consideramos importante prende-se ao facto de existirem dentro das elites políticas, a UNITA, a FNLA o MPLA e o Sobado, várias formas diferentes de se indumentarem. Uns utilizavam roupas ao estilo militar, outros optavam por vestes mais europeizadas e outros mais tradicionais. Adiantamos que o traje típico dos africanos se diferencia dos demais pelo facto de utilizarem pano (tecido) estampado com desenhos ornamentais e muito coloridos, bem como a forma que são confeccionados. Dugrand (2016) refere que as diferenças na confecção começavam pela forma do corte. Eram peças que não deixavam o corpo exposto e que se podiam identificar facilmente como um vestuário formal africano.

Seguidamente, apresentamos as fotografias das indumentárias dos três movimentos de libertação. Primeiro, apresentaremos, a elite pertencente à UNITA.

Fotografia 8: Jonas Savimbi Líder da UNITA Local: USA, 1 fevereiro 1986



Arquivo: Getty Images Foto: Diana Walker

Fotografia 9: Jonas Savimbi Líder da UNITA Local: Angola, conferência de imprensa 8 de fevereiro de 1976.



Arquivo: Getty Images Foto: Cilo Gamma-Rapho

Fotografia 10: Delegação da UNITA, com Jonas Savimbi (no centro) durante as negociações com o Governo de Portugal para os Acordos de Alvor que levaria Angola para a independência. Local: Alvor 1975.



Arquivo: Getty Images

Segundo, apresentaremos, a elite da FNLA.

Fotografia 11: Holden Roberto Político revolucionário angolano. Local: Kinshasa, março de 1967.



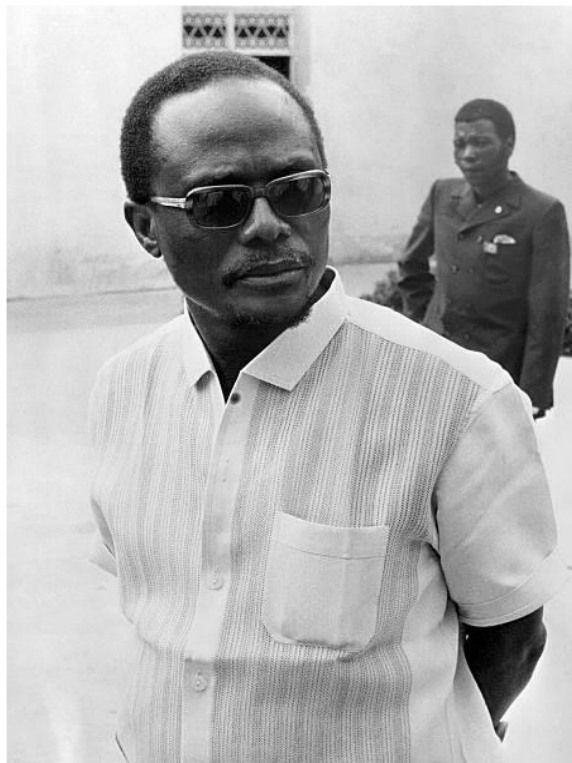
Arquivo: Getty Images Foto: Ben Martin

Fotografia 12: Comandante Militar da FNLA Ângelo Carvalho Local: Kinshasa, março de 1972



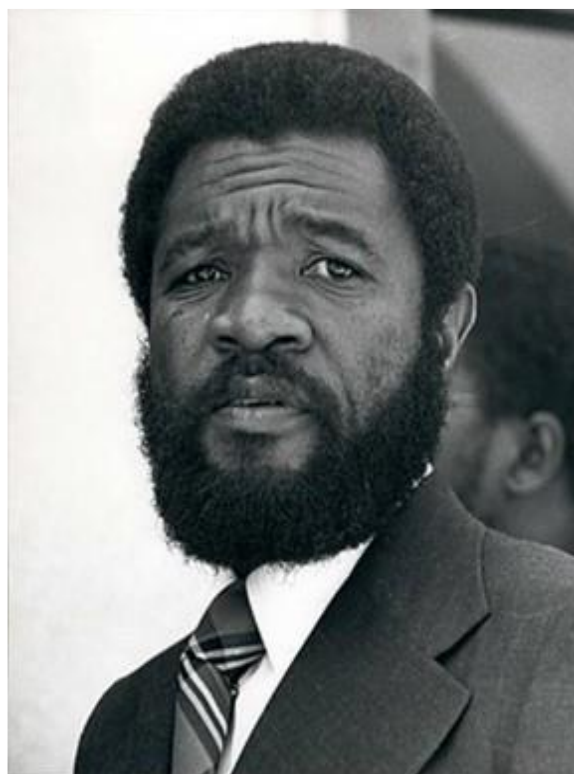
Arquivo: Alamy

Fotografia 13: Holden Roberto Político revolucionário angolano. Local: Luanda, 28 julho de 1975.



Arquivo: Getty Images

Fotografia 14: Secretário Geral da FNLA Daniel Chipenda. Data: 1976. (Angola)



Arquivo: Alamy

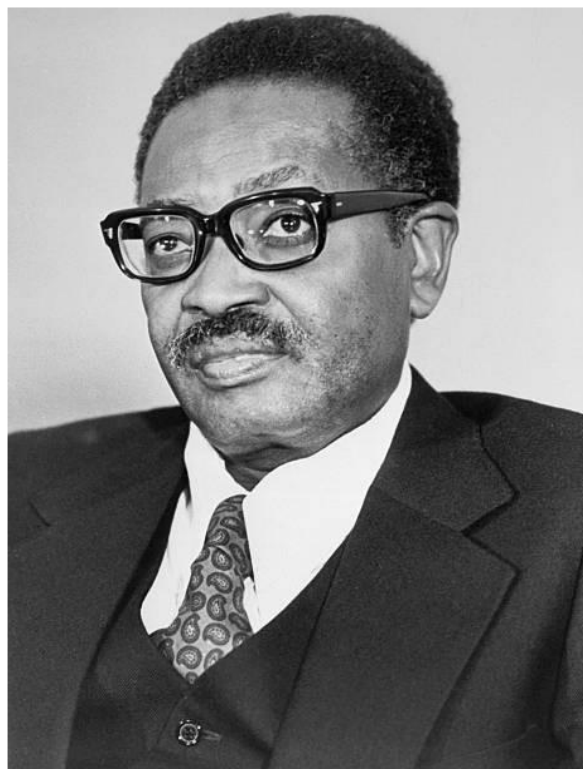
Fotografia 15: Encontro com o Líder da FNLA Holden Roberto. Data: 1976.



Arquivo: Getty Images Foto: Benjamim Auger

Terceiro, e último grupo, a elite do MPLA:

Fotografia 16: Presidente angolano Agostinho Neto (legenda original) Moscovo, Rússia: Esta fotografia do Presidente Agostino Neto acaba de ser recebida de uma fonte oficial soviética. Local: Moscovo 1979



Arquivo: Getty Images

Fotografia 17: Primeiro Ministro Lopo do Nascimento em conferência de imprensa
Local: Itália. Entre 1975 a 1978.



Arquivo: Getty Images

Fotografia 18: Ministro angolano das Relações Exteriores, Pedro de Castro Van-Dunem, chega ao funeral do imperador do Japão. Local: Narita Chiba 22-1-1989.



Arquivo: Getty Images Foto: Asahi Shimbun

Seguidamente, iremos abordar o vestuário enquanto elemento identitário e de vinculação de ideais.

3.1.1. O vestuário enquanto elemento identitário e de vinculação de ideais

Pereira (2003) aborda a questão da identidade do vestuário referindo que o exercício da produção do vestuário não pode ser unicamente entendido pela sua transformação, aquela que tem suprido os anseios do ser social, mas sim, deve ser interpretado com aquilo que se veste e o que faz representar a integração do indivíduo (Pereira, 2003, pp. 10-28). Ou seja, o vestuário não é apenas um elemento pertencente à cultura material, mas antes é também elemento participante de uma relação que lhe atribui complexidade. Enquanto elemento identitário, é tido como uma componente que comunica através dos seus signos, assumindo uma linguagem identitária do vestuário. Essa linguagem é expressa pelos hábitos, costumes, sexualidade, religião, gosto estético e, que por vezes, gera conflitos entre as classes sociais, tal como o autor supracitado refere, A imitação do uso do vestuário do mais elevado padrão vem de algum tempo, as classes dominantes legitimavam as suas posições sociais através da ostentação da riqueza que o vestuário expressa, e estes passaram a representar o poder económico das classes dominantes (Pereira, 2003, idem).

Neste sentido, entendemos estabelecer uma analogia com o processo de vinculação da identidade das elites angolanas, como observamos através das fotografias número 16 a 18 (ver p. 55-56), e nas fotografias 19 e 20, que apresentamos seguidamente.

Fotografia 19: Presidente Reagan com Jonas Savimbi Local: 30 de outubro de 1986 Washington, DC: Salão Oval.



Arquivo: Getty Images

Fotografia 20: Presidente George Herbert Bush (EUA) com Jonas Savimbi Líder da UNITA em 07 de Novembro de 1991 Local: Washington, DC: Casa Branca.



Arquivo: Getty Images

Analisando o traje, verificamos que a indumentária escolhida pelas elites políticas angolanas, aquando de uma apresentação em eventos ou cerimónias públicas internas como externas eram imbuídas, tendencialmente, em preceitos muito semelhantes ao modo de vestir do mundo ocidental.

Acreditamos que, na época, existisse um padrão de moda estabelecido pelas elites ocidentais. Assim sendo, esta elite ao querer estabelecer uma afirmação quer interna e externa, naturalmente, entendeu olhar para o ocidente como um arquétipo.

Neste sentido, Barthes (2009) diz que os “padrões do vestuário de moda sempre estiveram em alta (Barthes, 2009, p. 18)”, ou seja, as vestimentas do mais alto padrão de luxo foram sempre facilitadoras da integração social, bem como permitem uma melhor aceitação dos pares.

Porém, entendemos que esta escolha na forma de trajar das elites, terá um impacto psicossocial nos demais angolanos, tal como explicam Davidovitsch & Silva (2010), estes “são caracterizados e expressos pelas referências históricas”(Davidovitsch & Silva, 2010, p. 157). Entendemos que o passado colonial e a sua influência atuam como fatores de referência, nas escolhas das indumentárias destas elites. Outro elemento que relacionamos é o facto de a indústria têxtil angolana neste período ter entrado em declínio.

Neste sentido, a elite angolana necessita de estabelecer uma rota de mercado com o mundo exterior para aquisição dos mais modernos vestuários e acessórios existentes (Rocha, 2000, p. 251). Malucelli (2011) define que “quando um grupo de pessoas é visto como compradores e que partilham o mesmo desejo na procura de um objeto, é a compra que os move. Estes envolvem parte dos seus meios e recursos para poderem adquirir” (Malucelli, 2011, p. 4).

É possível observar, conforme as imagens 16 a 20, o vestuário apresentado, assim como os acessórios utilizados por esta elite, com exceção dos Sobas (ver fotografias 6 e 7), manifestavam algum requinte e luxo, tendo em conta o contexto da época.

Malucelli refere que os produtos de luxos estão intrinsecamente ligados aos valores humanos, enumeramos dois desses valores. Primeiro, a preocupação com a aparência pessoal: os consumidores de luxo estão dispostos a dedicar esforços, como recursos e tempo, para cuidar da imagem pessoal e para parecerem atraentes aos olhos dos demais. Neste sentido, em relação as referidas imagens, foi possível identificarmos os cuidados com acessórios de requinte e roupas sendo sugestível de que as elites pretendiam impressionar ou ostentar todo o seu poder e sucesso, bem como a classe social que pertencem.

A segunda, a Distinção: os produtos de luxo apresentam preços mais elevados, na medida que comunicam uma distribuição seletiva e são considerados raros. Desta forma, estes bens estão fora do alcance de muitos e, por isso, poucos podem adquiri-los.

Estes fatores aqui apresentados eram tidos em conta, fazendo sobressair a intencionalidade do modo de vestir. O que nos faz compreender que a representação da identidade das elites angolanas tem inspiração no vestuário europeu e, provavelmente, tenha sido uma estratégia de competição e de aceitação para o mundo de igual para igual.

Assim sendo, com base na aquisição de tecidos, vestuários e acessórios, entendemos que Angola se abre para o mundo e, através das suas elites, irá fazer uma investida no campo das relações internacionais. Os bens, o vestuário e acessórios vão permitir uma melhor afirmação e aceitação pelas suas congéneres internacionais.

No próximo ponto, iremos apresentar a representação do vestuário tanto no feminino como no masculino.

3.1.2. A representação do vestuário feminino e masculino

De acordo com a participação ativa e desempenho da elite feminina em Angola, entendemos ser pertinente refletirmos sobre como as mulheres se faziam representar pelo traje. Neste

período era pouco comum falar-se da emancipação da mulher, porém iremos considerar os valores culturais da mulher angolana e os seus elementos simbólicos.

Carvalho (2018) diz que uma vez, que se estuda o vestuário de um determinado período temporal, é inevitável estabelecer uma relação direta entre a imagem produzida e aquela que reflete no instante que a percebemos (Carvalho, 2018, pp. 19-20). Porém, quando se pensa num vestuário antigo, ocorre logo uma predeterminação na escolha que normalmente representa o resgate de uma época enquanto fração de uma cultura material.

As mulheres desde sempre carregam uma responsabilidade na apresentação do seu vestuário. Os autores (Cassagnes & Dousset, 2014, pp. 4-6) descrevem que ele jamais é neutro ou secundário, mas antes beneficia as hierarquias, do mesmo jeito que as combate. Assim, o vestuário tem um estatuto e uma função participativa na construção de uma identidade. Seguidamente, apresentamos, a fotografia 21.

Fotografia 21: Presidente António Agostinho ao centro, e do seu lado esquerdo a sua esposa Maria Eugenia Neto, ladeados de membros do governo e militares armados. Local: Angola 1975



Arquivo: Getty Images Foto: Jean Claude

Através desta imagem, observamos que as mulheres vão se diferenciar na escolha das suas indumentárias, uma vez que estas utilizam mais os preceitos africanos. Desta forma, interpretamos esse facto em duas perspetivas distintas. A primeira, está mais direccionada não apenas para uma questão estética, mas para realçar a beleza da mulher africana, perpetuando a sua identidade mais próxima das suas tradições.

A segunda perspetiva, está relacionada com o facto de a mulher não ter um acesso igualitário tanto aos bens, como ao direito na igualdade de oportunidades relativamente ao homem.

Neste sentido, e relativamente à primeira perspetiva que enumeramos, Lara (2000), que nos seus escritos refere na década 70 do século passado, já existiam autores que defendiam que o impacto do tráfico atlântico havia sido capaz de destruir uma identidade preexistente dos africanos (Lara, 2000, p. 1).

Entendemos que para lutar contra a destruição da identidade dos africanos, as mulheres pretendiam resgatar este elemento de valor cultural para o povo africano, imperando a beleza e as cores que carregam nas suas vestimentas. Estes valores também podem ser percebidos, novamente, referenciando o autor supracitado, ao mencionar que “a linguagem das roupas africanas é rica e a sua complexa coinfecção dificilmente poderia se reproduzir integralmente sob as condições da escravidão do novo mundo” (Lara, 2000, p. 12).

Neste sentido, o uso do traje africano feminino justificava-se muito pelo facto de estas quererem incentivar a preservação deste precioso bem da cultura, tal como enfatiza Lara, “os trajes de mulheres pretas constituem um rico exemplo da construção de uma linguagem visual própria” (Lara, 2000, p. 15).

Compreendemos, também, se associarmos o traje africano à elite do poder, poderá ser percebido como uma forma de estes buscarem um reconhecimento e aproximação junto ao povo angolano. Ora, teremos de destacar aqui esta opção de indumentária como um elemento de coragem por parte da maioria das mulheres angolanas, que mesmo com outras opções, sempre preferiram a indumentária africana permitindo reforçar uma identidade própria que as elevasse diante dos demais.

Acreditamos que este facto tenha contribuído para demonstrar a importância e o reconhecimento dos trajes tradicionais. Neste sentido, observamos também as mulheres que se encontravam no exercício de funções públicas ou com algum papel de relevo na sociedade angolana, por vezes e em aparições públicas trajavam-se com base nas indumentárias africanas, talvez com o objetivo de eternizarem-no e salientarem os traços histórico-cultural contidos neles, conforme podemos observar, em seguida, através da fotografia 22.

Fotografia 22: A Primeira Dama da República de Angola Ana Paula Dos Santos à esquerda, recebe em visita a Princesa de Gales, Diana. Local: Angola 13 de janeiro 1997



Arquivo: Getty Images Foto: Tim Graham

Referirmos que em função do traje africano que era utilizado pela mulher, este indicava o seu nível sociopolítico, assim como o sociocultural. Por exemplo, na Ilha de Luanda, região pesqueira de Angola, as mulheres que tinham um poder místico usavam o traje mais elaborada face as demais. Quer no passado, como no presente, os mesmos trajes continuam a ser designados como Kimono. Assim, e para além das cores, as peças, a forma de usá-los, também têm significados. Antigamente, as senhoras mais endinheiradas que passeavam pelas ruas de Luanda, o seu kimono era formado por um total de quatro panos: o mulele ua jiponda (peça interior), o mulele ua xaxi (pano transpassado cobrindo a parte superior), depois o mulele ua tandu (tecidos transpassados na parte inferior), e o pano preto conhecido como bofeta.

As mulheres que representam as “Bessa-Ngana”, os seus trajes são carregados de um poder místico/sobrenatural. Estes são baseados, também, em peças de pano, mas que ganham um outro sentido pela forma como estes são atados ao corpo.

É de salientar que existe uma diferenciação em termos da tipicidade e da qualidade do pano utilizado para a confecção de um traje de uma Bessa-Ngana. As peças de pano mais vistosas e mais luxuosas são as de fundo branco, ou as riscas vermelhas ou azuis, como podemos observar na fotografia 21. Relativamente, aos adereços eram peças complementares, assim como as típicas tranças de carapinha que completavam o seu visual.

Relativamente ao significado de Bessa-Ngana, quer na língua nacional kimbundo” e “kikongo”, a palavra Bessa, significa bênção e Ngana o Todo-Poderoso.

Neste sentido, as Bessa-Ngana são detentoras de poderes místicos e conseguiram impor-se junto da elite no poder. Por conseguinte, perpetuaram as suas práticas culturais indígenas. Magalhães (2008) descreve o traje das Bessa-Ngana como carregado de grande simbolismo, e acrescenta que ao trazer este traje ao mais alto nível social, representa em particular o comprometimento e reconhecimentos das forças divinas (Magalhães, 2008, p. 140).

Na Ilha de Luanda, as mulheres que trajavam de Bessa-Ngana eram tipicamente utilizadas nos rituais que estabelecem um elo entre os desejos e as divindades celestiais, assim como noutras ocasiões especiais tais como as festas formais ou de alambamento, sendo este último, um ritual de noivado.

Acreditamos que existia por parte da elite angolana a intenção da criação de uma personalidade histórico-cultural que os interligasse com o poder tradicional ou sobrenatural.

No que tange ao vestuário masculino queremos referenciar que existem diferenças na forma das elites masculinas de se indumentarem. Se observamos as fotografias 11 a 15 e as fotografias 6 e 7, percebemos que não existe uma linha comum na forma como as elites masculinas se apresentam. Iremos, seguidamente, apresentar mais um conjunto de fotografias para melhor fundamentarmos esta asserção.

Fotografia 23: Jonas Savimbi Líder da UNITA. Local: Angola, fevereiro de 1985.



Arquivo: Getty Images Foto: Jacky Coolen

Fotografia 24: Jonas Savimbi Líder da UNITA numa conferência. Local: Washington, DC: Novembro 1991



Arquivo: Getty Images Foto: Cynthia Johnson

Fotografia 25: Jonas Savimbi Líder da UNITA com os seus membros militares. Local: Angola, sem data.



Arquivo: Getty Images. Foto: Jacky Coolen

Fotografia 26: Primeiro ministro de moçambique Marcelino dos Santos e o primeiro presidente de Angolana António Local: Angola-Luanda, 12-11-1975.



Arquivo: Getty Images. Foto: Alain Mingam

Fotografia 27: François Mitterrand presidente francês e seu homólogo José Eduardo dos Santos Presidente de Angola Local: Palácio do Eliseu 22-9-1987.



Arquivo: Getty Images Foto: Raphael Gaillarde

Fotografia 28: José Eduardo dos Santos Presidente de Angola. Local: França Hotel Crillon, em Paris 22-9-1987.



Arquivo: Getty Images Foto: Joel Robine

A sequência das fotografias foi organizada, cronologicamente e pelos grupos em estudo, a FNLA está representada pelas imagens 11 até a 15, as da UNITA são as fotografias 23 até a 25, as que representam o MPLA são as imagens 26 até 28, e por último o grupo dos Sobas são as fotografias 6 e 7.

Observando o vestuário apresentado pelos elementos da UNITA, constatamos que estava presente uma mistura de vários tipos de vestuários. Cada um deles com a sua significação. Nas cerimónias internas e externas, estes optavam tendencialmente pelo estilo ocidental, porém o seu líder não. Savimbi tinha uma imagem de apresentação muito própria e exclusiva o que lhe conferia a sua identidade. Este usava, por norma, fatos chamativos equiparados no estilo “*Abacost*” e fazia-se acompanhar sempre de uma bengala, que lhe era peculiar. Este estilo surge no Zaire, entre 1972 e 1990, com o objetivo de abolir as indumentárias utilizadas pelos ocidentais. Foi imposto pelo presidente da época, Mobutu Sese Seko e vigorava no seu plano de autenticidade do governo; tinha como finalidade a rutura com o passado colonial, tal como escreve (Nerín, 2016, p. 14).

Verificamos também que este traje era muito semelhante ao utilizado por Mao Tsé-Tung, fundador da República Popular da China, que governou o país desde a sua criação em 1949 até sua morte em 1976. Entendemos que esta exigência tenha sido uma tentativa de africanizar as roupas, tendo mesmo culminado numa nova tendência no estilo de vestir dos africanos. Era um traje que era confeccionado tendencialmente com tecidos africanos, usado sem gravata, por vezes, com um lenço, e também, acompanhado de um barrete e uma bengala.

Ao observarmos as fotografias 19, 20 e 24 da elite política da UNITA, verificamos semelhanças com a indumentária do presidente do Zaire, bem como com Mao Tsé Tung. Savimbi ao inspirar-se nestas vestimentas deixa sobressair a sua afinidade ideológica com o regime da China, que é materializada na aliança histórico-política da UNITA com a República da China, como refere (Sapalalo, 2014, p. 12).

Um outro diferencial em Savimbi era utilizar frequentemente nas suas aparições uma farda militar (ver fotografias 23, p. 64 e 25, p. 65), distinguindo-se dos seus oponentes. A farda militar reflete o valor da tradição, marca as hierarquias e representa a disciplina e confere autoridade a quem a usa.

Já a FNLA inspirava-se mais nos modelos de indumentárias mais ocidentais (ver, fotografias 11 do seu líder Holden Roberto, e fotografia 14, do secretário-geral, Daniel Chipenda). Optavam, na maioria das vezes, por indumentárias que eram compostas por camisas, blazers e gravata. Utilizavam acessórios como relógios clássicos, tal como qualquer outra entidade que tinha algum poder político, económico ou social. Todavia, Holden Roberto esteve emigrado e exilado, passando grande parte da vida fora de Angola. Primeiro, no ex-Zaire durante a luta pela independência, depois no exílio em Paris, regressando a Angola em 1992, para participar nas primeiras eleições. Este período que viveu fora, nomeadamente no antigo Zaire, vigorava a obrigação do uso do *Abacost*, pelo que acreditamos que Holden foi obrigado a abandonar o seu estilo de vestir clássico e típico europeu atendendo ao rigor imposto sobre o modo de se vestir, ver fotografia 15.

É importante referir que a FNLA, participou ativamente na fundação da União dos Povos do Norte de Angola (UPNA), de base étnica bacongo, que mais tarde transformou-se na União das Populações de Angola (UPA). O antigo Zaire, atual República Democrática do Congo, tornou-se independente da Bélgica em 1960 e faz fronteira com a região Norte de Angola. O facto de já serem independentes e auxiliarem na luta pela independência de Angola, provavelmente, existiu uma influência deste povo tanto nos hábitos, costumes como no vestuário do povo angolano, nomeadamente entre alguns elementos que integravam a FNLA, como podemos observar na fotografia 12, do comandante militar Ângelo Carvalho.

Quanto ao MPLA era característico observamos semelhanças nas vestimentas de quase todos membros deste movimento, desde o seu presidente aos demais membros. Importa referir que em 1975 Angola se independentiza e este período foi marcado por assinaturas de acordos, negociações de várias ordens entre Portugal e Angola, tanto na esfera política como económica.

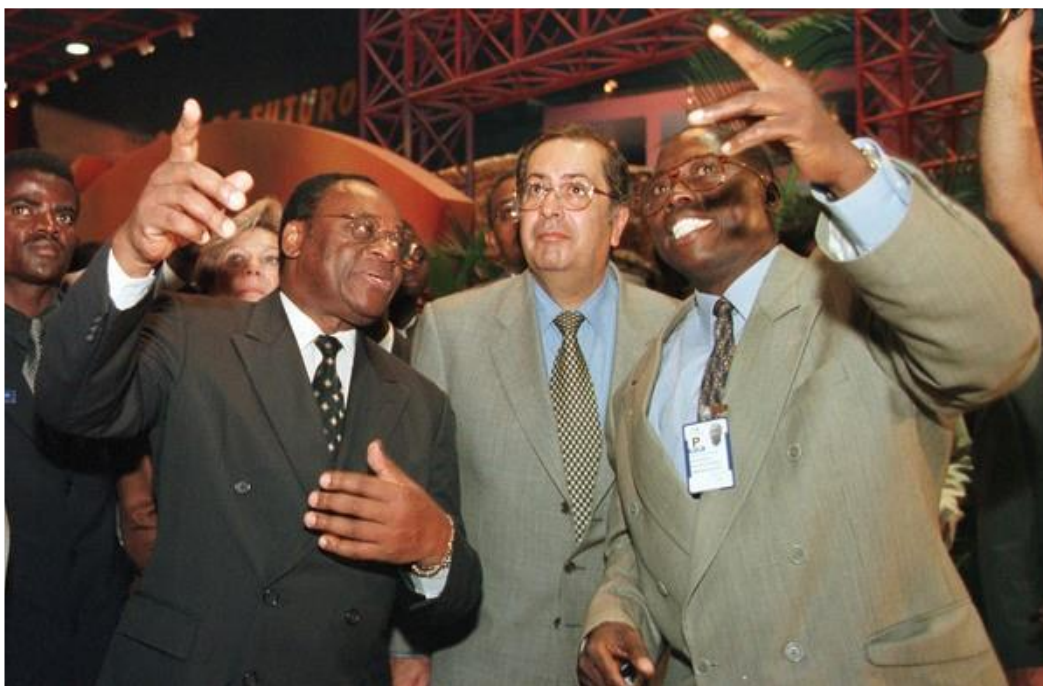
Carreirão (2006) chama a atenção de que o poder económico exerce a sua influência. A essa influência, ele designou como pacto ideológico, sendo este um elemento fundamental e se verifica, por exemplo, nos governantes que passam a comungar dos mesmos rituais, crenças e determinações dos seus congéneres. Neste sentido, entendemos que esta elite angolana em emergência aderiu ao pacto ideológico proposto por Carreirão e passou a comungar das mesmas indumentárias e dos acessórios utilizados pela elite política portuguesa e de acordo com os padrões proferidos do mundo ocidental, como se a democracia existisse pelo que se veste. Em seguida, iremos apresentar mais fotografias das elites angolanas em visitas ao exterior do país.

Fotografia 29: Acordos de Bicesse assinados a 31-05-1991, no Estoril, Portugal, pelo Presidente da República, Eng.º José Eduardo dos Santos, e o Dr. Jonas Savimbi líder da UNITA, na presença de representantes de países da Troika de Observadores, designadamente Portugal, Rússia e EUA.



Arquivo: Jornal de Angola. Foto: Jornal de Angola

Fotografia 30: Presidente da Assembleia Nacional de Angola, Roberto de Almeida na esquerda e Jaime Gama na Expo 98. Local: Lisboa-Portugal, 17 de outubro de 1998.



Arquivo: Lusa. Foto: José Rodrigues

Fotografia 31: Eng.º José Eduardo dos Santos Presidente de Angola à direita e Fernando Henrique Cardoso Presidente do Brasil.



Arquivo: Lusa. Foto: Herminio Oliveira

Na sequência das fotografias apresentadas observamos que a opção da indumentária da elite do MPLA assemelha-se com as elites do mundo ocidental. Contrariamente, o líder da UNITA, que opta por se apresentar com um estilo inspirado nas indumentarias asiáticas e africanas, conforme a fotografia 29.

Por fim, trazemos a elite dos Sobas. Estes são considerados autoridades e entidades com poder políticos e simbólicos assentes na sua ancestralidade. O sistema colonial, à luz do seu modelo cultural, tinha atribuído a este grupo um papel subalterno e desprovido de sentido. Com a independência de Angola, o Estado, para além de reconhecer enquanto uma distinta classe social, concede-lhes o estatuto de autoridades tradicionais, atribuindo um papel de destaque no quadro da gestão administrativa ao nível comunitário. Este reconhecimento não está apenas alicerçado nas suas funções culturais e sociais tradicionais que desempenham, mas também por lhes conferir a função de participam no plano executivo, legislativo e judicial de Angola, como já fizemos referência no capítulo 1.

Neste sentido, observamos nas fotografias 6 e 7 que os sobas tinham uma vestimenta peculiar, que consistia numa mistura não uniforme de estilo do seu vestuário. Entendemos que estes vão seguir as tendências de indumentárias ditadas pelos representantes do governo. Ao fazerem uso do *blazer*, deixa em aberto a possibilidade de que estes provavelmente se querem afirmarem junto dos detentores do poder. Numa tentativa de fazerem uma aproximação e terem o reconhecimento dos demais líderes políticos e, por conseguinte, na partilha do poder tanto económico quanto político. Este critério, entendemos não com uma imposição, mas sim, um reflexo como afirma Heimer (1973), que diz, “o europeu para justificar a sua expansão colonial perante si próprio e perante o colonizado, teve de criar o mito da sua superioridade civilizatória e às vezes racial” (p. 26). Este mito de superioridade civilizatória, já encontramos na fotografia 1, do Soba da Jamba, que facilmente reconhecemos as suas vestimentas muito semelhantes à elite económica da era colonial.

Porém, entendemos que o uso dos *Blazers* seja um elemento de distinção social dos Sobas relativamente à população local. Neste sentido, incluir o blazer no seu estilo de vestuário terá uma importância simbólica no reforço da sua afirmação e poder, enquanto autoridades tradicionais junto das populações suas comunidades. O uso do *blazer* era mais utilizado pelos sobas em rituais tradicionais, socioculturais e na receção das individualidades governamentais do país, conforme podemos observar na fotografia 6 e 7, a receção ao então presidente Agostinho Neto que cumprimenta um grupo de Sobas, em Malange.

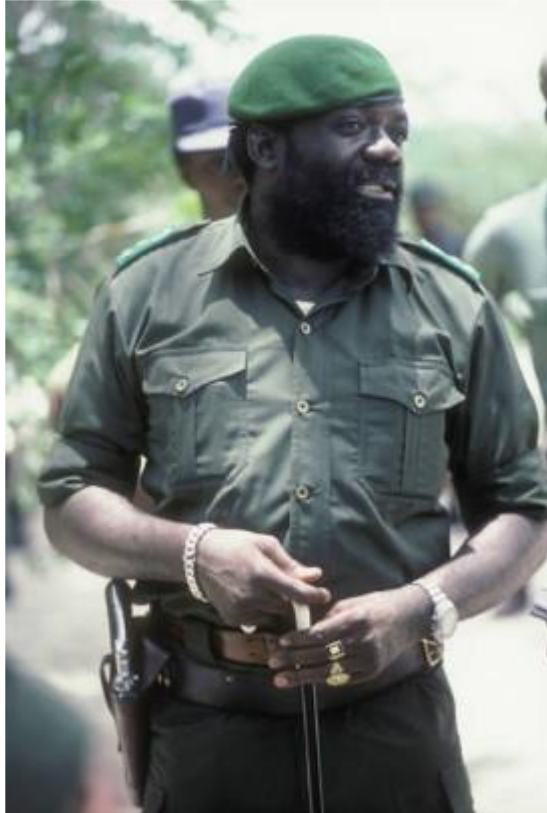
No que diz respeito aos acessórios utilizados pelos Sobas, o chapéu simboliza a proteção divina e a bengala representa a orientação sobrenatural, não existindo qualquer tipo de alteração. Estes são frequentemente utilizados e os sobas são reconhecidos pela população, tanto nas classes sociais mais elevadas, quanto na maioria da população angolana, tanto citadina como rural. No próximo, ponto iremos discorrer acerca da distinção simbólica das elites angolanas.

3.1.3. A distinção simbólica nas elites angolanas

De acordo com as vestimentas, assim como os acessórios utilizados pelas elites angolanas, entendemos fazer uma abordagem sobre os principais elementos de distinção entre classes. Segundo Lacerda & Rocha (2013), o “vestuário como símbolo de distinção de classes facilita a compreensão das ações sociais existentes, quer no passado como no presente. O vestuário, assim como, os acessórios constituem um elemento de grande envolvimento simbólico” (pp. 2-

3). Neste sentido, podemos observar as fotografias em abaixo, onde espelham o simbolismo do vestuário, bem como os elementos de distinção entre classes.

Fotografia 32: Jonas Savimbi líder da UNITA. Local: Angola, fevereiro de 1985.



Arquivo: Getty Images Foto: Jacky Coolen

Fotografia 33: Jonas Savimbi líder da UNITA com os seus bens. Local: Angola. Fevereiro de 1985



Arquivo: Getty Images. Foto: Jacky Coolen

Fotografia 34: Proclamação da Independência de Angola pelo Presidente António Agostinho Neto. Local: Angola. 11 novembro de 1975.



Arquivo: Jornal de Angola. Foto: Edições Novembro
http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/presidente_na_huila_no_11_de_novembro

Fotografia 35: Presidente de Cuba Fidel Castro e José Eduardo dos Santos Presidente de Angola, revendo a guarda de honra após a chegada ao Aeroporto Internacional José Martí Havana, 30 de julho de 1987.



Arquivo: Getty Images Foto: Rafael Perez

Ao observarmos, esta sequência de imagens, nomeadamente as fotografias 32 e 33 e a fotografia 8, verificamos que de um modo geral, o líder da UNITA quer internamente ou externamente apresentava-se como pertencente a uma organização militarizada. Porém, o uso frequente da indumentária militar fazia toda diferença na perceção dos demais. A cor verde na farda representa a autoridade e as quatro estrelas douradas, visíveis na boina vermelha de Savimbi, são distintivos da designação de General na simbologia militar em vários países do mundo. Já os seus acessórios opulentos em ouro, fotografia 8, o uso de relógios preciosos, deixa transparecer que este se queria afirmar através do seu carácter guerreiro e luxuoso. Malucelli (2011, p. 4) refere que o estatuto luxuoso é característico nas elites com poder e no caso de Savimbi, possivelmente, queria ser visto como um homem de um *status* social inquestionável, detentor de poder político e económico, tal como descreve Fiori (2005): a “relação do poder e dinheiro é um elemento secular” (Fiori, 2005, p. 6).

Em Savimbi era comum o uso de uma bengala, conforme fotografia 32 e 33. Entendemos que para além de ser um símbolo da representação do poder sobrenatural, tal como os Sobas, tivemos a perceção de que as bengalas utilizada por Savimbi eram dispositivos de segurança e de alerta face ao inimigo (recordamos que Angola estava mergulhada em plena guerra civil).

Nas sociedades ocidentais, a bengala ou o cajado sempre foram um elemento distintivo da alta burguesia, simultaneamente, também, eram utilizados para a segurança pessoal. Por vezes, estas eram incorporadas com sistemas de alerta e, ou armas camufladas, que eram acionadas sempre que o seu portador estivesse em risco. Além disso, o uso de bengala remete para uma idade mais elevada, o que pode ser percecionado como uma maior experiência de vida, de aquisição de conhecimento e de maturidade.

Relativamente à distinção simbólica na elite política da FNLA, ao observarmos as fotografias 11 a 15, estes tiveram a influência de ambas culturas, tanto a ocidental como africana. Embora mais discretos, apresentavam-se com vestimentas ocidentais, que lhes concedia o privilégio de serem tidos como homens cultos e íntegros, “forma encarada quando se fazia o uso de roupas clássicas europeias”. Salientamos que Holden Roberto, quando posava para a fotografia, tinha como objetivo de ser eternizado e reconhecido através do seu legado, e é perceptível através das imagens que apresentamos uma clara demonstração de poder, tal como podemos analisar nas outras elites.

No que diz respeito ao MPLA, percebemos que existe uma grande representatividade simbólica dos seus vestuários, assim como nos acessórios ou adereços. O primeiro impacto representativo nesta elite, está relacionada com a exuberância das suas vestimentas. O brilho dos tecidos raros refletidos nas imagens fotográficas, demonstra o luxo da época.

Galhanone (2005) faz uma abordagem acerca do simbolismo do luxo, começa por evidenciar que o luxo é um forte elemento simbólico que serve para marcar território entre as burguesias favorecidas e o resto da população. Pensando no valor económico, quer dos vestuários e acessórios utilizados nesta elite, entendemos que seja para também demonstrar a utilidade de produtos bem acabados, raros e duradouros. Porém, estas peças utilizadas, também, eram raras para a época o que nos leva a perceber que estes optaram por deixar claro a sua simbologia diante do mundo em geral (Galhanone, 2005, pp. 2-3).

Já o Presidente Agostinho Neto apresentava-se de uma forma não exuberante, mas que deixava transparecer a representação do seu poder político, económico e militar. Pode observar-se estes elementos através do modo que este pousa para as fotografias. O Presidente Neto gostava de ser fotografado em plano “*close up*”, assim como plano contrapicado. Portela (2014) definiu estes dois elementos da seguinte forma: “O Plano contrapicado, é um plano para além do efeito visual que transmite uma maior dinâmica, é um auxílio que resolve, por vezes, a baixa estatura de um modelo. Ao fotografar de baixo para cima, é possível transmitir a ilusão de um modelo mais alto”. Olhando para a estatura baixa de Neto, percebe-se que esta seria uma imposição ou condição para ser fotografado. No que diz respeito ao plano “*close up*”, Portela refere que “se valoriza o que realmente é importante. A valorização referida resulta de um forte e marcante contraste do rosto relativamente ao resto da imagem, apresentando-se definido pela luminosidade direcionada para ele” (Portela, 2014, pp. 32-39). Todos estes elementos ao serem tidos em conta, entende-se que o mundo estaria diante de um homem com uma firme e concisa vontade nas suas pretensões, conforme fotografia 34.

No que se refere aos Sobas, percebemos, em função das imagens 6 e 7, que estes ao introduzirem o *blazer* nas suas vestimentas foi com o intuito de comunicar uma mensagem igualitária da sua representação, quer de poder como político, económico e militar junto do governo central e, por conseguinte, reforçar a sua posição social diante da população.

Seguidamente, e no próximo ponto, iremos realçar o recorte temporal 1990 a 2002, atendendo que este período vai ser marcado por vários conflitos internos quer do ponto de vista político, económico e social, resultando numa guerra civil onde o território ficou dividido entre as forças partidárias do MPLA, da UNITA e da FNLA. Este período também ficou marcado pela intensificação da diplomacia externa, com o objetivo de recolher apoios e reconhecimento junto da comunidade internacional. É neste sentido que as opções no vestuário e acessórios das elites políticas nos parecem ser mais reveladoras ou indicadoras da distinção de classes e, eventualmente, transmissoras dos ideais sociopolíticos para Angola.

3.2. O poder social da elite angolana, vestuário, identidade e simbolismo 1990 -2002

Fortes (2019) refere que desde que Angola se tornou num país independente até o fim da sua guerra civil, em 2002, com a morte do líder da UNITA Dr. Jonas Savimbi, o país enfrentou várias peripécias que lhe levaram a utilizar as relações exteriores como ferramenta para contenção da crise política, económica e social (Fortes, 2019, p. 2).

Neste sentido, o período de 1989 a 2002 foi marcado por conflitos intensos internos e com restrições ao nível da mobilidade, não eram permitidos ajuntamentos e existia recolher obrigatório, bem como um racionamento dos bens de consumo e de primeira necessidade. Paralelamente, e por parte das diferentes forças partidárias, o exercício da política fazia sentir entre Angola e o mundo, na busca de soluções junto da comunidade internacional.

Este período também fica marcado pela desenvoltura da participação feminina nas lides políticas. Entendemos que neste momento as forças partidárias procuram intensamente o reconhecimento e apoio junto da população e da comunidade internacional.

Neste sentido, Fortes, refere que a indumentária é determinante e que facilita o processo de aceitação, exigida ao nível da burguesia internacional, bem como ajuda a consolidar aquilo que são as aspirações procuradas. O permanente contacto com as suas congéneres internacionais, e o declínio da indústria e da produção nacional, Angola vê-se obrigada a fazer uso dos seus recursos naturais, tanto para alimentar a guerra como para adquirir bens de consumo, incluindo o vestuário e acessórios. Neste sentido, a aquisição de indumentárias por parte das elites reflete a preocupação de que estes, por intermédio da escolha destas, tentaram estabelecer uma relação vinculativa e de proximidade política e económica, fazendo transparecer a partilha de valores socioculturais semelhantes diante às suas congéneres.

Sousa (2016) acrescenta dizendo que Angola, busca nesta fase a sua afirmação, e está imbuída em várias reformas económicas e políticas para aproximar o país ao ocidente, por forma a obter novas oportunidades de negociações para a sua integração enquanto Estado Soberano (Sousa, 2016, p. 55).

Consideramos oportuno apresentar mais algumas imagens que ilustram a forma como estas elites políticas recebiam internamente as altas entidades externas, assim como se apresentavam junto das elites internacionais.

Fotografia 36: Presidente de Angola Eng. José Eduardo dos Santos recebe o Papa João Paulo II em Angola. Local: Aeroporto 4 de Fevereiro. Data: 07 de junho de 1992.



Arquivo: Getty Images Foto: Scott Peterson

Fotografia 37: Eng.º José Eduardo dos Santos Presidente de Angola no centro com a esposa Ana Paula dos Santos numa partida de futebol em Angola. Local: Luanda 28-09-1992.



Arquivo: Getty Images Foto: Scott Peterson.

Fotografia 38: Da direita para esquerda Presidente José Eduardo dos Santos; Presidente do Gabão Omar Bongo e o Presidente da UNITA Dr. Jonas Savimbi após assinatura de acordos de paz em Angola aos, 11 de novembro de 1994.



Arquivos: LUSA

Fotografia 39: Visita a França do Eng.º Eduardo dos Santos Presidente de Angola à direita, à esquerda Charles Pasqua Ministro do interior francês.



Arquivo: Getty Images Foto: Thierry Orban

Fotografia 40: Dr. Jonas Savimbi líder da UNITA em visita a África do Sul. Data: 15 de abril de 1995.



Arquivo: Getty Images Foto: Ane Le Coz

Fotografia 41: O Presidente da UNITA Dr. Jonas Savimbi recebe em Angola o Presidente do Partido Popular (CDS-PP) de Portugal Manuel Monteiro. Local: Andulo-Huambo 1997.



Arquivos: LUSA. Foto: Helena Valente

Importa referir que, segundo Barthes (1980) a fotografia “é uma contingência pura, e não poderá ser mais do que isso, sendo sempre uma coisa representada” (Barthes, 1980, p. 37). Neste sentido, ao observamos as fotografias acima podemos verificar que as principais forças partidárias, quer internamente quer externamente, e de forma geral, buscaram um estilo muito inspirado ao estilo do mundo ocidental, tanto no recorte ou modelo das indumentarias como na semelhança das cores, nomeadamente na elite política do MPLA

Na elite do MPLA observamos o brilho exuberante das suas vestes, deixando transparecer todo o seu poder económico e político, bem como a manifesta partilha dos valores socioculturais. O seu principal líder e Presidente da República não aparenta ter uma cultura de vestir diferente dos seus congéneres, nem tão pouco deixa transparecer o impacto das cores e os padrões que o pano africano tem para o seu povo e a importância destes na construção da identidade nacional, conforme podemos verificar nas fotografias 36, 38 e 39. Todavia, quando observarmos a fotografia 37, verificamos que a opção do líder do MPLA em ocasiões mais descontraídas, opta por uma indumentária ao estilo safari. É de referir que este estilo tem origem na palavra em Swahili⁵ que significa “viagem”, e foi desenhado no XIX por ingleses que foram enviados para estudarem as questões sobre África, tais como as tribos, os animais exóticos, etc. Estes ao chegarem ao continente africano e em condições de extremo calor verificaram que as suas roupas habituais não se adaptavam ao clima. Recriaram e adaptaram a indumentária dos antigos caçadores africanos tornando-a mais funcional e prática para os seus objetivos. E, a partir de tecidos naturais, com muitos bolsos, para que pudessem colocar tudo que precisavam para as suas expedições tais como: cantil de água, canetas, blocos, etc. O estilo safari é muitas vezes confundido como uma indumentária colonial, no entanto, é originária dos antigos caçadores africanos.

Porém, este estilo teve mais visibilidade através da divulgação de fotografias, filmes da época que retratavam o período da colonização, assim como, foi reinventado na alta-costura europeia. Neste sentido, Parreira e Irina (2017) refere que “Yves Saint Laurent (Y.S.L) criador de alta-costura, em 1966, inspirado no safári africano, concebeu um casaco descontraído, com 4 bolsos e um cinto na cintura que se ajustava a qualquer corpo. Inicialmente, tinha sido idealizado para o público masculino, mas com a revolução feminina, as mulheres passaram a utilizá-lo como símbolo, no que toca à igualdade de género”. (Parreira e Irina, 2017, p. 47).

⁵ Swahili ou Kiswahili, é a língua banta com o maior número de falantes. É uma das línguas oficiais do Quênia, de Ruanda, da Tanzânia e de Uganda, embora os seus falantes nativos, os povos suaílis, sejam originários apenas das regiões costeiras do oceano Índico. É uma das línguas de trabalho da União Africana.

Deste modo, Roche e Kfourri (2018) referencia que a indumentária, parece se tornar mais do que um acessório de moda, mas sim um signo de adesão, de solidariedade, de hierarquia, de exclusão, inclusão, é um dos códigos de leitura social (Roche e Kfourri, 2018, p. 47). Tem também a força de nos remeter para uma determinada época, espelhar ideologias, gostos, culturas e identidade. Lipovetsky (2009) diz que é o signo mais imediatamente espetacular da afirmação do Eu (Lipovetsky, 2009, p. 49).

Neste sentido, e recorrendo à psicologia, Nuñez & Ramalho (2005) definem que a identidade pode ser considerada pelos atributos que uma pessoa possui e que permitem descrevê-la como pessoa única e singular (Nuñez & Ramalho, 2005, pp. 10-11). Para a sociologia, a identidade é a comunhão de várias ideias e ideais de um determinado grupo. Zanatta (2011) refere nos seus estudos que Strauss (1999) defende a asserção de que “a identidade pessoal está interligada com a identidade de grupo que, por sua vez, repousa num passado histórico” (Strauss, 1999, p. 48) pelo que salienta a importância do meio na construção da identidade, mas que também reflete o meio onde se realiza essa interação social.

Através das fotografias 38, 40 e 41, observamos que o líder da UNITA mantém o rigor no seu traje, o tal que se assemelha ao *Abacost*, mas altera um pouco este estilo tradicional, para a utilização de camisa com as golas sobressaídas e cores mais fortes ou quentes, tipicamente reconhecemos e atribuímos, e numa análise desprendida, o traje tipicamente africano.

Relativamente à elite da FNLA importa referir que neste período o movimento entrou em declínio, cujo indicador porventura mais forte foi o facto do seu líder, Holden Roberto, ter passado a residir em Paris durante muitos anos. Outro indicador que consideramos, foi o facto de muitos dos seus membros terem integrado o lado do MPLA e até chegaram a fazer parte do Governo de Reconciliação Nacional.

Seguidamente, apresentamos mais um grupo de fotografias, onde podemos observar outros membros das duas principais forças partidárias, quer no exterior como no interior de Angola.

Fotografia 42: Abel Chivukuvuku, o líder parlamentar da UNITA. Local: Luanda 09-01-1996



Arquivo: Lusa Foto: Epa/António Cotrim.

Fotografia 43: Chegada dos principais líderes da UNITA à Luanda, à direita António Dembo Vice-Presidente à esquerda Abel Chivukuvuku. Local: Luanda 01-04-1998.



Arquivo: Lusa Foto: Epa/Helena Valente

Fotografia 44: Visita do subsecretário dos EUA para os assuntos políticos Thomas Pickering e o embaixador dos EUA em Angola, Joseph Sullivan com o vice-ministro dos negócios estrangeiro de Angola Jorge Chicote. Local: Luanda, 15 de dezembro de 1999.



Arquivo: Lusa.

Fotografia 45: Embaixador de Angola Portugal, Osvaldo Serra Van-Dúnem. Local: Lisboa-Portugal, aos 02 de novembro de 2000.



Arquivo: Lusa.

Fotografia 46: O Ministro dos Negócios Estrangeiros de Angola, João Miranda e o seu homólogo italiano Lamberto Dini durante a reunião no Palácio Farnesina Local: Roma, aos 02 de novembro de 2000.



Arquivo: Lusa. Foto: Epa Ansa/Maurizio Brambatti

Lipovetsky considera que a indumentária é um meio de expressão da unicidade das pessoas, pelo qual manifestam a sua personalidade e se diferenciam umas das outras. Já Eco (1989) diz: Quem se interessou alguma vez pelos actuais problemas da semiologia, já não pode continuar a fazer o nó da gravata, todas as manhãs diante do espelho, sem ficar com a clara sensação de estar a fazer uma opção ideológica: ou, pelo menos, de lançar uma mensagem, uma carta aberta aos transeuntes, e a todos os que se cruzarem com ele durante o dia (Eco, 1989, pp. 55-56).

Verificamos, na sequência de imagens anteriormente apresentadas, que a elite partidária das duas principais forças políticas procurou adotar um vestuário mais inspirado aos seus congéneres europeus, reforçando a ideia, mais uma vez, de que estes se assemelham. Porém, o líder da UNITA, embora incluindo novas peças ao seu estilo de vestuário, conforme já tínhamos observado nas fotografias 40 e 41, verificamos que elas contem tendencialmente um estilo mais próximo do africano.

Todavia, entendemos que estas opções de vestuário por parte destas elites irão proporcionar ao povo angolano uma forte tendência de observarem o modelo europeu como uma referência na moda, em detrimento das suas tradições de vestuário africano. Seguidamente, no próximo ponto iremos observar as opções de vestuário feminino, tanto nas representações internas e no exterior do país.

3.2.1. Simbolismo e identidade do vestuário no feminino no exterior do país e no interior de Angola

Se no passado recente era raro o aparecimento das mulheres na política, já no período de 1989-2002 verificamos um aumento do número de mulheres na esfera governativa. Em 1991, segundo Vieira e Matos (2018), foi criada a “Secretaria de Estado para a Promoção da Mulher, e em 1997 esta Secretaria transformou-se no Ministério da Mulher. Mais tarde, pelo Decreto Presidencial 178/14, passou a ser designado como Ministério da Família e Promoção da Mulher até a presente data” (Vieira e Matos, 2018, p. 15).

Seguidamente, iremos apresentar mais fotografias onde iremos observar a tendência de opção do estilo de indumentárias apresentadas por estas mulheres.

Fotografia 47: A Primeira Dama da República de Angola Ana Paula Dos Santos, vestida de traje africano, acompanha o seu esposo Eng.º José Eduardo dos Santos a uma assembleia de voto. Local: Angola 1991



Arquivo: Getty Images Foto: Scott Perterson

Fotografia 48: Visita a Espanha da Ministra das Pescas de Angola Fátima de Jardim à direita no Centro o embaixador de Angola em Espanha Assunção dos Anjos e à esquerda a Ministra da agricultura de Espanha Loyola de Palácio. Local: Madrid 30-07-1998.



Arquivo: Lusa. Foto: Epa/Gustavo Cuevas

Fotografia 49: À esquerda a Vice-Ministra da Reinserção Social, Eufrazina Maiato, à direita a Diretora Nacional de Infância de Angola, Ana Afonso, em visita ao Refúgio Aboim Ascensão. Local: Portugal 02-07-1998



Arquivo: Lusa Foto: Vasco

Ao observarmos a sequência de imagens, verificamos que a tendência do vestuário das elites femininas foi também alterado para o estilo mais ocidentalizado. Ao analisarmos a fotografia 47, a Primeira Dama da República de Angola, Ana Paula dos Santos, num ato público, sufrágio nacional, optou por estar vestida com um traje africano. Esta sua opção é sugestiva que tenha um sentido simbólico, tanto no campo social, como político, económico e cultural. Podemos observar também, na fotografia 22, onde a Primeira Dama recebe a Princesa Diana, opta por se indumentar com o mesmo tipo de traje.

Neste sentido, Frédéric Godart diz que o código social do vestuário, representa uma forma de valorizar o passado, porém a Moda das indumentárias acompanha forçosamente a mudança nas estruturas sociais e políticas das sociedades. Esta mudança engloba inúmeras questões tais como a possibilidade de questionarmos as tradições passadas e busca pela realização do desejo de viver de forma diferente (p. 53).

Neste sentido, ao analisarmos as indumentárias da elite feminina verificamos estar presente essa alteração no estilo de indumentária. Estas representantes governativas optam pelo um estilo de indumentária mais europeu, conforme fotografias 48 e 49. Embora admitamos que as mulheres da elite governativa alternam entre o estilo ocidental e o estilo africano, por conseguinte, auxiliam na preservação da essência da indumentária das mulheres africanas.

Neste sentido, Jorge (2000) defende que a preservação de uma identidade passa por uma ocorrência social que não deve ser contestada, e à medida que o tempo vai passando, as pessoas vão tendo maior discernimento sobre este bem histórico e da riqueza etnográfica do seu património coletivo (Jorge, 2000, pp. 1-2).

O autor supracitado refere ainda que “estas manifestações de dinamismo cultural, intenta preservar para as gerações vindouras a precariedade dos vestígios materiais de milénios de história humana e de identidade cultural”. Porém, esta visibilidade nas ações governamentais e a escolha da indumentária, quer no exterior como no interior, são sugestivas de existir uma a fragmentação e uma rutura com o passado.

A preservação cultural que nos referimos não é única e exclusiva, esta tal como afirmam Fernandes, Alonso, Julião, Lourenço & Ramos (2014), contempla outros objetos tais como: “A pinturas, monumentos sendo considerados formas materiais, onde se enquadra, também, o vestuário. Já, as formas imateriais, manifestam-se tais como: um signo linguístico, a dança, música, culinária, hábitos e costumes, religião, entre outras” (Fernandes, Alonso, Julião, Lourenço & Ramos, 2014, p. 1).

Segundo Portilho (2009) numa perspetiva sociológica e antropológica, refere que a adoção de hábitos e costumes mais direcionados para as questões ligadas ao consumo, estão relacionados na partilha de códigos que facilitam a mediação das relações sociais (Portilho, 2019, p. 4).

Neste sentido, o consumo do vestuário e outros terá sempre a tendência de assumir uma relação funcional, em que os bens são acessórios ritualísticos, ou seja, são normalmente utilizados em cerimónias ou eventos sociais para marcar e delimitarem hierarquias, assim como para a construção de pontes entre grupos sociais.

Deste modo, entendemos que a adoção dos estilos ocidentais permitiu estabelecer um ponto de confluência entre a elite angolana e as suas congéneres mundiais. Pelo que consideramos ser um ponto estratégico para a afirmação da sua identidade no exterior.

Portilho (2009) refere que esta adoção de hábitos e costumes é um elemento que se relaciona com escolhas, assim sendo, as escolhas de consumo estão sempre enraizadas em experiências concretas de pertencimento a uma determinada comunidade moral no sentido antropológico, ou seja, um grupo de indivíduos que partilha a mesma base normativa onde algumas escolhas são consideradas moralmente corretas e superiores a outras (Portilho, 2019, pp. 4-5).

Para o nosso estudo importa também reforçar o facto de as vestimentas tipicamente ocidentais representarem, desde os tempos mais remotos, a mais alta elite, tal como (Barthes, 2009, p. 18) já referenciava.

Neste sentido, Portilho entende que o consumo é definido como uma área de comportamento cercado por regras e valores morais que acarretam consigo implicações como decisões sobre o que comprar e onde gastar, assim como o quanto gastar etc., que, entretanto, passam por decisões morais que expressam e produzem cultura.

Sabendo dos laços históricos entre Angola e Portugal, assim como as várias experiências que muitos dos principais membros da elite angolana tiveram, desde a formação académica, desporto, música, concursos de beleza, etc., nos leva a perceber que o vestuário terá sido “aculturado”, o que significa trazer para sua cultura um elemento novo (Castro, 2014, p. 19).

No próximo capítulo iremos fazer a discussão dos resultados.

CAPÍTULO 4

Considerações finais

Neste capítulo iremos fazer a discussão dos resultados e apresentaremos uma síntese da nossa investigação. Elaboraremos, também, uma sinopse dos aspetos que considerámos mais relevantes na nossa dissertação e evidenciaremos as implicações e limitações do nosso estudo, bem como proporemos algumas sugestões para futuras investigações.

4.1. Discussão de resultados

O presente estudo é de cariz exploratório e tem como objetivo principal analisar a indumentária como elemento de distinção entre classes sociais, com uma análise na identidade das elites angolanas com base no vestuário entre 1975-2002.

Esta investigação não tem como finalidade uma generalização a todo o universo de elites, porém, avocamos este estudo como uma ferramenta capaz de contribuir para o debate da importância das indumentárias, enquanto elemento de distinção entre classes, inserida num contexto mais amplo da compreensão do mundo político, económico e social. Pretendemos também salientar a importância da identidade cultural e nacional para a conquista de melhores desempenhos num mundo político, social e económico cada vez mais complexo e em constante transformação.

Optou-se por expor e comentar sucintamente os resultados obtidos no capítulo anterior, à medida que foram apresentadas as imagens fotográficas que dão suporte e sustentam a nossa pesquisa. Assim, neste sentido, iremos realizar a discussão dos resultados com base na hipótese básica e secundárias, traçadas no início da nossa pesquisa, com o intuito de encontrar as respostas para o estudo em questão.

Passamos a analisar a nossa hipótese básica “Depois do período de transição do poder em 1975, emerge uma elite política, social e governamental em Angola. Será que a identidade da indumentária das elites angolanas foi inspirada nas vestes europeias, nomeadamente as de origem portuguesa?”

Naturalmente a resposta a esta hipótese em estudo é positiva, pois as vestes das elites angolanas são inspiradas nas vestes europeias, nomeadamente as de origem portuguesa. Todavia, não podemos afirmar, mas sim confirmar apenas essa tendência.

Destacamos o grupo do MPLA, na pessoa do seu primeiro líder e do seu sucessor, bem como dos seus membros, onde verificamos essa clara tendência. As suas vestes estão carregadas por um conjunto códigos culturais europeus o que manifesta algum simbolismo e significado.

Neste sentido, e em conformidade com Burgelin, podemos afirmar que a escolha do modo que elite política do MPLA se indumenta não é apenas uma manifestação artística ou ornamental, mas sim a necessidade de manifestar um significado. Já, Paiva (2013) reforça a ideia de que o vestuário traz consigo uma carga simbólica repleta de elementos culturais e mensagens ocultas que se constroem através da chamada linguagem do vestuário (Paiva, 2013, p. 2). Enquanto elemento que comunica, o vestir também retrata parte da cultura e deve ser considerado como tal. O ato de vestir é, também, um ato de significação.

Em conformidade com os autores supracitados e recorrendo às fontes iconográficas, nomeadamente as fotografias 16, 26, 27, 28, 34, 35, 36 e 39, reconhecemos os símbolos culturais semelhantes aos europeus, nomeadamente ao estilo de indumentar português.

Neste sentido, a elite do MPLA indumentava-se com alguma distinção e as suas vestes refletem a sua identidade social, bem como o grupo social que pertencem.

A teoria da identidade social, proposta por Breakwell (1993), refere que a identidade social, embora tente explicar as relações intergrupais, é um modelo que evoca as necessidades e as motivações individuais e, por conseguinte, a necessidade de uma identidade social, como meio de explicar fundamentalmente as dinâmicas interpessoais e intergrupais. Ou seja, o vestuário não é apenas um elemento pertencente à cultura material, mas antes, é também elemento participante de uma relação que lhe atribui complexidade e que reflete a partilha de hábitos, costumes, valores de um grupo (Breakwell, 1993, p. 2).

Verificamos que as opções de indumentária da elite, acima referida, não está relacionado com o facto de ter existido um padrão de moda estabelecido pelas elites ocidentais, mas sim por se identificar socialmente e porque olharam para o ocidente como um arquétipo. Ao assemelhar-se à identidade cultural dos seus congéneres portugueses, proporcionava e facilitava o estabelecimento e fortalecimento de sinergias com os seus pares. Assim, e através do reconhecimento dos códigos, símbolos que carregavam nas suas indumentárias, permitiu sedimentarem os laços e estabelecer uma vinculação a povos específicos.

Já a elite da UNITA, e o seu líder, optava por um estilo de vestuário tanto militar como um estilo mais reconhecido como africano. Conforme podemos confirmar através das fotografias

19, 20, 24, 25, 29, 32,33, paralelamente os seus membros optavam, tendencialmente, por indumentarias mais europeizadas conforme observamos nas fotografias 38, 40, 41.

A elite da FNLA, relativamente ao seu líder, também optava por um estilo mais clássico e dentro dos preceitos ocidentais, porém esta elite parece-nos ser mais flexível na questão da forma de vestir dos seus membros, conforme observamos na imagem 12, a opção de vestes mais ao estilo africano. Acreditamos que esta flexibilidade na indumentária esteja intrinsecamente relacionada com a influência da proximidade fronteiriça com a República Democrática do Congo, ao norte de Angola, bem como por estes terem auxiliado a luta pela libertação.

A elite do Sobado, entendemos que embora de uma forma menos expressiva, a mesma, resgatou alguns elementos simbólicos ocidentais, tais como o uso do blazer, como forma de se aproximar as elites em ascensão.

E, em resposta à nossa hipótese básica, podemos dizer que os diferentes grupos das elites angolanas que estudamos optam por vários estilos de indumentárias quando se apresentam no exercício das suas funções, mas que existe uma forte tendência de estas replicarem o modelo europeu através das suas vestes.

Para explorarmos mais o tema em estudo levantamos quatro hipóteses secundárias que seguidamente iremos analisar. A primeira hipótese: “H₁: O traje foi muitas vezes utilizado, e continua a sê-lo, como um elemento de identidade nacional. Será que em Angola, as elites emergentes passarão a apresentar-se com peças ou vestimentas tipicamente tradicionais angolanas?”

Verificamos que tendencialmente as elites em ascensão não têm como opção a escolha de indumentárias tipicamente tradicionais. O traje típico dos africanos diferencia-se dos demais, pelo facto de utilizarem pano (tecido) estampado com desenhos ornamentais e muito coloridos, bem como, a forma como são confeccionados pano sobre pano. Dugrand (2016) refere que as diferenças na confeção começavam pela forma do corte. Eram peças que não deixavam o corpo exposto e que se podiam identificar facilmente como um vestuário formal africano.

Neste sentido, não nos permite confirmar H₁, de que as elites angolanas passaram a usar o traje africano como elemento de identidade nacional nas suas aparições públicas, bem como, no exercício das suas funções. Não obstante, e para esmiuçarmos melhor esta questão levantamos uma hipótese para tentar observarmos se existe diferenças na utilização do traje africano entre géneros. Assim, lançamos a segunda hipótese, “H₂ – As mulheres da elite emergente passarão a apresentar-se com peças ou vestimentas tipicamente angolanas?”. Aqui, verificamos diferenças. As mulheres que se encontravam no exercício de funções públicas ou com um papel de relevo na sociedade angolana, em particular a Primeira Dama Ana Paula dos

Santos, conforme fotografias 22 e 47, por vezes nas suas aparições públicas vestia com base nos trajes africanos. O que poderá significar uma tentativa de eternizarem o traje africano e de salientarem os traços histórico-culturais contidos nele. Estas aparições com o traje africano poderão estar subjacentes, também, a uma tentativa de aproximação e identificação com o povo.

A indústria têxtil em Angola estava em declínio e praticamente sem produção nacional. A aquisição de vestuário e bens de consumo eram racionados. E o recurso aos panos tradicionais para a confeção das vestimentas era uma prática comum no povo.

Já as elites ao se demarcarem do uso do pano para a confeção dos seus trajes para utilizarem no seu quotidiano, deixa transparecer que estes utilizavam o seu poderio económico para se indumentarem de forma distinta da população, adquirindo roupas e acessórios no exterior do país. Neste sentido, Lebrun (2017) descreve o poder económico como o principal elemento diferenciador das classes sociais. Entendemos que o traje africano é um elemento determinante e que contribuiu para a formação de um simbolismo nacional. Consideramos este elemento um poderoso instrumento para a construção da identidade cultural e nacional, na medida que agregada uma comunidade e identifica uma cultura.

Assim, a identidade cultural é constituída por um conjunto de símbolos que tendem a construir um determinado padrão dentro das sociedades, como se formasse nuvens culturais específicas que se tornam representativas das diversas culturas e dos diferentes status sociais.

A identidade cultural é, justamente, o padrão que identifica uma produção cultural de um certo grupo social. Desta forma podemos concluir, e relativamente à H₂, que as mulheres, tendencialmente, utilizavam mais o traje tanto no exercício das funções como quotidianamente.

Neste sentido, traçamos a nossa terceira hipótese e procuramos compreender se “H₃- A indumentária foi sempre um elemento diferenciador no mundo e tido como um indicador representativo das mais variadas classes sociais. O facto de Angola ter a necessidade de adquirir vestes no exterior, será que surgirá um novo intercâmbio nas relações internacionais de Angola?”

Para analisarmos esta questão optou-se por dividir e analisar dois momentos temporais, relativamente à escolha da indumentária da elite angolana. O primeiro foi o período de 1975 a 1989 e o segundo o intervalo temporal de 1989 a 2002. O objetivo desta divisão temporal está alicerçado no facto de que no segundo período, 1989 a 2002, assistimos a uma intensificação das ações governativas, tanto na esfera internacional como no campo diplomático.

O primeiro recorte temporal, 1975 a 1989, identificamos a ascensão das novas elites com poder de várias ordens tais como: político, económico e militar. Neste sentido, e de acordo com as suas vestimentas, assim como os acessórios utilizados pelas elites, verificamos que o

vestuário e os acessórios constituem um elemento de grande distinção simbólica entre as elites, nomeadamente por parte dos seus líderes. Conforme, podemos verificar através das imagens 17, 26, 27 e 28, que representam a elite do MPLA, como a do líder da UNITA, ver fotografias 10, 19, 20 e 23.

Esta distinção simbólica entre as elites, no que se refere aos estilos de indumentária, deixa transparecer uma clara ideologia política. A elite do MPLA e o modo como os seus líderes e os seus membros se indumentavam pautavam-se pela descrição dos materiais, pela neutralidade das cores, da utilização de acessórios, deixando um pouco de lado os estampados e as cores garridas tão característicos do povo africano. Analisando o vestuário como um signo que carrega uma simbologia e mensagens, podemos dizer que existia neste grupo uma identificação e uma afiliação à ideologia europeia, nomeadamente com Portugal. Paralelamente, assistíamos ao líder da elite da UNITA, um estilo similar ao *Abacost*, introduzido, pelo Mobutu Sese Seko, e semelhante ao utilizado por Mao Tsé-Tung. Este estilo de vestir tinha como finalidade a rutura com o passado colonial, tal como escreve (Nerín, 2016, p. 14). Esta forma do líder da UNITA se indumentar é sugestível de uma clara demarcação da ideologia europeia, mas deixa transparecer a sua identificação com as ideologias asiáticas, nomeadamente com China, de Mao Tsé-Tung.

Já o segundo recorte temporal de 1989-2002, foi marcado pelo agudizar da guerra, por conflitos internos intensos e com restrições ao nível da mobilidade. Não era permitido os ajuntamentos, existia o recolher obrigatório, bem como, um racionamento dos bens de consumo e de primeira necessidade. Paralelamente, e por parte das diferentes forças partidárias, o exercício da política fazia-se sentir entre Angola e o mundo, na busca de soluções junto da comunidade internacional, bem como procuravam intensamente o reconhecimento e o apoio junto da população e da comunidade internacional. Este período também fica marcado pelo aumento da participação feminina nas lides políticas.

Embora o líder da UNITA incluiu novas peças ao seu estilo de vestuário, conforme podemos observar nas fotografias 38, 40 e 41, verificamos que elas contem tendencialmente um estilo mais próximo do africano. Comparativamente com o líder da elite do MPLA, verificamos o brilho exuberante das suas vestes, deixando transparecer todo o seu poder económico e político, bem como a manifesta partilha dos valores socioculturais com os seus congéneres europeus, conforme as fotografias 36, 38 e 39.

Já, as mulheres que exerciam funções na esfera governativa, neste período, verificamos que existiu uma tendência para optarem por indumentárias mais ao estilo ocidental. O que deixa transparecer que esta escolha não está apenas voltada para questões da moda, mas ela concentra um signo de adesão, de solidariedade, de hierarquia, de exclusão, inclusão, é um dos códigos de leitura social. Neste sentido, a indumentária tem a força de nos remeter para uma determinada época, espelha ideologias, gostos, culturas e identidade.

Entendemos que a aquisição de indumentárias por parte das elites reflete a preocupação de estes tentarem estabelecer uma relação vinculativa e de proximidade política e económica, fazendo transparecer a partilha de valores socioculturais semelhantes diante às suas congéneres.

Consideramos que esta opção de indumentárias pelas elites veio facilitar, reforçar e aproximar dos seus congéneres europeus, e que foi facilitadora no novo intercâmbio das relações internacionais de Angola, pelo que confirmamos a H₃.

Por fim, a quarta hipótese consiste em compreendermos se as indumentárias são tidas como sinónimo de civilização. Compreendemos civilização como o resultado do progresso da humanidade na sua evolução social e intelectual. “H₄: No tempo colonial o ato de vestir à europeu constituía um elemento fundamental para obter a qualidade de cidadão em pleno gozo dos seus direitos e deveres. Será que e através da indumentária a elite emergente quer se mostrar ao mundo como civilizada?”

Para aceitarmos ou rejeitarmos esta hipótese temos que recorrer ao conceito de identidade pessoal, proposto por Strauss, que defende a asserção de que a identidade pessoal está interligada com a identidade de grupo que, por sua vez, repousa num passado histórico. Entendemos que o passado histórico entre Angola e Portugal teve um forte impacto na formação da identidade cultural, pessoal dos elementos que integram as várias elites em estudo. Relembramos que a grande maioria dos membros das elites angolanas fizeram a sua formação académica em países ocidentais, nomeadamente em Portugal. E, por conseguinte, assimilaram e aculturaram formas de estar, de ser e de saber que provavelmente fê-los afastarem-se da originalidade do seu povo. Sabemos que a condição da indumentária, no período colonial, era determinante para a ascensão social, bem como para a inclusão social dos nativos na comunidade. Recordamos que a adoção do vestuário europeu chegou a ser uma condição *sine qua non* para que o nativo obtivesse a qualidade de cidadão na plenitude dos seus direitos. Estes pressupostos foram instituídos através do “Estatuto dos indígenas portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique” pelo Decreto-Lei n.º 39.666, de 20 de maio de 1954.

Neste sentido, admitimos que a forma de vestir das elites angolanas poderá ser indicadora de que estas se identificam com os ideais do mundo dito civilizado. A forma de vestir da maioria

das elites são reveladoras da partilha dos mesmos códigos, signos e, por conseguinte, os mesmos valores socioculturais e verificamos, como apelidou Carreirão, a existência de pacto ideológico, sendo este um elemento fundamental, por exemplo nos governantes, que passam a comungar dos mesmos rituais, crenças e determinações dos seus congéneres. Face ao exposto, verificamos a tendência das elites angolanas em comungar os hábitos, costumes com o mundo ocidental, tido como civilizado, pelo que aceitamos a hipótese H4.

Seguidamente, faremos a conclusão da dissertação, onde iremos apresentar as limitações do estudo, bem como apresentaremos novas pistas para futuras investigações.

Seguidamente, faremos a conclusão do nosso trabalho.

4.1.2. Conclusão

Partindo do objetivo que nos propusemos estudar, a indumentária como elemento de distinção entre classes sociais, e com base na investigação de imagens iconográficas, analisamos o tipo de vestuário utilizado pelas elites angolanas no intervalo de tempo compreendido entre 1975 a 2002. A razão da escolha deste recorte temporal está relacionada com o facto de Angola em 1975 se tornar independente e o ano de 2002 ser marcado pelo fim da guerra civil.

Com a independência surge a necessidade de Angola se apresentar ao mundo como um Estado Soberano, de se afirmar e de ser reconhecida pelos seus congéneres mundiais. Em 1975, verificou-se a ascensão das primeiras elites angolanas. Estas nasceram dos movimentos populares de libertação nacional e fizeram parte integrante do nosso objeto de estudo, pelo que identificamos a elite MPLA, a FNLA, a UNITA e as entidades tradicionais, os Sobas.

Estas elites também integraram o primeiro parlamento provisório e transitório, o Conselho de Revolução, órgão que foi instituído com a entrada em vigor da primeira Lei Constitucional da República Popular de Angola.

Neste sentido, sabemos que a indumentária é também um meio de expressão com significação, e a forma como nos indumentamos é um veículo auxiliador para nos inserimos dentro dos grupos, onde nos movemos ou em que tenhamos a pretensão de nos mover.

Desta forma, a indumentária constrói e representa significações que através dos nossos sentidos nos remetem para a possibilidade de criar processos de identidade e, especialmente, o elemento do adorno ou do acessório.

Neste sentido, e num primeiro capítulo, procuramos fazer um breve enquadramento do tema, o estado de arte, apresentamos o tema e a natureza da pesquisa, os critérios e seleção de fontes, definimos o problema em estudo e enunciámos as hipóteses.

Seguidamente, apresentamos a relevância do estudo e o seu recorte temporal, seguiu-se a metodologia e a apresentação das fontes, por fim encerramos este capítulo com a apresentação da estrutura do trabalho.

No segundo capítulo, fizemos a contextualização histórica do tema em estudo tendo em conta a génese do simbolismo enquanto elemento de distinção de classes sociais, bem como procuramos compreender várias dimensões do vestuário enquanto: signo de representação simbólica, tendência e expressão de identidade. Apresentamos a situação geográfica, social, política, assim como abordamos o estado da indústria têxtil, por forma a justificar a proveniência dos têxteis consumidos em Angola, dentro do intervalo temporal em estudo.

Já no terceiro capítulo procuramos caracterizar a elite angolana quanto ao vestuário, identidade e simbolismo, em dois momentos temporais distintos. O primeiro momento, 1975 a 1989, reflete a ascensão das elites do poder. No segundo momento, 1989 a 2002, foi o marcado por vários conflitos internos quer do ponto de vista político, económico e social, que resultou numa guerra civil onde o território ficou dividido entre as forças partidárias do MPLA, da UNITA e da FNLA. Este período também ficou marcado pela intensificação da diplomacia externa com o objetivo de recolher apoios e reconhecimento junto da comunidade internacional. É neste período que verificamos a maior tendência de as elites políticas angolanas optarem por indumentárias mais europeizadas em detrimento do traje africano. Entendemos que estas escolhas sejam reveladoras ou indicadoras da distinção de classes e, eventualmente, transmissoras dos ideais sociopolíticos. A elite da FNLA e o seu líder inspiravam-se mais nos modelos de indumentárias mais ocidentais, bem como os seus membros, todavia eram mais flexíveis nas suas escolhas. Relativamente ao segundo período temporal estudado, verificamos que o movimento entrou em declínio cujo indicador e muitos dos seus membros terem integrado as fileiras do MPLA.

Já a elite dos Soba, observamos que a utilização do blazer passou a ser um elemento distintivo nas suas vestimentas. Fazendo sobressair a intenção de comunicar uma mensagem igualitária da sua representação quer de poder político, económico e militar junto do governo central e, por conseguinte, reforçar a sua posição social diante da população.

Porém, observamos que as indumentárias são reveladoras de identidade e, simultaneamente, são demonstrativas da vinculação de ideais.

Relativamente ao vestuário feminino, verificamos que num primeiro momento as mulheres, vão-se diferenciar através das suas escolhas, uma vez que estas utilizam mais os preceitos africanos. Desta forma, interpretamos esse facto em duas perspetivas distintas. A primeira está mais direccionada não apenas para uma questão estética, mas para realçar a beleza da mulher africana, perpetuando a sua identidade mais próxima das suas tradições. A segunda perspetiva está relacionada com o facto de a mulher não ter um acesso igualitário tanto aos bens, como ao direito na igualdade de oportunidades relativamente ao homem. Porém, num segundo momento, observamos que as mulheres que exerciam funções governativas, adotaram por um estilo mais ocidental de se vestir. Esta opção é sugestível de que estas, através da indumentária, tentaram estabelecer um ponto de confluência com as suas congéneres mundiais. Pelo que consideramos ser um ponto estratégico para reforçar os processos identitários e assumir a partilha de valores sociopolíticos no exterior do país.

Entendemos que as indumentárias são tidas como uma segunda pele, a aparência final da pessoa é composta pelas suas vestes, aparência essa, que conta com a liberdade de expressar sentidos e significar.

Neste sentido, e seguindo no princípio da semiologia proposto Ferdinand Saussure e Barthes (2009) fica claro que existe um potencial de comunicação no vestuário, porém se a indumentária corresponde à língua, onde o indivíduo retira o que vai vestir de inúmeras possibilidades, se por acaso a linguagem ou o vestuário for de alguma forma escasso, podemos dizer que o conjunto de signos se combinam para veicular uma mensagem, também, será escasso. O que se refletirá tanto no ato de vestir como o da “fala”, portanto, lesando o potencial de expressão do indivíduo.

Com relação às limitações e dificuldades estas prenderam-se, essencialmente, por ser um tema pouco explorado no contexto africano, o que também, poderá ser uma vantagem em virtude de sermos pioneiros a estudar a relação da indumentária e a formação das elites.

Um outro elemento que não dispensa a sua a indicação é o atual contexto da Covid-19 que se vive em todo mundo. O que originou muitas dificuldades em termos acesso a imagens fotográficas do período em estudo e a correspondência com as instituições angolanas, nomeadamente, o Centro de Imprensa Aníbal de Melo (CIAM), que seria a nossa principal fonte para a aquisição de imagens, pois é a entidade pública que gere grande parte dos arquivos fotográficos de Angola, e que não responderam às várias solicitações, o que gerou desperdício de tempo e dinheiro. Mas que provavelmente refletirá a situação difícil que o país vive na atualidade. Contudo, respondentes e concordantes com a cedência de imagens foram as entidades: Lusa, Getty Images, Jornal de Angola, Portal Angola, Alamy e blogspot.com.

Através destas entidades conseguiu-se observar perto de trezentas fotografias, mas que selecionamos cinquenta, todavia só utilizamos quarenta e nove fotografias. Porém, visitamos outras fontes de arquivos como foi o caso da embaixada de Angola em Varsóvia-Polónia.

Outra dificuldade que enumeramos foi encontrarmos imagens iconográficas que ilustravam o recorte temporal em estudo. Relacionamos esse facto com o período mais crítico que Angola viveu depois da sua independência, marcado por uma longa guerra civil, o que também nos levou a fazer um reajuste do recorte temporal em estudo, por ausência de fontes fotográficas.

Relativamente às implicações do estudo, acreditamos que demonstramos a importância da indumentária como elemento de distinção das elites angolanas em várias dimensões, tanto ao nível identitário, como ao nível de partilha de valores sociopolíticos e até mesmo culturais. Aqui, abrimos uma nova perspectiva para futuros estudos e, como é de conhecimento geral, o modo exagerado como os angolanos adquirem bens de consumo quando viajam para Portugal ou para outros países, talvez esteja relacionado com o facto de não termos construído uma identidade nacional suficientemente forte, que inclua os nossos trajes como um elemento distintivo, ou será apenas pelo facto de a indústria têxtil ser praticamente inexistente?

Neste sentido, seria interessante estudarmos mais países africanos para entendermos melhor o impacto das indumentárias das elites políticas na formação da identidade nacional dos seus cidadãos. Neste trabalho fica por explicar se a ascensão destas elites e a sua forma de se indumentarem, tendencialmente ao estilo europeu, não terá um impacto na forma como os angolanos valorizam o que vem de fora em detrimento do traje local?

Pretendemos também sugerir a inclusão da moda no discurso político, no sentido de auxiliar na afirmação da identidade africana, nomeadamente a angolana. Esta sugestão baseia-se, essencialmente, pelo motivo que o pano, os seus estampados e as suas cores exibem um forte poder comunicacional, quando vestidos ativam forças internas e se tornam numa ferramenta marcante de comunicação e poder. Os tecidos medeiam, acima de tudo, relações sociais e resgatam e comunicam o nosso poder ancestral, o traje.

Acreditamos que este elemento associado à cultura de um grupo, ou de uma sociedade ou povo, que por vários anos lhe foi resgatada a sua cultura e foram discriminados e oprimidos, o vestuário poderá ser uma ferramenta capaz de gerar um questionamento dos padrões estéticos de uma sociedade e colaborar na afirmação dos povos africanos e, por conseguinte, facilitar a inclusão dos mesmos. Entendemos que o traje e as indumentárias deverão ser discutidos e acrescentados na agenda política dos governantes angolanos, bem como devem ser observados como uma alavanca para o arranque da indústria têxtil na sua plenitude e permitirá contribuir, eventualmente, para reforço da nossa identidade nacional. Mas, infelizmente e, por vezes,

parece que, quando as elites angolanas olham para Angola, sentem necessidade de, primeiro, espreitar Portugal e ou o mundo ocidental...

A título conclusivo terminamos, e a propósito do traje angolano, com uma citação de Barthes (2005) que nos diz que a relação entre traje e indumentária é uma relação semântica: a significação do vestuário cresce à medida que se passa do traje à indumentária; o traje é debilmente significativo, exprime mais do que notifica; a indumentária, ao contrário, é fortemente significante, constitui uma relação intelectual, notificadora, entre o usuário e seu grupo (Barthes, 2005, p. 273).

Fontes e Bibliografia

- Aguiar, I., & Caldas, A. (2006). A Influência da Cultura Indígena na Indumentária. *In: colóquio nacional de moda, 2*. Ceará-Brasil. Consultado à 14 de outubro de 2020. p.p. 2-4 Consultável em: https://fido.palermo.edu/servicios_dyc/encuentro2007/02_auspicios_publicaciones/actas_diseno/articulos_pdf/A001.pdf
- Alexandre, M. (2004). Representação Social: uma genealogia do conceito. *Comum*, 10 (23), 122-38.
- Altaf, J. G., Troccoli, I. R., & Moreira, M. B. (2013). Você é o que você veste? A associação da autoidentidade do gay masculino ao vestuário de luxo.: *Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria*, 6 (4), 760-782.
- Altaf, J. G., & Troccoli, I. R. (2011). Essa Roupa é a Minha Cara: a contribuição do vestuário de luxo à construção da auto-imagem dos homossexuais masculinos. *Organizações & Sociedade*, 18 (58), 513-532.
- Amaral, Ilídio do. (1960). *Estudo, ensaios e documentos nº 74. Aspectos do povoamento branco em Angola*.
- Andrade, A. C.(s.d). Pedagogia do vestir: o guarda-roupa da primeira-dama Darcy Vargas durante a Segunda Guerra Mundial (1942-1945).
Disponível: <http://www.coloquiomoda.com.br/anais/Coloquio%20de%20Moda%20-%202008/42400.pdf>
- Anuário estatístico*, I.N.E, Luanda, I.N.E, 1973.
- Barbosa, R. C. A., & Walkiria, Q. U. E. D. E. S. (2008). Vestuário e infância: entre a adequação e as determinações sociais. *In: III Encuentro Latinoamericano de Diseño. Buenos Aires*, (5), 31-34.
- Barros, J. D. A. (2012). Os Annales e a história-problema—considerações sobre a importância da noção de “história-problema” para a identidade da Escola dos Annales. *História: Debates e Tendências*, 12 (2), 305-325.
- Barros, José d’Assunção (2010). Fontes históricas: Olhares sobre um caminho percorrido e perspectivas sobre os novos tempos. *Albuquerque: revista de história*, 2.3. p.p. 72-74
- Barthes, Roland (2009). *Sistema da Moda*. São Paulo, Editora Martins Fontes.
- Barthes, Roland. et al. (1990). A mensagem fotográfica. *O óbvio e o obtuso*. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira.
- Barthes, Roland (1984). *A Câmara Clara, Nota Sobre a Fotografia*. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira.
- Barthes, Roland (1980). *A Câmara Clara, Nota Sobre a Fotografia*. Lisboa, Edições 70.
- Bender, Gerald J. (2009). *Angola sob domínio português; mito e realidade*. Luanda, Nzila.
- Bittencourt, M. (2010). Jogando no campo do inimigo: futebol e luta política em Angola. 7.º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, Lisboa, 2010. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2229/1/CIEA7_2_BITTENCOURT_Jogando%20no%20campo%20do%20inimigo.pdf
- Bittencourt, Luciana (1993). A fotografia como instrumento etnográfico. *Anuário antropológico*, 17.1: 225-241.
- Boito Jr., Armando, & Berringer, Tatiana. (2013). Brasil: classes sociais, neo-desenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. *Revista de Sociologia e Política*, 21(47), 31-38. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782013000300004>

- Bonadio, M. C. (2002). Histórias debaixo dos panos: descobrindo a linguagem da moda-estudo sobre as mulheres das elites e classes médias paulistanas (1913-1929). *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, 24.
- Borges, L. O. (2013). Influências e representações no vestuário feminino: a representação nos livros didáticos de história. *Revista Latino-Americana de História-UNISINOS*, 2(6), 630-647. consultado à 12 de Março de 2021 p.623
- Bourdieu, P. (2013). Capital simbólico e classes sociais. *Novos estudos CEBRAP*, (96), 105-115.
- Bourdieu, P. (2007). A distinção, crística social do julgamento. *São Paulo: Edusp*. consultado à 19 de outubro de 2020. pp. 95-103 Consultável em: http://moodle.stoa.usp.br/file.php/799/bourdieu_parte1.pdf
- Bourdieu, Pierre Felix. (1989). *O Poder simbólico*. Lisboa, s.n. ed., e., Difel, Bertrand, p. 9
- Braudel, Fernand. (2005). *Civilização Material, Economia e Capitalismo- Séculos XV-XVIII: As Estruturas do Cotidiano*. Volume 1. SP: Editora Martins Fontes
- Breakwell, G. (1993). Social representations and social identity. *Papers on social representations*, 2, 198-217.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos. (2018). Capitalismo financeiro-rentista. In: *Estudos Avançados*, 32(92), 17-29. consultado à 18 de outubro de 2020. pp. 17-21. <https://dx.doi.org/10.5935/0103-4014.20180003>
- Carreirão, Yan de Souza. (2006). Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. *Opinião Pública*, 12(1), 136-163. consultado à 19 de outubro de 2020. pp. 137-141. Consultável em: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762006000100006>
- Carvalho, A. P. L. de (2018). Representações simbólicas do traje militar: feminilidade e poder no Brasil contemporâneo. In: *Revista Veredas da História*, 11(2). consultado à 22 de outubro de 2020. pp.3-9. Consultável em: <http://www.seer.veredasdahistoria.com.br/ojs-2.4.8/index.php/veredasdahistoria/article/view/395>
- Cassagnes-Broquet, S., & Dousset-Seiden, C. (2014). Gênero, normas e linguagens do traje. *ModaPalavra e-periódico*, 7(14), 01-12.
- Castro, J. F. P. D. (2014). O contexto da aculturação portuguesa através do modelo de Rudmin: do encontro intercultural com o Japão até ao Luso-Tropicalismo.
- Cleber Cristiano Prodanov Ernani Cesar de Freitas. (2013). *Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico*. 2ª ed., editora Feevale, Brasil, p. 121-
- Corso, Helena Vellinho. (2005). A gênese do símbolo e a entrada na cultura: a reflexão epistemológica apoia a reflexão psicopedagógica. In: *Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia*, 22(67):51-8. Consultável em: <https://cdn.publisher.gn1.link/revistapsicopedagogia.com.br/pdf/v22n67a06.pdf>
- Costa, A. F. D., Mauritti, R., Martins, S. D. C., Machado, F. L., & Almeida, J. F. D. (2000). Classes sociais na Europa. *Sociologia, problemas e práticas*, (34), 9-46. ISSN 0873-6529. Consultável em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S0873-65292000000300002&script=sci_arttext&tlng=es versão impressa
- Costa, José; Barros, Assunção. (2012). Fontes históricas–revisitando alguns aspectos primordiais para a pesquisa histórica. *Mouseion*, 1.12: 129-159. p.140
- Czrnorski, S. R., & Meyrer, M. R. (2016). Chics, elegantes e distintas: a moda na seção Jornal das famílias da Revista da Semana (1915-1918). *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 8(15), 247-271.

- Davidovitsch, L., & Silva, J. F. D. (2010). Algumas implicações da percepção dos valores simbólicos das roupas: gênero masculino em foco. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 11(1), 150-173.
- Debom, P. (2014). O vestuário e a moda enquanto fontes para o estudo da história. *ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: Saberes e práticas científicas*, 16.
- de Lima, V. N., & Lira, A. A. D. (2012). A afirmação identitária do “ser” negro na obra sou negro de nildo lage.
- Dell'Isola, R. L. P. (1994). A interação sujeito-linguagem em leitura. *Cadernos de Linguística e Teoria da Literatura*, (28-30), 163-170. p. 164
- Dilolwa, Carlos Rocha. *Contribuição à história econômica de Angola*, editorial, Luanda, 2000, 2ª ed., p. 251
- do Amaral, J. P. P. (2015). Da colonialidade do patrimônio ao patrimônio decolonial.
- Dugrand, C. (2016). Politique de la Rumba congolaise. *Revue du Crieur*, (3), 52-61.
- Eco, U. (1989). O hábito fala pelo monge. *Psicologia do vestir*, 3, 3-20.
- Estanque, Elísio. (1997). As classes sociais na sociedade portuguesa-um estudo apoiado no modelo de Erik Olin Wright. *In: Revista Crítica de Ciências Sociais*. 49 () 93-126. ISSN 0254-1106. consultado à 16 de outubro de 2020.pp. 94-99
- Fernandes, D., Alonso, J., Julião, R. P., Lourenço, J., & Ramos, R. A. (2014). O uso de SIG no património cultural: O caso do Alto Douro Vinhateiro.
- Ferreira, M. E. (2002). Nacionalização e confisco do capital português na indústria transformadora de Angola (1975-1990). *Análise Social*, 47-90.
- Ferreira, P. B. (2019). *O corpo como suporte da arte: piercing, implante, escarificação, tatuagem*. Editora Senac São Paulo.
- Fiori, J. L. (2005). Sobre o poder global. *Novos estudos CEBRAP*, (73), 61-72.
- Fonseca, H. A. (2018). Agostinho Neto e a Historiografia Biográfica.
- Fontanari, R. (2010). Roland Barthes e a fotografia. *Discursos fotográficos*, 6(9), 53-76.
- Fortes, A. R. S. (2019). De conflitos domésticos a mudanças sistêmicas: A política externa de Angola de 1975 a 2002. *Conjuntura Global*, 8(1).
- Frings, G. S. (2012). *Moda: do conceito ao consumidor*. Bookman Editora.
- Galhanone, R. F. (2005). O mercado do luxo: aspectos de marketing. *Revista Rege-USP, São Paulo*, 1-12.
- Gomes, D. F. L. (2019). Sobre a teoria das classes sociais de Jessé Souza. *In: Revista de Direito*, 11(1), 221-265. consultado à 22 de outubro de 2020. pp. 226-228. Consultável em: [file:///C:/Users/helio/Downloads/Dialnet-SobreATeoriaDasClassesSociaisDeJesseSouza-7085861%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/helio/Downloads/Dialnet-SobreATeoriaDasClassesSociaisDeJesseSouza-7085861%20(1).pdf)
- Heimer, F. W. (1973). Estrutura socia e descolonização em Angola. *Analise social*, 621-655.
- Heller, Eva. (2012). *A psicologia das cores: como as cores afetam a emoção e a razão*. São Paulo: Gg Brasil, 311
- Höring, J. D. S. (2015). Os movimentos de libertação nacional em Angola: trajetória política, guerra civil e impactos sobre a construção do Estado (1975-2002). consultado à 17 de Março de 2021 p.12. consultável em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/140501/000988807.pdf?sequ>
- Jorge, V. F. (2000). Património e identidade nacional. *Revista Engenharia Civil*, 9, 5-11.
- Kossoy, B. (2021). Fotografia e história: as tramas da representação fotográfica. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, 70.
- Kossoy, B. (1983). “A história da fotografia *In: História geral da arte no Brasil*. V. 1. São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles, consultado 18 de outubro de 2020.

- Lacerda, L. L., QUEIROZ, J. A., & Rocha, M. A. V. (2013). Moda-vestuário: símbolo de distinção na contemporaneidade. *XIII JORNADA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO-JEPEX*, 13, 2013.
- Lara, S. H. (2000). Mulheres escravas, identidades africanas. *I Simpósio Internacional: o desafio da diferença. GT*, 3.
- Lebrun, G. (2017). O que é poder. Ed Brasiliense. São Paulo-Brasil. Ebook .consultado à 18 de outubro de 2020. pp. 4-12. Consultável em: https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=UmkvDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=manda+quem+tem+poder&ots=-fjqsHPoaP&sig=_rWSJeZ1Q03A99Ww_Ix56geK7yQ&redir_esc=y#v=onepage&q=manda%20quem%20em%20poder&f=false
- Lima, D. A. Casado (2015). Os modos de vestir e a influência francesa na Belle Époque carioca. In: *Iniciação-Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística, São Paulo*, Vol. 5 no 2 – novembro de 2015 Edição Temática: Cultura e Comportamento 5. 10-21. consultado à 22 de outubro de 2020. pp. 15-17. Consultável em: http://www1.sp.senac.br/hotsites/blogs/revistainiciacao/wp-content/uploads/2015/11/75_IC_VOL-5_2.pdf
- Lipovetsky, G. (2009). *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. Editora Companhia das Letras.
- Lissovsky, Maurício. (1983). "A fotografia como documento histórico", in *Fotografia; Ciclo de Palestras sobre fotografias*. Rio de Janeiro, FUNARTE, p. 118-119.
- Magalhães, N. A. (2008). Memórias de estudantes de Angola no Brasil. *Cadernos CERU*, 19(1), 138-150.
- Malinowski, B., & Cortazar, A. R. (1984). *Una teoría científica de la cultura*. Madrid: Sarpe.
- Malucelli, M. R. Valores dos jovens consumidores de vestuário de luxo em são Paulo.
- Marques, Walter, *Problemas do desenvolvimento económico de Angola*. Luanda, junta de desenvolvimento industrial, 1963, p. 35
- Mateus, Dalila Cabrita, Mateus, Álvaro. (2011). *Angola 61-Guerra colonial: causas e consequência*, Lisboa, Texto editores, 1ª ed., pp. 19-20.
- Mauad, Ana Maria. (1996). Através da imagem: fotografia e história interfaces. *Tempo, Rio de Janeiro*, 1.2: 73-98. p. 2.
- Medina, Maria do Carmo. (2003). *Angola: processos políticos da luta pela independência*. Luanda, 1ª ed., e., Litotipo, p. 16
- Mendes, P. (2013). A importância da linguagem do vestuário e a influência da globalização sobre a mesma (Doctoral dissertation, Universidade da Beira Interior). consultado à 24 de outubro de 2020 pp. 19-22 <https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/1724/1/Disserta%25C3%25A7%25C3%25A3o%20Final%25C3%25A1cida%20Mendes.pdf>
- Meneses, Filipe Ribeiro de. (2009). *Salazar – uma biografia política*. Portugal, 3ª ed., e., D. Quixote, 2009, pp. 478-479.
- Miranda, J. (2010). A Constituição de Angola de 2010. *O Direito*, 142(1), 9-38. consultado à 18 de Março de 2021 p. 5.
- Moda e identidade: o consumo simbólico do vestuário. In: *Anais do IV Colóquio de Moda*. consultado à 23 de outubro de 2020. p. 3-5. Consultável em: http://www.coloquiomoda.com.br/coloquio2017/anais/anais/edicoes/4-Coloquio-de-Moda_2008/39705.pdf

- Monteiro, J., Ferreira, L. G., & Freitas, J. M. (2005). As roupas de crioula no século XIX e o traje de beca na contemporaneidade: símbolos de identidade e memória. *In: Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. V. 07. N. 18, out./nov. de 2005 – Semestral* ISSN -1518-3394 consultado à 22 de outubro de 2020. p. 382. Consultável em: www.cerescaico.ufrn.br/mneme
- Montero, Paula. (2014). A teoria do simbólico de Durkheim e Lévi-Strauss: desdobramentos contemporâneos no estudo das religiões. *In: Novos estudos* 98.23 de dezembro de 2020. p.p. 126-132. Consultável em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002014000100007>
- Moriconi, M. (2009), ‘El malestar social y la víctima-cómplice’/‘Social Unrest and the victim-accomplice’, *Polis*, 5: 1, p. 126. revisto à 28 de setembro de 2020. Consultável em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S1870-23332009000100005&script=sci_arttext
- Mota, Henrique. (2008). *Angola Lágrimas e sangue; crônicas do tempo colonial*. Luanda, 1ª ed., e., Nzila, p. 137
- Motta-Roth, D. (2010). O ensino de produção textual com base em atividades sociais e gêneros textuais. *Linguagem em (Dis) curso*, 6(3), 495-518. p. 4
- Nacif, M. C. V. (2007). O vestuário como princípio de leitura do mundo. *SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 24, 1-10. *In: Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – 2007*. Consultado à 20 de outubro de 2020. pp. 1-5. Consultável em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Maria%20Cristina%20V%20Nacif.pdf>
- Nerín, G. (2016). Francisco Macías: nuevo estado, nuevo ritual. *Endoxa*, 37, 149-168.
- Netto, L. E. (2014). *O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica*. São Paulo-Brasil. Cortez Editora. pp. 6-11
- Nuñez, I. B., & Ramalho, B. L. (2005). A pesquisa como recurso da formação e da construção de uma nova identidade docente: notas para uma discussão inicial. *EccoS Revista Científica*, 7(1), 87-111.
- Orozco, A. C., & Cardoso, T. D. S. K. (2012). Latifundiários e fome nas parábolas. *Ribla*, (66), 147-159. consultado à 18 de outubro de 2020. pp. 148-154. Consultável em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/Ribla/article/viewFile/7281/5586>
- Pereira, Carolina Morgado. (2015). O vestuário e a moda: e suas principais correntes teóricas. *ModaPalavra e- periódico*, 8.15: 202-221. Consultado à 21 de outubro de 2020. pp.3-9. Consultável em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/modapalavra/article/view/5016>
- Pinto, A., & Sousa, C. (2015). Roupas Feitas de Roupas *In: iniciação - Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística*. Edição Temática em Sustentabilidade Vol. 5 nº. 3 – Dezembro de 2015, São Paulo: Centro Universitário Senac ISSN 2179-474X. Consultado à 16 de outubro de 2020. pp. 52-54. Consultável em: <http://www1.sp.senac.br/hotsites/blogs/revistainiciacao/>
- Piva, Paula. (2013). «A moda, a indumentária, o traje popular e o figurino» *in: VI congresso internacional de História “10.4025/6cih.pphuem.188”*, consultado à 20 de outubro de 2020. pp. 2. Consultável em: http://www.cih.uem.br/anais/2013/trabalhos/188_trabalho.pdf
- Pollini, Denise. (2018). *Breve história da moda* (Vol. 4). Editora Nova Alexandria.
- Portela, S. S. (2014). *Fotografia de moda: do making of à imagem final* (Doctoral dissertation).
- Portilho, F. (2009). Novos atores no mercado: movimentos sociais econômicos e consumidores politizados. *Política & Sociedade*, 8(15), 199-224.

- Queiroz Campos, Amanda, Ribas Gomez, Luiz Salomão. (2014). Consultável em Tendências de moda e posicionamento de marca. *Moda Palavra e-periódico* [en línea]. (13), 187-209[fecha de Consulta 21 de Outubro de 2020]. ISSN: . Consultável em : <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=514051622009>
- Quintela, H. F. (2011). A Segunda Pele: A linguagem das roupas, seus signos e a configuração da identidade social através do vestuário. In: *Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais-UFES, 1*(1). consultado à 23 de outubro de 2020. Consultável em: <https://periodicos.ufes.br/snpgcs/article/view/1551>
- Roche, D., & Kfourri, A. (2018). *A cultura das aparências: Uma história da indumentária (séculos XVII-XVIII)/Daniel Roche; tradução de Assef Kfourri*. São Paulo:SENAC São Paulo.
- Rodrigues, Arlete Moysés. (2017). Problemática ambiental = Agenda Política Espaço, território, classes sociais. In: *Boletim Paulista de Geografia, 83: 91-110*. Consultado à 17 de outubro de 2020. p.p. 94-95. Consultável em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/viewFile/763/644>
- Santos, Cristina. (2017). O vestuário enquanto capital simbólico: o processo identitário juvenil. In: *journal on semiotics and culture Eikon, (1)*. Consultado à 20 de outubro de 2020. pp. 2-5. Consultável em: <http://ojs.labcom-ifp.ubi.pt/index.php/eikon/article/viewFile/103/81>
- Santos, G. Pereira dos (2003). *A linguagem do vestuário, expressão de culturas: um estudo da produção do estilista Eduardo Ferreira* (Master's thesis, Universidade Federal de Pernambuco).
- Sapalalo, A. (2014). *Os vectores determinantes na condução da diplomacia da UNITA no período da guerra civil de Angola de 1975 a 2002: numa dimensão de relações internacionais* (Master's thesis, Universidade de Évora).
- Sarraipo, Tom Manuel Santos. (2016). *A importância da fotografia nas revistas de moda*. PhD Thesis.p.p. 19-20
- Sequeira, A. S. (2013). *Identidade visual: o simbolismo na identidade organizacional*. Porto, ISCAP.
- Silva, A. C. M. (2018). Angola: história, luta de libertação, independência, guerra civil e suas consequências. *NEARI em Revista, 4*(5). consultado à 17 de Março de 2021 p.5. consultável em: <http://www.faculadadedamas.edu.br/revistafd/index.php/neari/article/viewFile/660/544>
- Silva, C. M., & Gonçalves, J. A. T. (2011). Características do mercado de luxo e sua importância sócio-econômica. *Etic-encontro de iniciação científica-ISSN 21-76-8498, 7*(7).
- Silva, Edna Lúcia. Menezes, Estera Muszkat. (2005). *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação*. 4ª ed., s.e., Florianópolis, p. 83-84
- Silva, J. C. R. P. (2012). Diretrizes para análise e desenvolvimento de identidade visual: contribuições para o design ergonômico.
- Stefani, P. D. S. (2005). *Moda e comunicação: A indumentária como forma de expressão. Juiz de Fora: UFJF, FACOM, 2*.
- Strauss, A. L. (1999). *Espelhos e máscaras-A busca de identidade*. Edusp.
- Suamo, V. A. Q. (2020). *Resolução de Conflitos: as ações do Conselho de Segurança das Nações Unidas no processo de paz em Angola (1989-1999)* (Doctoral dissertation).
- Torres, Adelino (1983). Pacto colonial e industrialização de Angola anos 1960-1970. *Análise Social*. vol XIX (77-78-79), pp. 1101-1119.,
- Vásquez, R. P. (2007). Identidade de marca, gestão e comunicação. In: *Organicom, 4*(7), 198-211. Consulta pp. 204-206. Consultável em: <file:///C:/Users/helio/Downloads/138952-Texto%20do%20artigo-270025-1-10-20171004.pdf>

- Vidal, D. G., & Abdala, R. D. (2005). A fotografia como fonte para a História da Educação: questões teórico-metodológicas e de pesquisa. *Educação (UFSM)*, 30(2), consultado à 10 de outubro de 2020. p.p. 178-179
- Vieira, E. Y. S. S. D. S., & Matos, F. N. O. (2018). *Relações de Género nas Organizações de Trabalho no Contexto Angolano* (Master's thesis, ISMT).
- Yamamura, Milton Hissashi; DE OLIVEIRA SOUZA, Maria Irene Pellegrino. (2009). O ensino de fotografia no curso de medicina veterinária. *Semina: Ciências Agrárias*, 30.2: 461-469. p-p. 465-466
- Zanatta, M. S. (2011). Nas teias da identidade: contribuições para a discussão do conceito de identidade na teoria sociológica. *Perspectiva*, 35(132), 41-54.
- Zindel, M. T. L. (2008). Finanças comportamentais: o viés cognitivo excesso de confiança no julgamento em investidores e sua relação com bases biológicas.

Anexo n.º 1 – Comprovativo de solicitações.

iscte SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

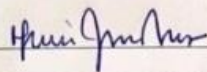
MESTRADO EM HISTÓRIA MODERNA E CONTEMPORÂNEA

Declaração

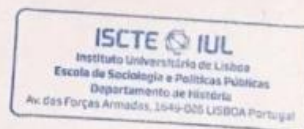
Para os devidos efeitos declara-se que Elídio Sozinho Manuel, de nacionalidade angolana conforme o Passaporte n.º N2036788, passado pelo Arquivo de identificação de Luanda, aos 26 de julho de 2016, válido até 26 de julho de 2026, está inscrito e é estudante do Mestrado em História Moderna e Contemporânea, na especialidade em Relações Internacionais, no Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, tendo o n.º 89754.

Para a obtenção do grau de Mestre, Elídio Sozinho Manuel está a desenvolver uma dissertação de mestrado dedicada ao tema “O sector da Moda visto pela Imprensa: uma análise na identidade das Elites angolanas com base no vestuário 1975-2002”, sob a minha orientação. Para que o trabalho possa ser realizado, o estudante tem necessidade de recolher um conjunto de fontes de informação, em particular fotografias e outros documentos históricos, que lhe permitam concretizar a pesquisa que tem em curso. Assim, muito agradecemos a vossa colaboração em disponibilizar ao estudante as fontes necessárias que serão, de acordo com o rigor académico, a base de análise para o tema em pesquisa.

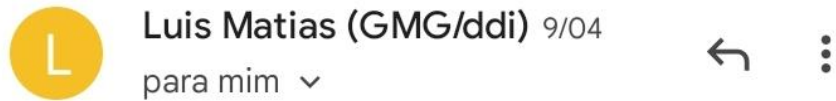
Lisboa, 30 de junho de 2020



Professora Doutora Maria João Vaz
Diretora do Departamento de História



Anexo n.º2 – Comprovativos de autorizações.



Boa tarde Caro Hélio,

Envio-lhe uma selecção de fotos que realizei. Como julgo que lhe tinha dito, não temos um grande conjunto de fotos sobre o tema pedido.

Aguardo

Cumprimentos

Luís Matias

Documentalista

Direção de Documentação e Informação

Rua Tomas da Fonseca, Torre E, Piso 3 1600-209 Lisboa

t 213187562 (Ext. 7562)





Filipe Reino 12/04
para mim, Mónica ▾



Caro Hélio Manuel,

No seguimento do seu email, enviamos em baixo o link de acesso ao **Arquivo Fotos** da **Lusa** para poderem escolher a fotos que pretende.

<https://www.lusa.pt/fotografias>

No menu que aparece faça as pesquisas no campo "**Pesquisa arquivo fotográfico**" (por exemplo: "**Isabel dos Santos**", "**Isabel dos Santos AND Angola**", etc.), para pesquisarem as fotos.

Aguardamos que nos envie os **IDs** (número de documento) das fotos que pretende.

Aguardamos o seu contacto.

Com os melhores cumprimentos,

FILIPE REINO

Direção Comercial e Marketing



AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL

Rua Dr. João Couto, Lote C · 1500-236 Lisboa

T [+351] 217 116 697 TM [+351] 966 681 583

www.lusa.pt